

REVISTA DE GRADUAÇÃO DA UFMT



Edição Especial: trabalhos premiados na XIV Semana Acadêmica da Proeg/UFMT

APRESENTAÇÃO

A Pró-reitoria de Ensino de Graduação - PROEG, desempenha um papel central na Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, coordenando ações que visam garantir a qualidade acadêmica, supervisionando e fomentando os assuntos relacionados à graduação. Nesse sentido, tem sido uma busca constante de toda a equipe da Coordenação de Formação Docente - CFD/PROEG, por meio da Gerência de Apoio Pedagógico - GAP/CFD/PROEG e da Gerência de Programas Especiais - GPE/CFD/PROEG, a construção de um projeto de universidade alinhado a uma formação ampla, pautada por princípios como autonomia, ética, respeito e diálogo. Isso se dá, principalmente, por meio de uma escuta atenta aos diversos atores que compõem o meio acadêmico da universidade.

Como parte desse projeto, no ano de 2025, foi criado o Prêmio Tom Santos, em homenagem a um multiartista e doutorando da UFMT. Tom Santos integrava o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea - PPGECCO/FCA/UFMT e dedicou sua vida ao estudo do corpo, da dança e das culturas dos povos originários. Ele faleceu em 2024.

Nesta edição, reunimos os 11 trabalhos premiados em sete categorias,

apresentados durante a XIV Semana Acadêmica da PROEG, do ano de 2025. As produções refletem o talento e compromisso dos estudantes dos cursos da graduação da UFMT, sob a orientação de seus professores(as) orientador(as), destacando suas contribuições nos Programas de Apoio Pedagógico da PROEG e nas diversas práticas acadêmicas da graduação da universidade.

Nossa alegria aumenta, pois os textos que compõem esta edição buscam garantir a qualidade e o fortalecimento do ensino de graduação na UFMT, corroborando, dessa forma, a promoção e manutenção das políticas institucionais de formação acadêmica que assegurem inclusão, permanência e excelência na formação dos(as) discentes. Isso é feito por meio do Programa de Monitoria, Programa de Tutoria, Programa de Educação Tutorial - PET, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, Liga Acadêmica, Trabalho de Conclusão de Curso e Apoio a uma educação de qualidade, com o maior envolvimento dos estudantes.

Convidamos a todos, todas e todes a virem conosco apreciar a riqueza da escrita destes trabalhos e da produção acadêmica de nossa querida Universidade Federal de Mato Grosso.

Cuiabá-MT, março de 2026.

Dra. Luciane de Almeida Gomes
Pró-reitora de Ensino de Graduação

Dr. Frederico Jorge Saad Guirra
Coordenador de Formação Docente/PROEG

Dr. Luis Phillippe de Arruda Lima
Gerente de Apoio Pedagógico/CFD/PROEG

A dignidade invisível nos autos: reflexões sobre a ética da alteridade no exercício do direito a partir de “Quarto de Despejo”

Invisible dignity in the records: reflections on the ethics of alterity in the practice of law based on "Child of the Dark"

Ana Carolinna Nunes de Oliveira Meinelt¹

Felipe Rodolfo de Carvalho²

Resumo

Este artigo tem como finalidade a reflexão sobre a prática do Direito sob a ótica da ética da alteridade, tomando como ponto de partida a obra "Quarto de Despejo", de Carolina Maria de Jesus. A partir do diário da autora, busca-se instigar uma interpretação do Direito que ultrapasse as categorias dogmáticas e enfrente os silêncios institucionais em relação à pobreza extrema e à exclusão social. O objetivo do estudo é tensionar a prática jurídica tradicional, excessivamente técnica, propondo uma perspectiva ética voltada ao outro e à dignidade que não se encontra nos registros processuais. Como metodologia, adota-se uma abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica, especialmente nas reflexões de Emmanuel Levinas. Conclui-se que a ética da alteridade, ao romper com a neutralidade jurídica, abre espaço para uma práxis mais atenta às realidades humanas invisibilizadas pelo sistema.

Palavras-chave: Alteridade; Dignidade; Direito; Ética; Carolina Maria de Jesus.

¹ Discente da Faculdade de Direito da UFMT. Pesquisadora Científica CNPq na FD/UFMT. Coordenadora do Centro Acadêmico VIII de Abril da FD/UFMT e Monitora de Filosofia e Ética do Direito da FD/UFMT. anacarinna2121@gmail.com

² Professor Adjunto II da Faculdade de Direito da UFMT. Doutor em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela Faculdade de Direito da USP. Estágio de pós-doutorado, como bolsista CNPq, na Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne (França). feliperodolfodecarvalho@hotmail.com (Orientador)

Abstract

This article aims to reflect on the practice of Law from the perspective of the ethics of alterity, taking as a starting point the work "Child of the Dark" (Quarto de Despejo) by Carolina Maria de Jesus. Based on the author's diary, a resident of the Canindé slum in the 1950s, it seeks to prompt an interpretation of Law that goes beyond dogmatic categories and addresses institutional silences regarding extreme poverty, hunger, and social exclusion. The objective of the study is to challenge traditional legal practice, which is excessively technical and characterized by instrumental rationality, proposing, in contrast, an ethical perspective focused on the other and on the dignity not found in procedural records. As a methodology, a qualitative approach is adopted, grounded in bibliographic research, especially on the reflections of Emmanuel Levinas and studies on alterity in the legal field. It is concluded that the ethics of alterity, by breaking with legal neutrality, opens space for a praxis more attentive to human realities made invisible by the system.

Keywords: Alterity; Dignity; Law; Ethics; Carolina Maria de Jesus.

1. Introdução

O Brasil figura entre os países mais desiguais do mundo, convivendo com um paradoxo estrutural: de um lado, possui um ordenamento jurídico amplamente comprometido com a proteção de direitos fundamentais; de outro, mantém níveis persistentes de exclusão social que atingem grande parcela da população. A Constituição Federal de 1988 consagrou princípios como a dignidade da pessoa humana, a igualdade material e a justiça social como fundamentos do Estado brasileiro. No entanto, a realidade cotidiana revela que tais promessas normativas muitas vezes não se concretizam de forma efetiva na vida de indivíduos que se encontram em contextos de profunda vulnerabilidade social.

Nesse cenário, a obra "Quarto de Despejo": Diário de uma Favelada, escrita na década de 1950 por Carolina Maria de Jesus, mulher negra, catadora de materiais recicláveis e moradora de favela na cidade de São Paulo, emerge como um documento social de grande relevância. Isso porque a narrativa construída pela autora, a partir de sua experiência cotidiana na favela do Canindé, oferece um testemunho direto sobre a pobreza, a fome e a marginalização social, permitindo observar de forma concreta os limites da atuação estatal frente às desigualdades

estruturais brasileiras. Mais do que um relato autobiográfico, a obra revela as múltiplas formas de invisibilização que recaem sobre sujeitos historicamente marginalizados, evidenciando a distância existente entre os discursos jurídicos sobre direitos e a realidade vivida por aqueles que raramente são reconhecidos como protagonistas dentro do sistema de justiça.

A problemática central deste trabalho parte justamente da constatação de que o Direito, tal como instituído e praticado em diversas instâncias, frequentemente falha em reconhecer plenamente a dignidade de sujeitos em situação de vulnerabilidade. Tal percepção não se manifesta apenas no plano teórico ou abstrato, mas é reforçada pela experiência prática proporcionada pela formação jurídica e pelos estágios profissionais. Nesse contexto, observa-se, muitas vezes, uma atuação jurídica marcada por excessiva tecnicidade e distanciamento, na qual a linguagem processual tende a transformar indivíduos concretos em meras categorias ou abstrações jurídicas. Esse processo contribui para o apagamento das experiências humanas que estão por trás dos conflitos levados ao Judiciário, dificultando a construção de uma prática jurídica verdadeiramente sensível às desigualdades sociais.

Parte-se, portanto, da hipótese de que essa desconexão entre o direito formal e a realidade social decorre, em grande medida, de uma racionalidade jurídica construída historicamente sob a premissa de neutralidade e universalidade, que frequentemente ignora as vozes provenientes das periferias sociais. Em um país no qual os 10% mais ricos concentram aproximadamente 59% da renda nacional (OXFAM, 2023)³, torna-se evidente que as estruturas sociais são profundamente marcadas por desigualdades. Nesse contexto, o discurso jurídico, ao invés de questionar essas estruturas, muitas vezes acaba por reproduzi-las ou naturalizá-las, seja por meio de práticas institucionais, seja pela própria forma como o Direito estrutura suas categorias e linguagens.

Diante desse panorama, a presente pesquisa, de caráter qualitativo e com abordagem bibliográfico-crítica, propõe uma reflexão sobre o sistema jurídico brasileiro a partir da ética da alteridade desenvolvida por Emmanuel Levinas. A filosofia levinasiana, ao enfatizar a responsabilidade ética diante do Outro e a centralidade do rosto do outro na construção das relações humanas, oferece uma perspectiva crítica relevante para repensar os limites de uma racionalidade

³ Conforme dados do relatório *A Sobrevivência do Mais Rico* (OXFAM BRASIL, 2023), o topo da pirâmide econômica brasileira, representado pelos 10% mais ricos, detém cerca de 59% da renda nacional, evidenciando um cenário de profunda regressividade e concentração

jurídica excessivamente formalista. Nesse sentido, a obra de Carolina Maria de Jesus é utilizada como elemento central de análise, não apenas como registro literário de uma realidade social marcada pela exclusão, mas também como uma forma de testemunho capaz de tensionar as estruturas tradicionais de produção do conhecimento jurídico.

A partir dessa perspectiva, o estudo se organiza em três eixos principais. O primeiro busca apresentar os fundamentos da ética levinasiana e sua potencial contribuição para a crítica da ideia de neutralidade no Direito. O segundo analisa a linguagem jurídica enquanto possível instrumento de exclusão em sociedades marcadas por profundas hierarquias sociais, investigando de que forma determinadas estruturas discursivas podem contribuir para a invisibilização de sujeitos vulneráveis. Por fim, o terceiro eixo examina as contribuições do testemunho presente na obra de Carolina Maria de Jesus para o desenvolvimento de uma prática jurídica mais sensível às desigualdades sociais brasileiras.

Desse modo, pretende-se evidenciar que a alteridade não deve ser compreendida apenas como um ideal ético abstrato, mas como uma exigência fundamental para a concretização do princípio da dignidade da pessoa humana no âmbito jurídico. Reconhecer o Outro em sua singularidade, escutando suas experiências e levando em consideração as desigualdades estruturais que atravessam a sociedade brasileira, constitui passo essencial para a construção de uma prática jurídica mais justa, inclusiva e comprometida com a transformação social.

2. Material e Método

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, com base em pesquisa bibliográfica e análise interpretativa de obras teóricas e literárias. A investigação fundamenta-se principalmente na filosofia da alteridade desenvolvida por Emmanuel Levinas, cujas reflexões éticas permitem problematizar a pretensa neutralidade do discurso jurídico e evidenciar a centralidade da responsabilidade diante do outro no exercício da justiça (LEVINAS, 1980; 1998).

Nesse sentido, são mobilizados conceitos centrais da filosofia levinasiana, especialmente a noção de “rosto do outro”, compreendido não como uma categoria meramente descritiva, mas como manifestação ética da alteridade radical, que escapa a qualquer tentativa de totalização. O rosto, para Levinas, não se reduz a uma imagem ou representação, mas se apresenta como uma

interpelação ética que convoca o sujeito à responsabilidade (LEVINAS, 1980). Trata-se de uma relação assimétrica, na qual o “eu se vê” convocado a responder pelo outro antes mesmo de qualquer mediação normativa ou institucional.

Além disso, destaca-se a ideia de responsabilidade infinita, segundo a qual o sujeito ético não escolhe livremente se responsabilizar, mas já se encontra, desde sempre, implicado na relação com o outro (LEVINAS, 1998). Essa compreensão rompe com a lógica tradicional do Direito, fundada na autonomia e na reciprocidade, ao introduzir uma dimensão ética anterior e irreduzível às estruturas formais. A partir dessa perspectiva, torna-se possível questionar em que medida o discurso jurídico, ao se pretender neutro e universal, acaba por obscurecer essa dimensão originária da responsabilidade.

Paralelamente, são mobilizadas contribuições da teoria crítica do Direito, especialmente no que diz respeito à análise dos efeitos da racionalidade técnico-jurídica na produção de invisibilidades sociais. Tais abordagens permitem compreender que o Direito não opera em um vazio social, mas está inserido em estruturas históricas marcadas por desigualdades, o que influencia diretamente a forma como determinados sujeitos são reconhecidos, ou ignorados, pelas instituições jurídicas (SANTOS, 2000). Nesse contexto, destacam-se também os estudos desenvolvidos pelo Felipe Rodolfo de Carvalho acerca da alteridade no campo jurídico, que oferecem suporte teórico relevante para a articulação entre filosofia e prática jurídica, sobretudo ao enfatizar a necessidade de uma postura interpretativa mais sensível às vulnerabilidades sociais.

Como objeto central de análise, utiliza-se a obra “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada”, de Carolina Maria de Jesus, publicada originalmente em 1960. O diário é compreendido neste trabalho não apenas como produção literária, mas como testemunho social que revela, de forma direta e cotidiana, dimensões da realidade brasileira frequentemente ausentes nos discursos institucionais e jurídicos. A escrita de Carolina, marcada por registros breves e contundentes, expõe a materialidade da fome e da exclusão social. Em determinado momento, por exemplo, a autora relata: “Hoje não comi. Sinto tontura. A tontura da fome é pior do que a do álcool” (JESUS, 2014), evidenciando a intensidade da privação e a centralidade da fome como experiência estruturante de sua existência.

A análise da obra é realizada de forma interpretativa, buscando identificar elementos que permitam refletir criticamente sobre os limites e as possibilidades de uma prática jurídica comprometida com a escuta e com o reconhecimento da dignidade humana. O diário, nesse sentido, é compreendido como uma forma de interpelação ética, na medida em que apresenta uma realidade que resiste às categorias abstratas do Direito e exige uma resposta que vá além da mera aplicação formal da norma.

Metodologicamente, o estudo desenvolve-se em três etapas principais. Em um primeiro momento, apresenta-se a base teórica da ética da alteridade em Emmanuel Levinas, com destaque para conceitos como alteridade radical, responsabilidade infinita e anterioridade da ética em relação ao Direito, buscando evidenciar suas implicações para a teoria jurídica contemporânea (LEVINAS, 1980). Em seguida, analisa-se a linguagem jurídica e a racionalidade técnica predominante no Direito, discutindo seus efeitos na construção de distanciamentos entre as instituições jurídicas e as realidades sociais concretas. Por fim, realiza-se uma leitura crítica da obra de Carolina Maria de Jesus, investigando de que maneira seu testemunho pode funcionar como elemento de interpelação ética ao sistema jurídico, especialmente no que se refere à visibilização de sujeitos historicamente marginalizados (JESUS, 2014).

A partir dessa metodologia, pretende-se promover um diálogo entre filosofia, literatura e Direito, compreendendo que a reflexão jurídica pode ser significativamente enriquecida quando se abre para outras formas de produção de conhecimento e para narrativas que expressam experiências sociais frequentemente silenciadas. Ao incorporar essas perspectivas, busca-se não apenas ampliar o horizonte interpretativo do Direito, mas também tensionar seus limites enquanto instrumento de realização da justiça em contextos marcados por desigualdades estruturais profundas.

3. Resultados e Discussão

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que a racionalidade jurídica tradicional, marcada por forte tecnicismo e pela valorização de categorias formais, tende a produzir um distanciamento significativo em relação às experiências humanas que dão origem aos conflitos levados ao sistema de justiça. Tal característica não decorre apenas da necessidade de organização procedimental do Direito, mas também de uma tradição jurídica que historicamente privilegia a

coerência interna do sistema normativo em detrimento da escuta das realidades sociais que lhe dão origem. Nesse contexto, o discurso jurídico frequentemente opera por meio de abstrações que, embora funcionais para o funcionamento do sistema, acabam por obscurecer as condições concretas de vida dos sujeitos envolvidos nos conflitos. A técnica, nesse sentido, deixa de ser mero instrumento de organização e passa a atuar como elemento de distanciamento, contribuindo para o enfraquecimento da dimensão humana dos litígios.

Essa dinâmica torna-se particularmente evidente quando se observa a forma como a linguagem jurídica organiza e traduz essas experiências em categorias processuais abstratas. Nos autos judiciais, indivíduos concretos são frequentemente reduzidos a expressões como “autor”, “réu”, “credor” ou “devedor”. Ainda que tais categorias sejam indispensáveis para a estruturação do processo e para a definição de posições jurídicas, sua utilização reiterada tende a apagar as dimensões sociais, históricas e existenciais que permeiam os conflitos. Assim, histórias marcadas por pobreza, exclusão e desigualdade estrutural são frequentemente convertidas em meros dados processuais, dificultando o reconhecimento da dignidade dos sujeitos envolvidos. Essa redução, contudo, não é neutra, pois, ao transformar sujeitos em categorias abstratas, o Direito corre o risco de naturalizar desigualdades que deveriam, justamente, ser objeto de enfrentamento jurídico.

Em um país marcado por profundas assimetrias sociais, a insistência em uma racionalidade jurídica excessivamente formal pode contribuir para a manutenção de estruturas de exclusão, na medida em que desloca o foco do sofrimento concreto para a correção técnica dos procedimentos. Dessa forma, o sistema jurídico passa a se apresentar como um espaço aparentemente neutro, quando, na prática, continua operando dentro de um contexto social profundamente desigual. A neutralidade, nesse cenário, revela-se mais como construção discursiva do que como realidade efetiva, funcionando, muitas vezes, como mecanismo de legitimação de desigualdades já existentes.

Sob a perspectiva da ética da alteridade proposta por Emmanuel Levinas, essa dinâmica revela uma limitação importante do modelo jurídico tradicional. Para o filósofo, a relação ética com o outro antecede qualquer sistema normativo e constitui o fundamento das relações humanas. O rosto do outro, em sua vulnerabilidade, interpela o sujeito e exige uma resposta ética que não pode ser totalmente capturada pelas estruturas formais do Direito (CARVALHO, 2021). Nesse sentido, a justiça não pode ser compreendida apenas como aplicação correta da norma, mas deve

ser pensada também como resposta ética à vulnerabilidade do outro. Quando o Direito se afasta dessa dimensão ética originária, corre o risco de se transformar em um sistema autorreferente, mais preocupado com a consistência interna de seus procedimentos do que com os efeitos concretos de suas decisões sobre as vidas humanas, fazendo com que a técnica jurídica deixe de ser instrumento a serviço da justiça para tornar-se um fim em si mesma.

Ao aproximar essa reflexão filosófica da obra “Quarto de Despejo”, observa-se que o diário de Carolina Maria de Jesus funciona como uma poderosa interpelação ao sistema jurídico. A escrita da autora expõe, de maneira direta e cotidiana, as condições de vida de uma população historicamente marginalizada, revelando uma realidade que raramente aparece nos discursos institucionais do Direito. A fome, a precariedade da moradia, a instabilidade do trabalho e a constante ameaça de despejo descritas em seu diário evidenciam a distância existente entre o discurso jurídico de proteção de direitos e a realidade vivida nas periferias urbanas brasileiras.

Ao narrar sua experiência na favela do Canindé, Carolina evidencia que determinadas violações de direitos fundamentais permanecem naturalizadas no cotidiano social, muitas vezes sem encontrar respostas efetivas nas instituições estatais. A fome, por exemplo, aparece em seu relato não como um evento excepcional, mas como uma presença constante, que atravessa o cotidiano das famílias pobres. Essa constatação revela uma contradição fundamental: embora a dignidade da pessoa humana ocupe posição central no ordenamento jurídico brasileiro, muitas das situações que violam diretamente esse princípio permanecem invisíveis ou marginalizadas no interior das práticas institucionais.

Nesse contexto, a obra permite perceber que a dignidade humana, embora amplamente reconhecida como princípio jurídico fundamental, nem sempre se traduz em práticas efetivas de reconhecimento e proteção. A sua consagração no plano normativo, especialmente constitucional, não garante, por si só, sua concretização na realidade social. O diário de Carolina expõe, de forma contundente, os limites de um sistema que proclama direitos em nível formal, mas que frequentemente falha em enfrentar as condições estruturais que impedem sua realização concreta. Ao evidenciar a persistência da fome, da precariedade e da exclusão, a narrativa revela que determinadas violações à dignidade humana acabam sendo naturalizadas, permanecendo à margem da atuação efetiva das instituições jurídicas.

Dessa forma, a discussão proposta neste artigo indica que a ética da alteridade pode oferecer uma contribuição relevante para repensar o exercício do Direito. Ao enfatizar a responsabilidade diante do outro, essa perspectiva filosófica convida os operadores jurídicos a reconsiderar a forma como interpretam, aplicam e comunicam o Direito. Isso implica reconhecer que a prática jurídica não se esgota na correta aplicação da norma, mas envolve também a capacidade de perceber e responder às realidades humanas que se apresentam por trás dos conflitos judicializados. Assim, incorporar a alteridade ao pensamento jurídico significa reconhecer que a justiça não pode ser reduzida à neutralidade formal do sistema, mas deve envolver uma abertura ética à experiência do outro, possibilitando a construção de uma prática jurídica mais sensível às desigualdades sociais e às experiências humanas que, com frequência, permanecem invisíveis nos autos processuais.

4. Conclusão

A partir das reflexões desenvolvidas ao longo deste trabalho, buscou-se analisar os limites e as possibilidades do exercício do Direito à luz da ética da alteridade, tomando como referência a obra “Quarto de Despejo”, de Carolina Maria de Jesus. Por meio da articulação entre filosofia, literatura e teoria jurídica, procurou-se demonstrar que determinadas práticas jurídicas, fortemente marcadas pelo tecnicismo e pela pretensa neutralidade institucional, podem contribuir para o distanciamento entre o sistema de justiça e as experiências concretas de sujeitos em situação de vulnerabilidade social. Tal distanciamento não se apresenta apenas como uma falha pontual, mas como um traço estrutural de um modelo jurídico historicamente construído sobre bases formais e abstratas.

Nesse sentido, a análise realizada evidenciou que o discurso jurídico, ao privilegiar categorias formais e procedimentos técnicos, frequentemente reduz conflitos humanos complexos a estruturas abstratas, nas quais as histórias de vida, as condições sociais e as experiências de sofrimento acabam sendo obscurecidas. Embora tais mecanismos sejam fundamentais para a organização do sistema jurídico, sua aplicação acrítica pode reforçar processos de invisibilização que afastam o Direito de sua finalidade última, que é a promoção da justiça. Assim, percebe-se que a técnica, quando desvinculada de uma sensibilidade ética, pode deixar de cumprir seu papel instrumental e passar a operar como mecanismo de reprodução de distanciamentos e desigualdades.

Além disso, observa-se que essa dinâmica não ocorre de forma isolada, mas está inserida em um contexto social marcado por profundas desigualdades estruturais. Em sociedades como a brasileira, nas quais parcelas significativas da população vivem em condições de vulnerabilidade, a manutenção de uma prática jurídica excessivamente formal tende a impactar de maneira mais intensa aqueles que já se encontram em posições desfavoráveis. Dessa forma, o Direito, ao invés de atuar como instrumento de transformação social, pode, ainda que involuntariamente, contribuir para a perpetuação de exclusões historicamente consolidadas.

A partir das contribuições filosóficas de Emmanuel Levinas, argumentou-se que a justiça não pode ser compreendida exclusivamente como aplicação correta de normas jurídicas, mas deve também ser entendida como resposta ética à presença e à vulnerabilidade do outro. A ética da alteridade, nesse contexto, apresenta-se como uma importante ferramenta crítica para tensionar os limites do formalismo jurídico e para questionar a ideia de neutralidade frequentemente atribuída às instituições jurídicas. Ao deslocar o foco da norma para a relação ética com o outro, Levinas propõe uma inversão significativa na forma de compreender a própria ideia de justiça, colocando a responsabilidade como elemento central da experiência jurídica.

Essa perspectiva permite problematizar a atuação dos operadores do Direito, convidando-os a reconhecer que sua atividade não se esgota na correta aplicação de regras previamente estabelecidas. Ao contrário, implica também a capacidade de perceber o outro em sua singularidade, reconhecendo que por trás de cada processo há uma realidade concreta, atravessada por fatores sociais, econômicos e históricos. Trata-se, portanto, de uma ampliação do olhar jurídico, que passa a considerar não apenas a dimensão normativa dos conflitos, mas também suas implicações humanas.

A aproximação com a obra de Carolina Maria de Jesus revelou-se especialmente significativa nesse processo reflexivo. O diário “Quarto de Despejo” expõe, de maneira direta e contundente, realidades frequentemente ausentes dos discursos jurídicos tradicionais, trazendo à tona experiências de pobreza, fome e exclusão social que raramente encontram espaço nos registros institucionais do Direito. Ao narrar sua vivência na favela do Canindé, Carolina evidencia as contradições de um sistema que proclama a dignidade da pessoa humana como fundamento normativo, mas que muitas vezes se mostra incapaz de reconhecer, na prática, as condições concretas de vida daqueles que permanecem à margem das estruturas sociais.

Nesse sentido, a obra funciona como uma interpelação ética dirigida ao próprio campo jurídico, convidando seus operadores a refletirem sobre os limites de uma prática profissional centrada exclusivamente na técnica e na formalidade. A leitura do diário permite perceber que determinadas formas de sofrimento social permanecem invisíveis não apenas no interior do sistema jurídico, mas também nas formas tradicionais de produção do conhecimento jurídico. Assim, a literatura surge como um importante instrumento de ampliação da compreensão do Direito, ao possibilitar o contato com experiências que escapam às categorias jurídicas convencionais.

Ademais, a análise da obra evidencia que a distância entre o reconhecimento formal de direitos e sua efetivação concreta permanece como um dos principais desafios do Direito contemporâneo. A dignidade da pessoa humana, embora amplamente consagrada no plano normativo, mostra-se frequentemente fragilizada na realidade cotidiana de sujeitos que enfrentam condições extremas de exclusão. Tal constatação reforça a necessidade de repensar não apenas as estruturas jurídicas, mas também as formas de atuação dos profissionais do Direito.

Dessa forma, conclui-se que a incorporação de uma perspectiva ética baseada na alteridade pode contribuir para a construção de uma prática jurídica mais sensível às desigualdades sociais brasileiras. Reconhecer o outro em sua singularidade, escutar suas experiências e considerar os impactos concretos das decisões jurídicas são passos fundamentais para que o Direito se aproxime, de maneira mais efetiva, de seu ideal de justiça. Trata-se de um movimento que exige não apenas mudanças teóricas, mas também transformações na postura prática dos operadores jurídicos.

Mais do que substituir a técnica jurídica, este estudo propõe sua reorientação a partir de um compromisso ético com a dignidade humana. Em contextos de desigualdade, pensar o Direito pela alteridade implica reconhecer que a justiça vai além dos autos, exigindo atenção às realidades humanas invisibilizadas. Assim, a construção de um Direito mais justo passa necessariamente pelo reconhecimento de que a técnica, embora indispensável, deve estar sempre subordinada a um horizonte ético que coloque a dignidade da pessoa humana no centro das decisões e práticas jurídicas.

Referências

CARVALHO, Felipe Rodolfo de. *Outramente: o direito interpelado pelo rosto do outro*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2021.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2014.

LEVINAS, Emmanuel. *Totalidade e infinito: ensaio sobre a exterioridade*. Lisboa: Edições 70, 1980.

LEVINAS, Emmanuel. *Ética e infinito*. Lisboa: Edições 70, 1998.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez, 2000.

OXFAM BRASIL. *A desigualdade mata*. São Paulo: Oxfam Brasil, 2023.

A monitoria como ferramenta de apoio e integração na disciplina de Interação Comunitária I: Percepções e vivências.

Tutoring as a support and integration tool in the Community Interaction I course: Perceptions and Experiences.

Neudson Johnson Martinho¹

Alfredo Henrique Deluqui dos Santos Silva²

Luana Velter Rondon³

RESUMO: Objetivamos com este estudo apresentar resultados que emergiram da monitoria na disciplina de interação comunitária I (IC-1) do curso de graduação em medicina da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), campus Cuiabá. O mesmo teve uma abordagem quantiquantitativa e o público alvo foram os 41 alunos da referida disciplina e os próprios monitores, com os quais foi aplicado um questionário anônimo com escala Likert, composto por perguntas fechadas, deste, obtivemos 36 respondentes, totalizando um percentual de 87,8%. Os resultados evidenciaram qualitativamente que para os monitores o PIBID é de extrema importância para aquisição de habilidades pedagógicas e estímulo a futura docência, assim como, impacta positivamente na formação acadêmica. Já para os alunos da disciplina, a monitoria é necessária e importante para melhor aprendizagem, avaliando-a como "Muito" ou "Extremamente" necessária para auxiliá-los na compreensão dos conteúdos. Quantitativamente, 100% a consideram como um gatilho para proporcionar um “ambiente seguro e acolhedor” no processo de ensino – aprendizagem, 97% dos participantes ressaltaram que a mesma facilitou o diálogo com o professor e 91,6% a referiram como relevante para sanar dúvidas e os orientarem quanto às práticas. Frente aos resultados obtidos, concluímos que a monitoria é uma estratégia eficaz e impactante no ensino, fortalecendo a integração e o acolhimento discente no aprender a aprender.

Palavras-chave: Ensino; Formação; Interação Comunitária; Monitoria Acadêmica.

1 Doutor em Educação. Professor associado da Faculdade de Medicina da UFMT. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). neudson.martinho@ufmt.br

2 Acadêmico de medicina da UFMT. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). alfredohdeluqui@gmail.com

3 Acadêmica de medicina da UFMT. Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). luanavrondon@gmail.com

ABSTRACT: The objective of this study is to present results that emerged from the tutoring program in the Community Interaction I (IC-1) course of the undergraduate medical program at the Federal University of Mato Grosso (UFMT), Cuiabá campus. The study employed a mixed-methods approach (quantitative and qualitative) and targeted the 41 students enrolled in the course and the tutors themselves. An anonymous questionnaire with a Likert scale, composed of closed-ended questions, was administered to the students; from this, we obtained 36 responses, totaling 87.8%. Qualitatively, the results showed that for the tutors, the PIBID program is extremely important for acquiring pedagogical skills and stimulating future teaching, as well as positively impacting their academic training. For the students, the tutoring is necessary and important for better learning, with students rating it as "Very" or "Extremely" necessary to help them understand the course content. Quantitatively, 100% consider it a trigger to provide a "safe and welcoming environment" in the teaching-learning process, 97% of participants highlighted that it facilitated dialogue with the teacher, and 91.6% referred to it as relevant for resolving doubts and guiding them regarding practices. Based on the results obtained, we conclude that tutoring is an effective and impactful strategy in teaching, strengthening student integration and support in learning to learn.

Keywords: Teaching; Training; Community Interaction; Academic Tutoring.

1.Introdução

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2014 para os cursos de medicina no Brasil, estes devem estimular e possibilitar práticas como a monitoria visando estímulo aos estudantes se interessarem futuramente pela docência e um melhor aproveitamento dos conhecimentos das disciplinas pelos estudantes cursantes. Nesta perspectiva, o Sistema de Acreditação de Escolas Médicas do Conselho Federal de Medicina tem como um indicador de qualidade do programa educacional de um curso de Medicina a “educação em saúde”, considerando-a como padrão ouro e suficiente, mediante oferecimento

de atividades que capacitem os estudantes para prática de educação de adultos, desenvolvam habilidades para processos de educação em saúde, bem como, permitam melhor compreensão do próprio processo de formação e apoiem a de outros profissionais da equipe de saúde (SOUZA et al, 2023).

Para Friedlander (1984), o monitor é aquele aluno que se aproxima de uma disciplina ou área de conhecimento para realizar pequenas tarefas ou trabalhos que contribuem para o ensino, a pesquisa ou extensão inerente a mesma, sob orientação do docente responsável pela mesma. Complementando Friedlander (2021), Botelho et al (2019) definem a monitoria acadêmica como um programa com atividades nos eixos de ensino (obrigatoriamente), pesquisa, extensão e/ou gestão, cuja tríade deve ocorrer paralelamente à formação formal em espaços de sala de aula, laboratórios ou em campo, visando a introdução de um estudante na prática docente. Este deve trabalhar em conjunto com o docente numa disciplina específica, com níveis de complexidade crescentes de autonomia e independência para planejar, executar e avaliar atividades educacionais que facilitem o processo de ensino e aprendizagem dos seus monitorados.

As ações desenvolvidas na monitoria desvelam aos monitores oportunidades para a descoberta da vocação ou início do interesse pela carreira docente, além de propiciar uma formação técnico-científica didática e pedagógica no decorrer do seu exercício. Portanto, a monitoria acadêmica representa uma ferramenta pedagógica consolidada no ensino superior, concebida para aprimorar o processo de ensino-aprendizagem por meio da cooperação entre discentes e docentes, mas, também, como um despertar de novos docentes para o futuro.

Neste contexto, a disciplina de "Interação Comunitária I" (IC - I) do curso de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), campus Cuiabá, se apresenta como um campo fértil para a atuação da monitoria em sua essência. A disciplina não tem caráter biologicista como a maioria das disciplinas do referido curso, tendo como finalidade propiciar aos alunos de medicina conhecimentos sobre as políticas de saúde do Brasil e os inserir precocemente na realidade biopsicossocial da sociedade, levando-os à uma compreensão crítica do sistema de saúde local e nacional, para que assim, consigam compreender os determinantes sociais do processo saúde-doença e as implicações das políticas e organização dos serviços de saúde na prática médica, conseqüentemente, na saúde da população.

Enfatizamos que a disciplina desafia o aluno desde o início do curso, a articular o conhecimento teórico com a complexidade da prática médica em um contexto social real, fomentando uma visão crítica e ampliada do cuidado interprofissional na saúde à partir de uma ótica e perspectiva ecológica. A transição de um modelo de aprendizado puramente biomédico para uma abordagem que integra dimensões sociais e humanas pode gerar incertezas e ansiedades, sendo precisamente nesse ponto nevrálgico que a figura do monitor por ser um aluno que já vivenciou a disciplina, contribui e oferece um suporte diferenciado aos neófitos, atuando não apenas como um facilitador de conteúdo, mas, como um modelo de aprendiz cujo espelho são suas próprias vivências e significâncias quanto a disciplina (MATOS et al., 2013).

Subsidiados na vida vivida no processo de monitoria e ancorados nos marcos conceituais que nortearam a prática nesse processo educativo, objetivamos com o presente trabalho relatar a experiência vivenciada na monitoria da disciplina de Interação Comunitária I, socializando percepções de diferentes atores sociais (monitores e alunos), as quais se imbricam quanto a significância (sentidos) para o ensino e formação acadêmica na medicina.

2. Material e Método

Este é um estudo descritivo, exploratório, com abordagem mista (quantitativa/qualitativa), cujo público alvo foram os alunos matriculados e ativos na disciplina de IC-1 do curso de medicina da UFMT e os respectivos monitores da mesma.

Estudos descritivos são aqueles que se observam os fenômenos, registra-os, analisa-os, classifica-os e interpreta-os, sem fazer qualquer tipo de manipulação, ou seja, eles apenas são descritos como se apresentam (TOBAR E YALOUR, 2001).

Já o caráter exploratório da pesquisa visa tornar mais explícito o problema, como o próprio nome diz “explorar um fenômeno pouco ou nunca explorado”, na tentativa de aprofundar as ideias sobre o objeto de estudo. O planejamento deste tipo de estudo é flexível, pois deve considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado (GIL, 2010).

A pesquisa de natureza quantitativa ou qualitativa, também denominada métodos mistos, contempla em seu escopo quatro desenhos metodológicos. Entre eles, destaca-se a triangulação, que visa relacionar e contrastar, de forma simultânea, os dados estatísticos com os qualitativos. Nessa perspectiva, os dados quantitativos podem subsidiar os

qualitativos ou ao contrário, configurando os estudos de métodos mistos (CRESWELL & CLARK 2007).

Para apreender as percepções dos alunos monitorados foi aplicado um questionário estruturado por meio da plataforma Google Forms. O mesmo foi distribuído para a totalidade dos alunos matriculados na disciplina, que compunham um universo de 41 discentes, destes, houve retorno de 36 respostas, configurando um percentual de 87,8% de respondentes.

O questionário foi composto por oito perguntas fechadas, que utilizaram uma escala de avaliação tipo Likert de cinco pontos, variando de 1 (correspondendo "Nada/Nenhum") à 5 (a "Extremamente"), sendo este o parâmetro para mensurar quantitativamente a percepção dos alunos sobre dimensões específicas da monitoria. Adicionalmente, o instrumento continha um campo aberto para comentários, destinado à coleta de dados qualitativos que permitissem aos participantes expressarem percepções subjetivas, críticas ou sugestões, visando enriquecer qualitativamente os dados desvelados.

A análise quantitativa foi realizada por meio de estatística descritiva, com o cálculo de frequências absolutas e percentuais para cada uma das respostas nas oito perguntas fechadas. Para fins de discussão, as respostas "4" (Muito) e "5" (Extremamente) foram agrupadas para definir um indicador de "avaliação positiva", permitindo uma visualização clara da aprovação geral de cada aspecto avaliado.

Quanto a compreensão qualitativa, esta foi feita sobre os dados que constavam no campo de comentários e as percepções dos monitores, conforme supracitado, utilizada com a finalidade em aprofundar e contextualizar os resultados quantitativos.

3. Resultados e Discussão

3.1 Tabela 1 - Percepção Discente sobre a Monitoria de Interação Comunitária I

Pergunta:	1 (Nada)	2	3	4 (Muito)	5 (Extremamente)	Avaliação positiva (4+5)
1. Quanto a monitoria te ajudou na compreensão geral da matéria?	1	0	4	12	19	86,1% (31/36)

2. Quanto a monitoria contribuiu para sua capacidade de relacionar os conteúdos teóricos com a prática médica e comunitária?	0	0	4	16	16	88,9% (32/36)
3. Quanto os materiais de apoio (resumos, discussões de textos, links) disponibilizados pela monitoria foram úteis?	0	0	0	3	33	100% (36/36)
4. Quanto a didática e a clareza do(a) monitor(a) ao explicar os conteúdos facilitaram seu aprendizado?	0	1	1	10	24	94,4% (34/36)
5. Quanto a monitoria ajudou no diálogo da classe com o(a) professor(a) da matéria?	0	0	1	6	29	97,2% (35/36)
6. Quanto a monitoria ofereceu um ambiente seguro e acolhedor para você tirar dúvidas e expor dificuldades?	0	0	0	4	32	100% (36/36)

7. Quanto a monitoria te auxiliou na preparação para as atividades práticas ou de campo?	1	0	2	7	26	91,7% (33/36)
8. De forma geral, quanto a monitoria agregou valor à sua experiência na disciplina?	0	0	3	7	26	91,7% (33/36)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A tabela evidencia uma percepção dos alunos da disciplina amplamente positiva em relação a monitoria, com índices de aprovação elevados em todas as dimensões avaliadas. Sendo importante destacar que 100% relataram que a monitoria proporciona um ambiente seguro e acolhedor para tirar dúvidas e expor as dificuldades.

Essa percepção do aluno é corroborada Slavin (1990), o qual em seus estudos afirma que por muitas vezes os próprios alunos se sentem mais a vontade de consultar seus companheiros para sanar suas dúvidas ou expor suas dificuldades de aprendizagem. Fenômeno explicado pelo fato do monitor ser um aluno, portanto, participe da cultura própria do alunado, cuja linguagem em algumas situações é mais compreensível considerando as diferenças quanto ao nível dos docentes, por mais acessível que estes tentem ser. A interação do alunos da disciplina com os alunos monitores favorece o que os educadores denominam de aprendizagem cooperativa. Este tipo de aprendizagem mostra como os alunos aprendem com seus colegas, representando uma rica estratégia educativa (SLAVIN, 1990).

Os dados da tabela apontam que a monitoria teve um impacto substancial no processo de aprendizagem dos alunos de IC-1. A didática e a clareza dos monitores foram avaliadas positivamente por 94,4% dos discentes, o que se refletiu diretamente na ajuda para a compreensão geral da matéria com 86,1% de avaliações positivas. A proximidade entre monitor e alunos, principalmente pela experiência acadêmica recente, frequentemente permite uma "tradução" dos conteúdos para uma linguagem mais acessível, complementando a abordagem docente e sanando dúvidas pontuais de forma mais direta e informal.

Um dos achados mais expressivos neste eixo foi a avaliação dos materiais de apoio (resumos, discussões de textos, links), que obtiveram 100% de aprovação, com 91,6% (33 alunos) classificando-os como "extremamente" úteis. Este resultado sugere que os materiais funcionaram como eficazes "andaimos pedagógicos", fornecendo aos estudantes ferramentas concretas para organizar o estudo, revisar conteúdos e ganhar autonomia e segurança. Em uma disciplina com carga teórica e prática densa como a IC I, esses recursos são fundamentais para a consolidação do conhecimento.

A capacidade da monitoria em auxiliar na articulação entre teoria e prática foi outro ponto de grande destaque, com 88,9% dos alunos percebendo uma contribuição "muito" ou "extremamente" positiva. Este dado é crucial, pois demonstra que a conexão entre o conhecimento da sala de aula e sua aplicação no mundo real é um dos maiores desafios e objetivos da formação médica.

O monitor, por ter vivenciado as atividades de campo e os desafios da disciplina em um passado próximo está em uma posição privilegiada para oferecer *insights* práticos, dicas e exemplos que tornam a teoria mais palpável. Essa atuação como ponte entre o saber teórico e o fazer prático é crucial para que o aluno comece a desenvolver o raciocínio clínico e a compreensão da dinâmica comunitária, superando a dicotomia entre teoria e prática que por vezes permeia a educação (PEREIRA et al., 2016).

A percepção dos alunos da IC-1 quanto a monitoria é corroborada pela dos monitores, que consideram a experiência vivenciada na monitoria como positivamente impactante como espaço de (re) aprendizagem da disciplina e descoberta da capacidade pedagógica potencial.

Todos esses resultados dialogam com os estudos de Slavin (1990), cujos resultados afirmam que muitas vezes os próprios alunos se sentem mais à vontade em consultar seus colegas monitores para tirar dúvidas, reafirmando mais uma vez a teoria que a aprendizagem cooperativa representa uma rica estratégia de se estimular esse apoio mútuo, estando fortemente presente na monitoria.

Os resultados revelam talvez o papel mais profundo e impactante da monitoria nesta experiência: Pilar de bem-estar e integração. Desvelando a função do monitor para além do suporte acadêmico, posicionando-o também como um promotor de segurança psicológica. Em um ambiente de alta pressão como o curso de Medicina, a criação de um espaço onde os alunos se sintam à vontade para expressar vulnerabilidades e incertezas sem medo de

juízo é essencial para uma aprendizagem eficaz e para a saúde mental discente (GONÇALVES et al., 2020).

A monitoria também se destacou como uma ponte relacional entre os alunos e o professor, com 97,2% dos discentes percebendo que ela facilitou o diálogo com o docente. O monitor, por sua posição intermediária, pode atuar como um catalisador da comunicação, organizando as dúvidas da turma, transmitindo anseios coletivos e diminuindo a distância hierárquica que por vezes inibe a interação direta dos alunos com o professor (GONÇALVES et al., 2020). Essa mediação otimiza o tempo em sala de aula e fortalece o vínculo de confiança em todo o ambiente de aprendizagem. A construção desse ambiente seguro e mediado não é um mero benefício acessório; ela é uma condição fundamental que possibilita que a aprendizagem do conteúdo técnico e prático ocorra de forma mais sólida e significativa.

A síntese da percepção discente é capturada na avaliação geral da monitoria, onde 91,7% dos alunos afirmaram que a iniciativa agregou "muito" ou "extremamente" valor à sua experiência na disciplina. Este resultado consolida o sucesso da monitoria e reflete a soma dos fatores positivos analisados anteriormente. O alto valor agregado percebido não deriva apenas da ajuda para compreender o conteúdo ou se preparar para as atividades práticas, mas, da combinação do suporte pedagógico eficaz com a criação de um ambiente de acolhimento e integração aluno com aluno e aluno com o docente.

A experiência demonstra que os alunos valorizaram a monitoria não somente por ela ter facilitado o aprendizado, porém, também por ter sido sinérgica no que tange ao caráter humanitário, seguro e positivo da disciplina de Interação Comunitária I.

Nesse contexto, o sentido da vivência enquanto monitores desde o início da monitoria foi expressa como positiva, considerando as orientações e o apoio do professor / orientador da disciplina, sempre numa perspectiva freiriana da dialogicidade amorosidade no processo de ensino-aprendizagem.

Antes do início das atividades da monitoria, houve todo um preparo pedagógico dos monitores, onde o professor realizou reuniões virtuais por meio da plataforma Google Meet, dissecando os objetivos da disciplina, qual a função dos monitores e atividades a desenvolver, como dialogando sobre a Resolução CONSEPE nº 442, de 26 de Fevereiro de 2024, a qual aborda sobre a monitoria na UFMT. Portanto, as orientações previamente dadas sobre o papel da monitoria, esclarecimento quanto eventuais dúvidas e instruções pedagógicas

durante a atuação no ambiente acadêmico, foi um estímulo à mais para engajamento dos monitores com mais estímulo e segurança.

Importante ressaltar que o contato entre o professor orientador e os monitores é algo que é necessário e deve se manter constante ao longo de todo o período da monitoria, por meio de mensagens, e-mails e encontros periódicos, para que a monitoria ocorra com êxito. Esta comunicação tem sido fundamental para o alinhamento das ações pedagógicas, a organização das atividades a serem desenvolvidas e o repasse de sugestões estratégicas de ensino, as quais podem melhorar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Enfim, tal acompanhamento contínuo reforça a importância do vínculo entre docente e monitores.

Os monitores relatam que a experiência na monitoria foi impactante na formação acadêmica, por possibilitá-los a aquisição de habilidades e potenciais pedagógicos que outrora desconheciam e, destacam que a tríade relacional: professor-monitores-aluno é extrema importância, gerando satisfação tanto nos alunos monitorados, quanto nos monitores.

4. Conclusão

Concluimos a partir dos resultados que emergiram das vivências na monitoria de IC-1, expressas nas narrativas dos alunos da disciplina e dos próprios monitores, que o PIBID é um programa que deve ser valorizado e estimulado na universidade, tendo em vista os impactos positivos que a monitoria tem sobre a formação acadêmica do curso de graduação em medicina e, acreditamos que em todos os cursos de graduação.

A experiência de todos os envolvidos na monitoria da disciplina de Interação Comunitária I a corrobora como uma estratégia pedagógica de notável impacto em diversas dimensões da vida acadêmica, transcendendo a simples função tradicional de reforço de conteúdo ou tira dúvidas, mas, se consolidando como uma ponte eficaz e necessária para a mediação de saberes e para a construção de um ambiente de segurança psicológica indispensável à aprendizagem, além, de ser um suporte efetivo ao professor e sobretudo, um despertar para possíveis docentes futuramente no quadro dos cursos.

Reafirmamos que o PIBID (monitoria acadêmica) deve ser um investimento institucional contínuo e uma política institucional forte, não apenas em seu aspecto técnico-científico, mas, também em sua dimensão humanística, com ênfase no acolhimento, na mediação e na produção de materiais de apoio de qualidade. Enfatizamos que para as disciplinas do ciclo básico do curso de medicina, a monitoria é imprescindível.

Sugerimos que a PROEG estimule o desenvolvimento de pesquisas que investiguem o impacto da monitoria acadêmica no desenvolvimento das disciplinas, na formação dos monitores e na qualidade dos cursos de graduação como um todo. Se possível, que estas pesquisas façam parte das políticas institucionais, recebendo, inclusive, apoio financeiro para sua realização.

Muitos na universidade (docentes e discentes) não compreendem ainda a importância e o papel formativo da monitoria acadêmica, talvez, sendo necessário pensar em uma maior divulgação e expansão da monitoria, criando inclusive monitorias para atividades também de pesquisa, extensão e gestão acadêmica. Porém, iniciativas estas bem com supervisão sistematizada, materializando assim, a cultura da verdadeira iniciação à docência universitária em todo o universo acadêmico.

Referências

BOTELHO L.V et al. Academic mentorship and professional training in health: an integrative review. **ABCS Health Sci.** 2019 [acesso em 13 dez 2021]. Disponível em: <https://nepas.emnuvens.com.br/abcshs/article/view/1140>.

CRESWELL J.W.; CLARK V.L.P. Designing and Conducting Mixed Methods Research. Thousand Oaks (CA): **Sage Publications**; 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo. Paz e Terra 1997.

FRIEDLANDER, M.R. Sudetos as proctors: a experience in fundamental of nursing. **Rev Esc Enferm USP.** 1984 [acesso em 13 dez 2021]. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reecusp/article/view/136666>.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, M. F.; GONÇALVES, A. M.; FIALHO, B. F.; GONÇALVES, I. M. F.; FREIRE, V. C. C. A importância da monitoria acadêmica no ensino superior. Práticas Educativas, Memórias e Oralidades. **Rev. Pemo**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. e313757, 2020. DOI: 10.47149/pemo.v3i1.3757. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3757>. Acesso em: 31 jul. 2025.

MARTINHO, N. J. **Plano de ensino da disciplina Interação Comunitária I – Curso de Medicina, Campus Cuiabá, período 2020/1**. Cuiabá: UFMT, 2020. 3 p. Disponível em: <https://cms.ufmt.br/files/galleries/248/43ec7cb5bb1d0ac3b7f378d47524118e450b7b9a1.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2025.

MATOS, F. V. DE .; CALDEIRA, A. P.. Interação comunitária e planejamento participativo no ensino médico. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 37, n. 3, p. 434–440, jul. 2013. Acesso em 31 jul. 2025.

PEREIRA, I. D. F. et al.. PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS E RELAÇÕES ENTRE TEORIA E PRÁTICA NA FORMAÇÃO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 14, n. 2, p. 377–397, maio 2016. Acesso em: 31 jul. 2025.

SLAVIN, R. E. Research on cooperative learning: consensus and controversy. **Educational Leadership**, v. 47, n. 4, p. 52-54, 1990.

SANTOS, Evandro José Dos et al.. **A importância da monitoria no processo de formação do aluno-monitor: relato de experiência**. Anais VI CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/58442>. Acesso em: 29 jul. 2025.

SOUZA, J. P. N. DE .; OLIVEIRA, S. DE .. Monitoria acadêmica: uma formação docente para discentes. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 47, n. 4, p. e127, 2023. Acesso em: 30 jul. 2025.

TOBAR, F.; YALOUR, M. R. **Como fazer teses em saúde pública: conselhos e ideias para formular teses e informes de pesquisas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

A Tutoria como espaço do professor em formação: articulando teoria e prática no planejamento de aulas de inglês

The Tutoring Project as an opportunity for the teacher in training: articulating theory and practice in the planning of English classes

Profa. Dra. Márcia de Moura Gonçalves
Alessandra Cristina da Silva Leal Buckener
Everton Santos de Amorim

Resumo

Neste Relato de Experiência faz-se uma reflexão sobre as vivências dos alunos tutores do Curso de Letras Inglês relativas ao planejamento em seus diferentes aspectos que envolvem a prática pedagógica docente ao longo dos dois primeiros meses de atuação no período acadêmico 2025/1. O projeto de tutoria oferta o Curso de Inglês em nível básico A1 no Instituto de Linguagens e adota como material básico o livro *English File Beginner*. O principal conceito da fundamentação teórica do estudo é o de Planejamento (LIBANEO,1991; OLIVEIRA, 2015; SOUZA, 2019). É uma pesquisa qualitativa do tipo Estudo de Caso, com 2 participantes - os alunos tutores. Os instrumentos de obtenção de dados são anotações em reuniões e registros em notas de campo. Os resultados apontam que os registros da percepção dos participantes sobre planejamento envolvem as seguintes categorias: decisões do grupo; recursos disponíveis e público-alvo; fatores afetivos; ações de planejamento e execução; limitação do planejamento. Além disso, conclui-se que o Programa de Tutoria constitui-se como importante espaço de formação inicial docente, possibilitando articular teoria e prática e fortalecendo os cursos de licenciatura.

Palavras-chave: Ensino de Inglês; Formação inicial docente; Planejamento; Programa de Tutoria.

Abstract

In this Experience Report, a reflection is made on the experiences of the student tutors regarding the planning of English lessons in the Tutoring Program. The planning is considered in its different aspects involving the teaching practice throughout the first two months of activities in the 2025/1 academic term. The tutoring project offers a Basic A1 level English course at the Institute of Languages and adopts the book *English File Beginner* as its core material. The key concept underlying the theoretical foundation is Planning (LIBANEO,1991; OLIVEIRA,2015; SOUZA, 2019). It is characterized as a qualitative Case Study, involving two participants - the student tutors. The data collection instruments consist of notes from meetings and records in field notes. The results indicate that the records of the participants' perceptions about planning involve the following categories: group decisions; available resources and target audience; affective factors; planning and execution actions; limitation of planning. Furthermore, it is concluded that the Tutoring Program constitutes an important opportunity for initial teacher training, making it possible to articulate theory and practice, and strengthening teacher education degree programs.

Keywords: English teaching; Teacher training; Planning; The Tutoring Program..

¹ Márcia de Moura Gonçalves, Instituto de Linguagens, UFMT, marcia.goncalves@ufmt.br

² Alessandra C. da S. Leal Buckener, Letras Português e Inglês, alessandra.buckener@sou.ufmt.br

³ Everton Santos de Amorim, Letras Português e Inglês, everton.amorim@sou.ufmt.br

1. Introdução

O Inglês tem de fato se concretizado como a língua para a comunicação global e ainda existem muitas pessoas que não consideram importante o seu aprendizado, seja por uma motivação intrínseca, como a vontade de aprender o idioma para interações sociais nas redes, por exemplo, seja por razão extrínseca, para uso no trabalho ou em pesquisa.

No projeto de tutoria do Curso de Letras Inglês, busca-se a articulação entre teoria e prática na formação inicial, proporcionando ao aluno tutor tomar a prática pedagógica como um processo dinâmico e complexo que mobiliza a aquisição de múltiplos conhecimentos relativos à sua futura área de atuação profissional. Nele, a oportunidade de atuar como professor em uma sala de aula de inglês tem se mostrado de grande valor ao aluno tutor, pois nele tem-se, dentre outros objetivos, a oportunidade de aprender: 1) a decidir o tipo de material didático a ser adotado e qual melhor se encaixa respeitando a faixa etária e nível de conhecimento destes alunos; 2) a elaborar etapas de planejamento; 3) a elaborar material didático complementar; 4) a avaliar e executar esse planejamento.

Este relato de experiência tem como objetivo trazer uma reflexão sobre as experiências adquiridas de alunos tutores relacionadas ao planejamento, tanto do curso quanto das aulas, nessa que constitui a sua primeira experiência em sala de aula.

O conceito chave deste estudo é o Planejamento (LIBÂNEO, 1991; OLIVEIRA, 2015; SOUZA, 2019) em seus diferentes níveis. A importância deste relato consiste na possibilidade de, ao escrevê-lo, o graduando refletir sobre a sua vivência pedagógica na tutoria como espaço de aprendizado e reflexão, articulando didática de ensino de línguas à prática de ensino e à pesquisa. Nesse contexto, lançar um olhar reflexivo sobre o planejamento permite ao professor pesquisador compreender a tomada de decisões (*decision making*) como uma competência essencial ao professor.

2. Material e Método

Esta pesquisa é qualitativa do tipo Estudo de Caso que busca identificar a visão dos alunos tutores sobre o planejamento de curso e de aula nesta sua primeira experiência atuando como professores. Os participantes são dois alunos tutores atuantes como professores de inglês no Projeto de Tutoria do Curso de Letras Inglês no ano acadêmico de 2025. As aulas de nível básico A1

(Quadro Europeu Comum de Referência para Línguas) foram ofertadas no Instituto de Linguagens em salas com ar-condicionado, datashow, carteiras, quadro branco e sistema de som. Os alunos tutores oferecem 3 horas-aula semanais e são identificados como *tutor A* e *tutor B*. Os dados foram obtidos por meio de notas escritas pelos participantes em reuniões e em diário de campo. As anotações revelam as percepções iniciais dos participantes relacionadas ao planejamento.

Ao empreender a análise das notas de campo, foi a seguinte pergunta: Que aspectos relativos ao planejamento do plano de curso e plano de aula capturaram o interesse dos participantes e foram descritos nas notas? Os dados obtidos foram organizados em seis (06) categorias que estão descritas na discussão dos resultados: decisões em grupo; recursos disponíveis e público-alvo; fatores afetivos; ações de planejamento e execução; limitação do planejamento.

3. Resultados e Discussão

Na tutoria, ao iniciar a organização dos trabalhos de planejamento para o período letivo 2025/1, nosso primeiro foco foi o plano de ensino e a escolha do material didático e, posteriormente, o plano de aula.

Assim relatam os tutores sobre as **decisões em grupo**:

Tutor A: “O material didático principal adotado, em reunião entre os tutores e a professora orientadora, foi o *English File Beginner, 4th edition*, da editora Oxford. Nesta primeira reunião da equipe, além da escolha do material a ser trabalhado com as turmas da tutoria, também seria definido os dias das aulas e os conteúdos que deveriam ser introduzidos em cada uma dessas aulas até o término da tutoria, que se dará em setembro de 2025. Além das reuniões em grupo, cada tutor também precisaria dispensar um tempo para o planejamento dessas aulas. Esse tempo de planejamento implicaria no estudo prévio do conteúdo pelo aluno tutor e sendo assim, procurar de forma criativa elaborar atividades complementares para cada uma das aulas. Até o presente momento foram ministradas quatro aulas, com início em 17 de junho de 2025. Além do material didático base, outros materiais complementares foram elaborados e utilizados.”

Tutor B: “(...) a partir de reuniões quinzenais com a professora, onde aprendemos a fazer um syllabus, a planejar aulas e a lidar com situações comuns de sala de aula. (...) o primeiro planejamento foi feito com a ajuda da professora nas nossas reuniões, no resto, faço meus planejamentos na mesma semana que darei tais aulas, para ficar fresco na minha cabeça; com a ajuda do teacher’s guide”.

Pela narrativa, é possível verificar o quão importante é a definição do material a ser usado ou não como roteiro de trabalho e base em termos de conteúdo de ensino mínimo a ser trabalhado em sala de aula. O que foi denominado *Syllabus*, nada mais é do que o plano de ensino organizado em número de aulas previstas ao longo do período letivo. Observa-se que o planejamento é concebido na narrativa como ação que evita a improvisação e estabelece uma logística organizacional que dá ao professor segurança por meio de uma prática didaticamente orientada.

Todo planejamento requer do professor uma tomada de decisões. Isso implica em fazer escolhas voltadas para o atendimento das necessidades de aprendizagem do **público-alvo** bem como dos **recursos disponíveis**. Assim relatam os participantes:

Tutor A: “O público-alvo da tutoria de Inglês para iniciantes de 2025/1 são alunos, principalmente calouros, dos cursos de licenciatura de letras e demais cursos ofertados pela universidade”.

Tutor B: Alunos de graduação da UFMT de 18 a 30 anos, com níveis variados de inglês, do mais básico ao mediano. (...) está sendo utilizado o datashow da sala, quadro branco, canetões, o livro *english file students book begginer fourth edition* (com o *teacher's guide*), o livro *workbook english file begginer, flash cards*, fotocópias. (...) o *teacher's guide* está sendo complementar para o desenvolvimento, contou também com a ajuda de colegas, mas principalmente da professora; sem contar com as minha anotações e ideias que tenho na hora, poder escolher o horário e o dia das aulas e o fato de poder dar aula dentro da faculdade.

Richards e Lockhart (2012, p. 81) afirmam que muitos professores reportam que ao planejar uma aula eles tendem a visualizá-la pensando em grupos específicos de alunos ao invés de pensar nos objetivos de ensino. De fato, conhecer o público-alvo, o contexto social e educacional de ensino e, no caso da língua estrangeira, identificar o conhecimento prévio do idioma dos estudantes e verificar os recursos disponíveis para execução da aula estão no cerne da atenção dos professores.

Observa-se na nota de campo dos tutores o **fator afetivo** como sendo uma certa ansiedade nascida da expectativa da primeira experiência docente:

Tutor A: A prática da tutoria proporciona ao aluno tutor esta experiência para cada dia estarmos mais preparados para que, ao ingressarmos nas escolas para as práticas docentes, sejam elas públicas ou privadas. Segundo Santos e Martins (2002, p.30) precisamos observar a “necessidade de estar sempre em busca da qualificação profissional [...]”. Um professor bem preparado é a chave para o desenvolvimento de uma boa metodologia.

Tutor B: Até então essa foi minha única experiência tendo contato com a sala de aula (como professor), antes do primeiro dia de aula eu estava super ansioso, mas com o passar do tempo fui conseguindo levar, agora me sinto mais confiante quanto ao planejamento de aula; (...) A minha única dificuldade é o fato dessa ser a minha primeira experiência lidando com uma sala de aula, apesar de que tem se tornado cada vez mais fácil.

Verifica-se no relato a ansiedade como um fator influenciador nas etapas de planejamento e execução das atividades como um sentimento de apreensão sobre o porvir. Entretanto, observa-se que ela ocorre como uma resposta à situação de ensino (a primeira experiência, o público-alvo são estudantes de graduação como eles, por exemplo) ou pode ser mesmo uma característica da personalidade dos alunos tutores, que se manifesta em diferentes níveis. Ao discutir fatores afetivos relacionados ao ensino e a aprendizagem de línguas, Brown (1994) afirma que a ansiedade “pode atuar como debilitadora, bloqueando o desempenho linguístico do indivíduo, ou como facilitadora, mantendo o indivíduo alerta à situação de aprendizagem”. Nesse caso, a atuação docente como aluno tutor é vista como uma experiência de aprendizagem *na e da* docência, haja vista a construção

de todo o conhecimento didático-pedagógico-linguístico que ocorre nessa prática docente em período de formação inicial.

Por fim, as notas de campo registraram uma sequência de relatos sobre as primeiras aulas ofertadas, descrevendo **ações de planejamento e execução** do aluno *tutor A*:

A segunda atividade: com os alunos sentados em círculo, segurando à mostra o *card* do país recebido no início da aula o colega sentado à frente perguntava: *Where are you from?* E o colega teria que responder: *I'm from...* (e dizia o nome do país correspondente no *card* que possuía em mãos). Uma segunda pergunta era feita: neste caso, a pergunta não seria a respeito ao *card* que o colega segurava, mas perguntava de outro país, por exemplo: se o colega estivesse segurando o *card* da África do Sul, o colega deveria perguntar: *Are you from Brazil?* O colega deveria responder: *No, I'm not. I am from South Africa.* E assim sucessivamente com os demais alunos. Os objetivos dessa atividade era sedimentar o conteúdo e a prática do *speaking* para o que falava e *listening* para o que ouvia.

Os registros feitos apontam para o interesse do aluno tutor no uso de atividades complementares às propostas no livro didático (*Student's book*) adotado como material base. Ao mesmo tempo, as anotações serviram como registro de desenvolvimento da dinâmica associando tópico de ensino, sequência de ações do professor e estudantes, recursos usados e objetivos a serem alcançados. Observa-se a intencionalidade tanto do planejamento da atividade a qual nos referimos como *follow-up activity* como prática do conteúdo previamente estudado e do registro para uso posterior em futuras aulas.

Em uma nota de campo, o aluno tutor A apontou uma possível **limitação do planejamento** relacionada à escolha prévia do livro didático adotado. Segue o seu relato:

“A maior dificuldade em ensinar outra pessoa está em um material didático adequado para o ensino, sempre observando se este material está de acordo com as características e nível de conhecimento adequado dos alunos alvo. Como nesta tutoria foi escolhido previamente o material didático à ser empregado, não podemos dizer que tivemos limitações ou problemas para a execução das aulas até o presente momento. Talvez isto se dê pelo fato de fazermos nosso trabalho com seriedade e comprometimento pois sabemos da importância e da responsabilidade em nossas mãos. Como a tutoria ainda está em andamento, pode ser que alguma dificuldade ocorra no processo, futuramente saberemos, mas temos a certeza que teremos experiências o bastante para juntos resolvermos, sejam elas quais forem, da melhor forma possível.”

Na visão desses tutores, o uso de um livro lhes permitiria seguir uma sequência de aula, a aquisição de conteúdos pelos alunos já solidificada pelas editoras e lhes possibilitaria maior tempo de estudo para o ensino. Cabe ao aluno tutor fazer as adequações necessárias conforme as necessidades dos estudantes, elaborando outras atividades que promovam interação ou reforço no aprendizado de estruturas linguísticas de gramática e vocabulário, por exemplo. Essa reflexão do tutor é muito importante e aponta para a autonomia do professor na escolha do material e mesmo para possibilidade de criação de sequências didáticas que se adequem aos objetivos curriculares da instituição de ensino.

Finalmente, na fala do tutor A pode-se perceber não somente a compreensão do objetivo do planejamento, mas também a perspectiva do andamento das ações a serem realizadas até a

conclusão dos trabalhos neste período letivo a esse respeito:

“Como dito anteriormente, a tutoria ainda está em andamento, mas podemos dizer que, até o presente momento deste relato, com organização prévia por parte do aluno tutor no planejamento das aulas, seja este planejamento com os demais membros da tutoria ou individual, sempre procurando a orientação do(a) professor(a) orientador(a), com tempo hábil e dedicação para elaborar ou buscar novas formas de ensino, com materiais didáticos pedagógicos apropriados, sejam eles elaborados pelo aluno tutor ou não, o resultado não será diferente de uma aula bem aplicada pelo tutor e bem absorvida e sedimentada pelos alunos que a recebem.”

4. Considerações finais

Este relato teve como objetivo refletir sobre as percepções dos alunos tutores relativas ao planejamento, especificamente, aos planos de ensino e de curso. A elaboração do relato propiciou aos tutores revisitar suas notas de campo e refletir sobre o processo de aprendizado da docência na sua vivência prática articulada aos conhecimentos teóricos adquiridos na graduação em andamento. Além disso, possibilitou olhar para a prática pedagógica como objeto de investigação para fins de compreensão da sua própria atuação docente com vistas à sua transformação à medida que se fizer necessário.

O relato evidenciou a importância do Programa de Tutoria para os cursos de licenciatura na universidade. Revelou-se como importante e relevante espaço para que futuros professores possam aprender as bases do ensino na sua área de formação docente ainda no período da graduação, sob os cuidados e orientações do professor tutor.

Referências

- BROWN, H. Douglas. Principles of language learning and teaching. New Jersey: Prentice-Hall, 1994.
- LIBÂNIO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1991.
- OLIVEIRA, Luciano Amaral. Aula de inglês: do planejamento à avaliação. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- RICHARDS, Jack C.; LOCKHART, Charles. Reflective teaching in second language classrooms. 20ed., New York: Cambridge University Press, 2012.

Entre línguas e leituras: A tutoria “Estratégias de Leitura em Língua Francesa” como reforço da compreensão em português

Between languages and readings: the tutoring project “Strategies of Reading in French” as a reinforcement for comprehension texts in Portuguese language

Emanuelly Machado Bastos

Jakeline de Oliveira Silva

Thalita Duarte da Cruz

Suze Silva Oliveira (Professora orientadora)

Resumo

O conhecimento compartilhado e o domínio da língua materna são condições necessárias para a sensibilização e a aprendizagem de uma nova língua. É, portanto, da relação entre situações que são familiares (o conhecimento partilhado, a língua materna) e o novo que o aluno vê sentido e atribui valor ao que aprende (ASUBEL: 1980). É com base nessa crença que os tutores integrantes da Tutoria *Lecture en langue française, l'univers des possibilités: stratégies de leitura em Língua Francesa*, fundamentaram as suas estratégias de ensino, suas reflexões e suas atuações nas atividades de leitura de textos nas línguas portuguesa e francesa. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo relatar as situações que sustentaram a crença adotada na tutoria para a apresentação dos conteúdos que partiam do familiar (da língua portuguesa) para o desconhecido (a língua francesa). Essas percepções são frutos das observações de uma tutora-observadora, das impressões de duas tutoras-regentes e das discussões semanais realizadas entre os tutores e a professora orientadora, que possibilitaram reflexões relativas ao desenvolvimento das aulas durante a experiência de tutoria realizadas no segundo semestre de 2025.

Palavras-chave: conhecimento compartilhado; estratégias de leitura; observação de aula; tutoria; sensibilização linguística.

Abstract

This study aimed to present a report about some pedagogical practices developed within the tutoring program "*Lecture en langue française, l'univers des possibilités: stratégies de leitura em Língua Francesa*". Based on Ausubel's (1980) theory of meaningful learning, the studies developed by the project argues that proficiency in the mother tongue and shared knowledge are essential conditions for acquiring a new language. The methodology adopted by the tutors focused on bridging the gap between familiar linguistic structures (Portuguese) and unknown content (French) to provide students with a sense of purpose in their learning process. The results are derived from the observations of a tutor-observer, the practical experience of two teaching tutors, and weekly pedagogical discussions with the supervising professor during the second semester of 2025. These reflections demonstrate how starting from the "familiar" facilitates the development of reading strategies and the overall sensitization to the French language.

Keywords: Shared Knowledge; Reading Strategies; Classroom Observation; Tutoring; Language Awareness

¹ Emanuely Machado Bastos, Universidade Federal de Mato Grosso, emanuely.bastos@sou.ufmt.br.

² Jakeline de Oliveira Silva, Universidade Federal de Mato Grosso, jakelinedeoliveira01@gmail.com.

³ Thalita Duarte da Cruz, Universidade Federal de Mato Grosso, thalita.duarteacruz@outlook.com.

⁴ Suze Silva Oliveira, Universidade Federal de Mato Grosso, suze.oliveira@ufmt.br.

1. Introdução

A Tutoria *Lecture en langue française, l'univers des possibilités: stratégies de leitura em Língua Francesa*, em oferta desde 2023/1, tem por objetivo geral proporcionar aos alunos da Universidade Federal de Mato Grosso o desenvolvimento e o aprimoramento das competências de leitura e de compreensão de diferentes gêneros textuais em língua francesa, em verso e em prosa, sem que estes necessariamente tenham conhecimento prévio da língua-alvo. Em 2025/1, o projeto recebeu 62 inscrições para o atendimento por três alunos tutores em diferentes dias e horários na semana.

A abordagem metodológica consistiu em partir do que é conhecido pelos estudantes - com a apresentação de textos em língua portuguesa - para depois chegar ao desconhecido por meio de materiais (textos impressos verbais, não-verbais e audiovisuais) em língua francesa estreitamente correlacionados à temática proposta nos textos em língua materna. Todo o trabalho foi acompanhado pela professora orientadora, proponente do projeto, que em reuniões semanais orientava a preparação dos encontros (como prefere denominar), isto é, as aulas preparadas pelos alunos-tutores. Nesses encontros realizavam-se os planejamentos, a preparação das aulas, além do estudo de teorias relativas à leitura e aprendizagem de línguas que pudessem embasar o trabalho a ser realizado pelos tutores e a discussão dos relatos da tutora-observadora apresentados em cada encontro.

No contexto da realização desse trabalho, a tutora-observadora tinha a função de acompanhar o desenvolvimento das aulas e anotar como os conteúdos e as dinâmicas propostas eram recebidos pela turma. A dinâmica da sala de aula era registrada (os comentários e análises dos textos pelos alunos inscritos) em um caderno e levados para a discussão em grupo. Os tutores-regentes, por sua vez, eram responsáveis por planejar e ministrar as aulas, preparando os materiais didáticos e selecionando textos de gêneros variados, como crônicas, contos, romances e quadrinhos que *conversassem com* a experiência e o interesse da turma. Aos tutores regentes, portanto, cabia instigar a curiosidade dos alunos, proporcionando-lhes o acesso a materiais que facilitassem a assimilação e o reconhecimento do conteúdo.

O princípio norteador do trabalho era a crença de que o ensino de língua estrangeira não devia ser apenas uma aplicação de regras gramaticais rígidas. Como aponta Jover Faleiros (2006, p. 47), o conhecimento de um leitor vai além do aspecto linguístico, envolvendo também o conhecimento de mundo daquele que aprende e de quem ensina (BARCELOS: 2006). Assim, o programa de tutoria em língua francesa buscou criar conexões entre o que o aluno já sabia e a língua francesa, promovendo uma aprendizagem mais significativa. Observou-se que, é justamente nessa falta de conexão entre o vivido e o lido que se insere a atuação da tutoria, auxiliando a correlação entre esses mundos: o vivido e o das palavras (LEFFA: 1996). Observa-se que, é nessa falta de conexão – entre o texto e o que o aluno conhece – que se insere a atuação da tutoria,

propiciando ao aluno a superação de barreiras entre o conhecimento prévio do aluno, o texto e os sentidos nele mobilizados, de modo a colaborar para um aprendizado mais fluido e significativo.

Em suma, as reflexões apresentadas neste relato são fruto dessa dinâmica de planejamento, execução e avaliação das atividades, que permitiu identificar situações marcantes e ajustar as práticas pedagógicas para as aulas seguintes. O que se apresenta nas próximas páginas é, portanto, o resultado de um processo colaborativo de observação e análise das experiências vividas em sala de aula, focando nos desafios e nas estratégias encontradas durante o ensino dos gêneros textuais.

2. Material e Método

Este trabalho é um relato de experiência de caráter descritivo, fundamentado nas vivências ocorridas durante as atividades de tutoria nos períodos letivos de 2024/2 e 2025/1. O presente relato se situa no âmbito das tutorias realizadas em turmas distintas, centradas no desenvolvimento da competência leitora e na compreensão de gêneros textuais em língua francesa. As observações foram realizadas a partir das interações dos alunos com os materiais propostos e das necessidades identificadas quanto à ampliação de seus repertórios culturais.

O acompanhamento das situações relatadas ocorreu por meio de anotações com fins pedagógicos e da observação direta das dinâmicas realizadas em sala. As estratégias de ensino envolveram o uso de jogos educativos para apresentação e revisão de conceitos, leitura de textos clássicos (como fábulas em língua francesa) e exercícios de identificação de gêneros literários. O foco das observações recaiu sobre as reações e falas dos alunos diante de desafios linguísticos, como o contato com termos pouco usuais (ex: o verbo "repicar") e a dificuldade de distinguir estruturas de gêneros semelhantes, como contos de fadas e fábulas.

A organização do relato das observações e percepções de sala, apresentadas nas reuniões, era feita a partir da articulação entre a prática observada (as aulas ministradas), a base teórica sobre gêneros textuais e o conhecimento de mundo dos discentes, demonstrado em suas intervenções durante as atividades. As informações eram agrupadas conforme as principais lacunas notadas no processo de ensino-aprendizagem: o impacto do vocabulário na interpretação textual e a análise de elementos visuais. Essa abordagem permitiu uma reflexão crítica sobre a necessidade de estratégias que valorizassem a bagagem cultural do aluno no ensino de línguas.

3. Resultados e Discussão

Durante o período de observação das aulas, foi possível identificar duas lacunas no processo ensino-aprendizagem: uma que diz respeito ao repertório enciclopédico e outra, à necessidade de sondagem do conhecimento prévio dos alunos na aula precedente para o planejamento das aulas e das atividades de interação. Levando em consideração essas lacunas, descrevemos as situações que nos levaram à essa reflexão.

Na aula de 13 de março de 2025, em que foi abordado o gênero textual fábula, realizou-se uma análise sistemática das diferenças entre contos e fábulas, enfatizando os arquétipos narrativos e a presença da moral como elemento central desse gênero. Após a explanação, a tutora aplicou uma atividade lúdica, chamada "roleta da moral", onde os alunos deveriam girar uma roleta em que constavam os títulos de diversas fábulas. Ao parar em uma obra, o estudante deveria resumir a narrativa e apresentar a sua moral. O repertório incluía tanto clássicos, como “A Raposa e as Uvas”, quanto narrativas menos exploradas como “O sapo e o boi”. A participação dos alunos revelou lacunas significativas no reconhecimento e compreensão dessas histórias, mesmo as canônicas. Essa constatação evidenciou a desigualdade no acesso ao patrimônio literário infantil, sugerindo que a familiaridade com textos clássicos não é homogênea entre os estudantes. É urgente repensar as práticas pedagógicas para garantir um repertório cultural mais equitativo desde as etapas iniciais da escolarização.

Outro episódio, ocorrido em 06 de agosto de 2025, evidenciou desafios na introdução ao gênero fábula. Muitos alunos apresentaram dificuldades não apenas na estrutura gramatical, mas também na compreensão de vocabulário específico, como termos relacionados às estações do ano e nomes de animais. Essa falta de familiaridade gera a desmotivação, dificultando a participação na leitura. Um momento significativo foi quando uma aluna questionou a lógica de trabalhar com “La Cigale et la Fourmi”, ressaltando sua falta de contato prévio com o gênero. Esse desconforto evidenciou a vulnerabilidade dos alunos, destacando a necessidade de tornar acessível os elementos literários em português antes de introduzi-los no ensino do francês.

Na aula de 20 de março de 2025, o gênero em destaque foi o romance. A tutora apresentou suas características e subgêneros, visando ampliar o repertório literário dos alunos. Para reforçar o conteúdo, foi proposta uma atividade prática em que os alunos leram resumos de três romances

distintos e, a partir dos quais deveriam identificar seus subgêneros. Observou-se que muitos alunos tiveram dificuldades na análise dos elementos não verbais, fundamentais para a interpretação global das obras. Além disso, o subgênero romance epistolar não foi estudado, o que pode ter limitado a compreensão do gênero. Esse episódio ressaltou a importância de integrar atividades que contemplem tanto o texto verbal quanto os elementos visuais, promovendo a competência multimodal dos estudantes e a necessidade de um planejamento que aborde a diversidade dos subgêneros de forma abrangente.

4. Conclusão

A experiência da tutoria em língua francesa evidenciou que o processo de ensino de francês instrumental transcende a simples transmissão de conteúdos gramaticais ou lexicais em língua francesa. A ausência de acesso prévio a repertórios culturais e literários específicos na própria língua configura um obstáculo significativo à compreensão, à motivação e ao engajamento dos alunos em uma segunda língua. O estranhamento frente a textos desconhecidos na própria língua não apenas dificultou a identificação de elementos narrativos durante a leitura instrumental, como também expôs as vulnerabilidades cognitivas e emocionais, reforçando a importância de uma abordagem pedagógica em que o conhecimento linguístico se articule ao conhecimento de mundo dos alunos.

Nesse contexto, o programa de tutoria em língua francesa surge como um espaço essencial para a experimentação: de estratégias pedagógicas que facilitem o processo ensino-aprendizagem, na seleção de materiais adequados e de atividades que promovam o desenvolvimento de competências de leitura entre facilitem a travessia do aluno entre os textos em língua portuguesa e língua francesa e vice-versa. Portanto, as situações acima descritas evidenciam que a eficácia do ensino de francês instrumental está diretamente relacionada à capacidade de o tutor reconhecer e suprir as lacunas identificadas no repertório cultural e cognitivo dos alunos. A experiência relatada demonstra que, para promover aprendizagens mais consistentes e significativas, é imprescindível que os tutores evoluam continuamente em suas práticas pedagógicas, adaptando estratégias e recursos às necessidades da turma, de modo a garantir que todos os estudantes possam se apropriar da língua estrangeira de maneira crítica, reflexiva e contextualizada. Em última instância, a

constante evolução do trabalho do tutor é o que assegura a superação de barreiras iniciais e a construção de uma aprendizagem efetiva e inclusiva.

Referências

BARCELOS, A. M.F. e ABRAHÃO, M.H.V. (Orgs.) **Crenças e Ensino de Línguas** – Foco no professor, no aluno e na formação de professores. São Paulo: Pontes, 2006.

DE SOUZA, A. V. F., SAD, L. A.; THIENGO, E. R. (Orgs.) **Aprendizagem em diferentes perspectivas**: uma introdução. Espírito Santo: IFES, 2015, p.18-44.

JOVER-FALEIROS, R. Introdução: o que é ler? In: **A experiência da leitura literária em um curso de Francês Instrumental**. 2006. Tese (Doutorado em) - Universidade de São Paulo, São Paulo. São Paulo: USP, 2006, p.47.

LEFFA, V. **Transdisciplinaridade no ensino de línguas** - A perspectiva das Teorias da Complexidade. In: Rev. Brasileira de Lingüística Aplicada, v. 6, n. 1, Minas Gerais.: UFMG, 2006, p. 27-49.

Vem pra UF: Um relato de experiência da aproximação de jovens do ensino médio público à universidade federal

Vem pra UF: An account of the experience of bringing young people from public high schools closer to the federal university

Felipe Moreira Voznhak¹
Giovana Miura Terra²
Alice Laurentino Melo³
Maisa Rubinho Vaz⁴
Amailson Sandro de Barros⁵

Resumo

O “Vem pra UF” é um projeto de extensão universitária em execução, vinculado ao Programa de Educação Tutorial (PET) - Conexões de Saberes, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), *campus* Cuiabá. O referido projeto visa fortalecer o elo de ocupação e protagonismo entre estudantes secundaristas do ensino público do estado e a UFMT, através de visitas ao espaço físico da universidade, possibilitando também a abertura de diálogos sobre o acesso à educação e sua potencialidade como agente transformador da sociedade. Além disso, busca-se uma aproximação desses jovens de uma futura ocupação dos espaços das Universidades Públicas. Uma das ações realizadas pelo projeto no atual ciclo de 2025, que já conectou cerca de 250 estudantes secundaristas do estado à UFMT, foi o recebimento dos estudantes da Escola Estadual Júlio Muller, do município de Barra do Bugres. A ação contou com o desenvolvimento e realização dos petianos, que organizaram e mediarão as atividades desde as suas primeiras etapas até a finalização da ação no dia da visita, culminando no início de reflexões críticas sobre as políticas de acesso e permanência da Universidade pelos secundaristas e na aproximação do PET da vida concreta dos estudantes da escola pública, fortalecendo os vínculos da universidade junto à comunidade externa, a fim de cumprir o seu papel de agente transformadora no estado de Mato Grosso.

Palavras-chave: Comunidade; Educação; Ensino Público; Protagonismo; Universidade.

Abstract

"Vem pra UF" is an ongoing university extension project linked to the Tutorial Education Program (PET) - Knowledge Connections, at the Federal University of Mato Grosso (UFMT), Cuiabá campus. This project aims to strengthen the connection and empowerment between high school students from public schools in the state and UFMT, through visits to the university's physical space, also enabling dialogues about access to education and its potential as a transformative agent in society. Furthermore, it seeks to bring these young people closer to a future occupation of public university spaces. One of the actions carried out by the project in the current 2025 cycle, which has already connected approximately 250 high school students from the state to UFMT, was the reception of students from the Júlio Muller State School, in the municipality of Barra do Bugres. The action recounted the development and execution of the PET (Tutorial Education Program) participants, who organized and mediated the activities from their initial stages to the conclusion of the action on the day of the visit,

¹ Felipe Moreira Voznhak, UFMT, felipevznk@gmail.com.

² Giovana Miura Terra, UFMT, giovanamterra@gmail.com.

³ Alice Laurentino Melo, UFMT, alice.melo@sou.ufmt.br.

⁴ Maisa Rubinho Vaz, UFMT, mrubinhovazz@gmail.com.

⁵ Amailson Sandro de Barros, UFMT, amailson.barros@ufmt.br.

culminating in the beginning of critical reflections on the policies of access and permanence in the University by secondary school students and in bringing the PET closer to the concrete lives of public school students, strengthening the university's ties with the external community, in order to fulfill its role as a transformative agent in the state of Mato Grosso.

Keywords: Community; Education; Public Education; Empowerment; University.

1. Introdução

O “Vem pra UF” é uma ação vinculada ao Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes: Inclusão, Diversidade e Protagonismo. O referido programa tem por sua natureza, fomentar ações externas que englobam a participação ativa de seus participantes com a comunidade externa e interna da Universidade Federal de Mato Grosso. Em seus compromissos a referida ação preza pela construção de um conhecimento crítico perante a sociedade em que vivemos, embasada pelos pressupostos teóricos do materialismo histórico dialético e da educação popular freireana.

O projeto nasce da necessidade percebida pelos integrantes do grupo PET Conexões de Saberes em apresentar aos estudantes do Ensino Médio (jovens e adultos, da rede pública de ensino) que o acesso a uma Instituição de Ensino Superior (IES) não é, e/ou não deveria ser, algo distante da realidade das classes populares. A reflexão sobre essa (não) democratização ao ensino superior reflete a dimensão da desigualdade social e seus efeitos sob a cidadania do sujeito, “a desigualdade social também impede e/ou dificulta a participação social, a expressão da cidadania, pela diferença de acesso ao saber, às informações e à cultura” (Zonta, 2010, p. 107).

Diante disso, as ações prezam por oferecer visibilidade à Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, como um espaço possível de acesso, ingresso e permanência para os estudantes secundaristas das escolas públicas. Dentre seus objetivos centrais, o “Vem Pra UF” visa aproximar os estudantes secundaristas da vida cotidiana e acadêmica da Universidade; contribuir para o conhecimento de acesso, ingresso e permanência de estudantes das escolas públicas e das camadas populares na IES; divulgar as áreas de conhecimento e os cursos de graduação ofertados pela academia; fortalecer os vínculos das escolas públicas com a UFMT e contribuir com o processo de escolha profissional dos estudantes secundaristas.

Perante essa percepção, o programa iniciou suas atividades em 2024, com participação principalmente de escolas das cidades de Cuiabá e Várzea Grande. Já no ano de 2025, as atividades do projeto foram ampliadas, formando vínculos com escolas de outras localidades

do território mato-grossense. Neste relato de experiência, optou-se por apresentar os resultados da visita realizada pelos estudantes da Escola Estadual Júlio Muller à UFMT.

2. Material e Método

O referido projeto desenvolve atividades conforme o planejamento anual-2025, que é constantemente revisitado, não só para o norteamento das ações do grupo, mas também para considerar possíveis alterações. A equipe organizadora se encontra normalmente de forma quinzenal às quartas-feiras, às 17h30min, para discussão e organização das atividades. Em datas próximas das visitas, as reuniões são realizadas em maior frequência, tanto presencial, quanto virtualmente. Atualmente, o grupo é composto por estudantes bolsistas (7) e o tutor do PET - Conexões de Saberes: Inclusão, Diversidade e Protagonismo.

A ação “Vem pra UF” se pauta na metodologia participante (Zonta, 2010), o que envolve, por parte de sua equipe executora, a autonomia e o protagonismo pelo levantamento de possíveis escolas a participarem do projeto, assim como a verificação de possíveis datas para a visita. Com o dia da ação marcado, é realizado mais um contato com a escola para o conhecimento dos interesses e necessidades dos alunos visitantes, e, assim, elaborar uma programação dos lugares a serem conhecidos. Por fim, são elaboradas autorizações para os responsáveis dos estudantes menores de dezoito anos e são organizados os trâmites relacionados ao transporte e à alimentação.

As ações realizadas pelo projeto não são iniciativas pontuais, são o início de uma criação de vínculo com as instituições locais e com os frequentantes destas, para que seja possível estreitar a relação entre a UFMT e a comunidade, de modo que seja despertado o sentimento de pertencimento nos jovens participantes, os quais podem encontrar, na universidade, novas possibilidades de formação através do ensino, da cultura e de todas as oportunidades que a universidade pode oferecer.

2.1 Desenvolvimento, organização e Visita da Escola Estadual Julio Muller, de Barra dos Bugres.

A partir do contato inicial realizado, são marcadas reuniões a fim de definir as melhores estratégias para o acolhimento dos estudantes no dia da visita, assim como aspectos acerca dos seus possíveis temas de interesses, dúvidas, cursos e locais a serem explorados na Universidade Federal. Por se tratar de uma escola localizada no município de Barra dos Bugres, a 200km de Cuiabá, a locomoção dos participantes ficou sob responsabilidade da

própria escola, que participou junto aos seus estudantes, também na organização para pagamento ao acesso ao Restaurante Universitário, de modo a promover-lhes uma experiência singular e cotidiana da vida universitária.

Deste modo, ficou decidido que a ação com a E. E Julio Muller ocorreria no dia 06 de Junho de 2025, no período das 08h da manhã até às 16h. Além disso, foi elaborado um cronograma (vide Figura 1) para as programações, que serviu como base para a organização e planejamento final da visita. Ainda dentro da organização planejada, foi criado um panfleto informativo com a programação a ser realizada no dia, para divulgação e acompanhamento dos estudantes secundaristas, como mostra a Figura 2.

Programação			
Grupo 1 (11 alunos)	Grupo 2 (10 alunos)	Grupo 3 (11 alunos)	Grupo 4 (12 alunos)
08h30 Teatro - Boas vindas aos alunos - Apresentação cultural - Transmitir vídeo da UFMT (Cerimonial) - Fala da reitoria - Fala do DCE - Fala de alguma atléica - Separação dos grupos	08h30 Teatro - Boas vindas aos alunos - Apresentação cultural - Transmitir vídeo da UFMT (Cerimonial) - Fala da reitoria - Fala do DCE - Fala de alguma atléica - Separação dos grupos	08h30 Teatro - Boas vindas aos alunos - Apresentação cultural - Transmitir vídeo da UFMT (Cerimonial) - Fala da reitoria - Fala do DCE - Fala de alguma atléica - Separação dos grupos	08h30 Teatro - Boas vindas aos alunos - Apresentação cultural - Transmitir vídeo da UFMT (Cerimonial) - Fala da reitoria - Fala do DCE - Fala de alguma atléica - Separação dos grupos
09h15 Enfermagem - Feira do conhecimento	09h15 Enfermagem - Feira do conhecimento	09h15 Enfermagem - Feira do conhecimento	09h15 Enfermagem - Feira do conhecimento
09h45 Biologia (NPJ)	09h45 Medicina	09h45 Engenharia Elétrica	09h45 Biologia
10h15 Medicina	10h15 Direito (NPJ)	10h15 Biologia	10h15 Engenharia Elétrica
10h45 Engenharia Elétrica	10h45 Biologia	10h45 Medicina	10h45 Direito (NPJ)
11h15 Biologia	11h15 Engenharia Elétrica	11h15 Direito (NPJ)	11h15 Medicina
11h45 Concentração na praça do RU - Almoço	11h45 Concentração na praça do RU - Almoço	11h45 Concentração na praça do RU - Almoço	11h45 Concentração na praça do RU - Almoço
13h30 Auditório FACC - Fala do curso de Ciências Contábeis, Administração, Psicologia, Filosofia, Letras Portuguesas (atividade cultural)	13h30 Auditório FACC - Fala do curso de Ciências Contábeis, Administração, Psicologia, Filosofia, Letras Portuguesas (atividade cultural)	13h30 Auditório FACC - Fala do curso de Ciências Contábeis, Administração, Psicologia, Filosofia, Letras Portuguesas (atividade cultural)	13h30 Auditório FACC - Fala do curso de Ciências Contábeis, Administração, Psicologia, Filosofia, Letras Portuguesas (atividade cultural)
14h30 Visita ao museu	14h30 Visita ao museu	14h30 Visita ao museu	14h30 Visita ao museu

Figura 1 – Cronograma interno para organização da programação
Fonte: Elaborado pelos autores



Figura 2 – Panfleto contendo a programação da visita do dia 06/06 do projeto “Vem pra UF”
Fonte: Elaborado pelos autores

Com a chegada e recepção da escola pela manhã, os estudantes foram direcionados ao Teatro Universitário da UFMT. Esse momento contou com falas dos representantes do Diretório Central de Estudantes (DCE), da Associação Atlética Acadêmica dos Cursos de Comunicação da UFMT (COS), da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE), e do Cena Livre de Teatro, projeto de cultura e extensão vinculado à UFMT.

Seguindo a programação estabelecida, a primeira parada foi no bloco da FAEN da Faculdade de Enfermagem, onde os graduandos organizaram uma “Feira do conhecimento” sobre o curso, em que os estudantes secundaristas puderam ter contato com matérias da graduação e visitas a salas de aula e laboratórios. Os próximos cursos visitados foram o de Ciências Biológicas, onde os estudantes puderam participar de uma feira do laboratório de Répteis e Anfíbios do Instituto de Biociências (IB), o de Direito, onde aprenderam o funcionamento do Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), nos laboratórios de Máquinas e Circuitos Elétricos do curso de Engenharia Elétrica e de Manejo Florestal de Engenharia Florestal.

Além da visita aos espaços onde ocorrem estes respectivos cursos, os estudantes almoçaram no Restaurante Universitário (RU) da UFMT. Em seguida, houve um agrupamento dos alunos para seguirem em direção ao auditório da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC). As atividades seguiram com falas de discentes de diferentes cursos, como Psicologia, Letras Português e Filosofia, onde compartilharam experiências e o dia a dia dentro da universidade e do curso ao qual fazem parte. Assim, esse momento de troca de experiências foi de grande importância para a compreensão dos diferentes caminhos que os estudantes podem seguir ao adentrar a Universidade Federal.

Depois da roda de diálogo com os discentes, os estudantes seguiram para o Museu Rondon de Etnologia e Arqueologia (MUSEAR), onde os alunos conheceram o acervo, história e cultura de um dos principais museus do estado. Foi um momento de muito aprendizado e interação dos alunos na visita coletiva, que registraram o momento com muitas fotografias e vídeos, enquanto reconheciam a UFMT como um espaço não só de sala de aulas.

3. Resultados e Discussão

Ao longo do ciclo do ano de 2024-2025, o “Vem Pra UF” fomentou o vínculo de mais de 250 estudantes da rede pública do estado aos espaços da Universidade Federal do Mato Grosso. Na última ação, realizada juntamente com a E. E. Júlio Muller, cerca de 25 estudantes

participaram das atividades do projeto, que percorreu espaços físicos da universidade desde o Teatro Universitário até o Restaurante Universitário (RU).

De acordo com Zonta (2010), aproximar os estudantes do contexto institucional ultrapassa a dimensão física do espaço universitário, tornando necessário ressignificar a noção de pertencimento à universidade e promover a “desnaturalização” do imaginário social que a envolve. Nesse sentido, durante a visita da Escola Estadual Júlio Muller à Universidade Federal de Mato Grosso, o contato com o espaço universitário e a interação com os petianos do Vem Pra UF, docentes e graduandos dos cursos visitados foram fundamentais para a construção de um diálogo sobre possíveis escolhas de graduação e sobre a imagem da universidade pública para estudantes de classes populares. Também foram divulgadas informações sobre ingresso e permanência estudantil, incluindo monitorias, iniciação científica e o próprio PET, que oferecem bolsas de auxílio, contribuindo para apresentar o ensino superior como uma alternativa possível na trajetória desses estudantes.

4. Conclusão

Desde o início do “Vem pra UF”, até o processo da organização da última ação do projeto, feita em conjunto com a E. E. Júlio Muller, materializa-se fortemente a compreensão da importância da continuidade da construção do vínculo estudantil entre os alunos secundaristas da rede pública e a UFMT, evidenciando não só o impacto da construção de atividades comunitárias-participativas, como o projeto referido, para a rede de ensino do estado, mas na própria subjetivação do imaginário do jovem indivíduo sobre *o que é, e para quem é* uma universidade pública. Deste modo, a presença do Programa de Educação Tutorial e da Universidade Federal de Mato Grosso, reafirma não só o objetivo de ensino, pesquisa e extensão pretendido pela academia, mas seu propósito moral e ético de evidenciar o seu espaço como local possível de ocupação pela população.

Referências

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ZONTA, C. Aspectos educativos envolvidos no processo de apropriação do conhecimento e desenvolvimento da consciência nas práticas comunitárias. In: LACERDA Jr., F. ; GUZZO, R.S.L. (orgs.). **Psicologia & Sociedade**: interfaces no debate da questão social. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010, p. 99-118.

Ensinar e aprender Geografia: proposta de um roteiro de trabalho de campo entre os municípios de Cuiabá e Cáceres, Mato Grosso

Teaching and Learning Geography: Proposal for a Field Work Route between the Municipalities of Cuiabá and Cáceres, Mato Grosso

¹Carlos Eduardo de Oliveira Fernandes Cambuí

²Elza Tainá Da Paixão Rocha

³Emmilly Fernanda Catalano Santos

⁴Gabriel Mendes Marques da Silva Amorim

⁵Guilherme Pereira de Moraes

⁶João Vitor Santos Oliveira

⁷Meire Rose Dos Anjos Oliveira

⁸Maria Luiza Dos Santos Silva

⁹Mirelli Paulino de Oliveira

¹⁰Patrícia Christan

¹¹Rebeca Freitas Tomasine

¹²Sara Izabel Ramos Pereira da Silva

¹³Welton Rodrigues de Souza

Resumo

O trabalho de campo é uma ferramenta indispensável e central na formação de geógrafos e no ensino da Geografia, proporcionando uma experiência prática que conecta a teoria à realidade e aprofunda a compreensão do espaço. Este trabalho trata-se de um relato de experiência com o objetivo de detalhar a prática de campo que permitiu a compreensão da transformação da paisagem por meio da observação de diferentes unidades de relevo, as atividades humanas e os ecossistemas locais. Este texto foi organizado

¹ Estudante da Geografia Bacharelado, bolsista PET Geografia, UFMT, carloscambui082@gmail.com.

² Estudante da Geografia Licenciatura, bolsista PET Geografia, UFMT, elzarocha0308@gmail.com.

³ Estudante da Geografia Bacharelado, bolsista PET Geografia, UFMT, catalanoemmilly@gmail.com.

⁴ Estudante da Geografia Licenciatura, bolsista PET Geografia, UFMT, gabrielmendesilva20@gmail.com.

⁵ Estudante da Geografia Licenciatura, bolsista PET Geografia, UFMT, guilherme19x@gmail.com.

⁶ Estudante da Pós-Graduação em Geografia, UFMT, jsantosoliveira391@gmail.com.

⁷ Professora do Departamento de Geografia, tutora do PET Geografia, UFMT, meirerosegeo@yahoo.com.br.

⁸ Estudante da Geografia Licenciatura, bolsista PET Geografia, UFMT, malugaleno2@gmail.com.

⁹ Estudante da Geografia Bacharelado, bolsista PET Geografia, UFMT, mirelli.oliveira@sou.ufmt.br.

¹⁰ Professora do Departamento de Geografia, colaboradora do PET Geografia, UFMT, patricia.christan@ufmt.br.

¹¹ Estudante da Geografia Bacharelado, bolsista PET Geografia, UFMT, rebecatomasine7@gmail.com.

¹² Estudante da Geografia Bacharelado, bolsista PET Geografia, UFMT, sarasv378@gmail.com.

¹³ Estudante da Geografia Bacharelado, bolsista PET Geografia, UFMT, weltinhors@gmail.com.

tomando como base o planejamento do trabalho de campo, o georreferenciamento dos pontos de parada, os registros fotográficos, as explicações do professor que orientou o campo e as anotações dos PETianos. A imersão prática não apenas desenvolve habilidades de pesquisa e análise, mas também forma cidadãos mais conscientes e críticos, capazes de intervir positivamente em suas comunidades.

Palavras-chave: Trabalho de campo; Geografia; Cáceres.

Abstract

Fieldwork is an indispensable and central tool in the training of geographers and in the teaching of Geography, providing a practical experience that connects theory to reality and deepens the understanding of space. This work is an experience report with the objective of detailing the field practice that allowed the understanding of landscape transformation through the observation of different relief units, human activities and local ecosystems. This text was organized based on the planning of the field work, the georeferencing of the stopping points, the photographic records, the explanations of the professor who guided the field and the notes of the PETians. Practical immersion not only develops research and analysis skills, but also forms more conscious and critical citizens, capable of intervening positively in their communities.

Keywords: Fieldwork; Geography; Cáceres.

1. Introdução

Para o geógrafo, o trabalho de campo é uma atividade fundamental para sua formação, por meio dele é possível atribuir sentido ao aprendizado através das vivências, em diferentes situações geográficas.

Ab'Saber (2009) no livro “O que é ser Geógrafo” narra momentos importantes de sua formação em trabalhos de campo, e que a atividade era como uma interpretação da paisagem. O autor mencionou que na sua primeira saída do cotidiano da universidade “foi o começo da vida de geógrafo: ler e interpretar a paisagem” (p. 35).

O trabalho de campo é uma ferramenta pedagógica insubstituível na formação de geógrafos e no ensino da Geografia, proporciona uma imersão prática que conecta os conceitos acadêmicos com a realidade do espaço geográfico, enriquecendo a compreensão dos aspectos físicos e socioeconômicos.

No planejamento anual do PET Geografia uma das atividades são os cursos de formação interna que consiste em minicursos, oficinas e trabalhos de campo. Considera-se que na realização dessas atividades há momentos importantes para o “aprimoramento da utilização de técnicas que

servem para melhorar o desempenho nas atividades de ensino, pesquisa e extensão” (PET Geografia, 2024).

Para o grupo, o trabalho de campo se torna um meio de alinhar os princípios tanto do Programa quanto da ciência geográfica. Desse modo, surgiu a ideia de proposição de um roteiro de trabalho de campo que pudesse ser realizado com turmas dos cursos de Geografia da UFMT, bem como turmas de ensino médio de escolas da educação básica. Dessa maneira, em 2023, nos dias 14 e 15 de dezembro, o PET Geografia realizou um trabalho de campo entre Cuiabá e Cáceres, ambos em Mato Grosso, com perspectiva da análise da paisagem a partir de elementos do relevo.

A criação do roteiro se justifica pela necessidade da compreensão com mais aprofundamento das formas de relevo localizadas na porção oeste de Mato Grosso, uma região de transição entre a Depressão Cuiabana e a Província Serrana do Alto Paraguai. O estudo dessas transformações na paisagem é fundamental para entender os processos geomorfológicos e suas implicações nas dinâmicas socioambientais, além de ser essencial para discutir a preservação e conservação do Pantanal.

A realização do trabalho de campo teve a orientação do professor Cleyton Normando da Fonseca que desenvolveu a tese de doutorado “Ensino de Geografia a partir da temática relevo: uma abordagem escalar, utilizando a metodologia de trabalho de campo para encaminhamentos didáticos no ensino médio” (2019).

2. Materiais e métodos

A abordagem do trabalho é da pesquisa qualitativa e descritiva. A metodologia adotada fundamenta-se na observação direta e na vivência prática proporcionada pelo trabalho de campo, reconhecido na Geografia como um instrumento essencial para a materialização dos conceitos teóricos no espaço geográfico.

O roteiro foi concebido com o objetivo central de analisar a paisagem a partir dos elementos do relevo, considerando a área como uma zona de transição geomorfológica entre a Depressão Cuiabana, a Província Serrana do Alto Paraguai e a Planície Pantaneira.

A execução da pesquisa estruturou-se em três etapas metodológicas fundamentais: planejamento pré-campo, execução (trabalho de campo propriamente dito) e sistematização pós-campo.

O planejamento pré-campo consistiu em um levantamento bibliográfico e cartográfico sobre a área de estudo. Foram utilizados mapas geomorfológicos do estado de Mato Grosso para a identificação prévia das unidades de relevo que seriam observadas. O roteiro, como ilustra o quadro 1, foi delineado sob a orientação de um professor especialista na temática de relevo e ensino de Geografia, resultando na definição de cinco pontos estratégicos de parada: (1) Trevo do Lagarto em Várzea Grande; (2) Campina na BR-070; (3) Córrego Sangradouro em Cáceres; (4) Praça Barão do Rio Branco em Cáceres; e (5) Dolina Água Milagrosa.

Quadro 1 - Roteiro do trabalho de campo

Local	Data
Trevo do Lagarto - saída de Várzea Grande	14/12/2023
Campina na estrada – BR - 070	14/12/2023
Percurso do córrego Sangradouro - Cáceres	14/12/2023
Praça Barão do Rio Branco - Cáceres	14/12/2023
Dolina Água Milagrosa - Cáceres	15/12/2023

Na execução do trabalho de campo, ocorreu a coleta de dados primários por meio da observação participante e da interpretação in loco da paisagem. Em cada ponto de parada, foram realizados:

Georreferenciamento, identificação e registro da localização espacial dos pontos analisados; Explanações teóricas conduzidas pelo professor orientador, correlacionando as feições geomorfológicas observadas com os processos históricos, sociais e ambientais locais; Registros fotográficos, captura de imagens para documentar as diferentes unidades de relevo, a transição dos biomas Cerrado e Pantanal, as intervenções urbanas e os patrimônios históricos, servindo como material de apoio visual para a análise posterior; Anotações de campo, registros sistemáticos realizados pelos estudantes (PETianos) em cadernos de campo, documentando as observações sobre solos, vegetação, dinâmica hídrica e interações socioespaciais.

O pós-campo, fase final, consistiu na compilação, categorização e análise qualitativa das informações coletadas. As anotações de campo e os registros fotográficos foram confrontados com

o referencial teórico levantado na etapa de planejamento. A análise dos dados pautou-se na concepção de paisagem como resultado da interação histórica entre sociedade e natureza, permitindo a estruturação deste relato de experiência e a proposição do roteiro como uma ferramenta didática possível de realizada no ensino de Geografia na educação básica e superior.

3. Proposta do roteiro de campo - Cuiabá à Cáceres

A Geografia, como ciência que estuda a interação entre a sociedade e a natureza, ganha vida e profundidade por meio do trabalho de campo, pois possibilita observar, analisar e compreender in loco as complexas relações que moldam o espaço geográfico. Portanto, não se limita a identificar elementos isolados, mas compreender as relações que modificam a paisagem, permitindo uma análise dos processos e das transformações contínuas do espaço.

Este roteiro vivenciado de trabalho de campo apresenta uma jornada de aprendizado destacando a interconexão entre o relevo, a paisagem e as questões históricas e socioeconômicas. De acordo com Miranda e Amorim (2001), as áreas geomorfológicas dos municípios de Cuiabá e Cáceres, em Mato Grosso, são influenciadas pelas seguintes grandes unidades de relevo: Depressão Cuiabana e Província Serrana do Alto Paraguai. O município de Cuiabá está inserido em uma região que abrange tanto planaltos quanto áreas de depressão e planície, é uma transição entre o Planalto dos Guimarães e a Planície Pantaneira, caracterizada por áreas de baixa altitude e sujeitas a inundações, especialmente próximas ao rio Cuiabá.

Já o município de Cáceres está inserido na Planície Pantaneira e apresenta áreas de Província Serrana do Alto Paraguai e Depressão. A maior parte do município faz parte do Pantanal Mato-Grossense. Esta é uma vasta planície fluvial, caracterizada por baixas altitudes (entre 80 e 190 metros) e um complexo sistema de rios, corixos e áreas de inundação, com destaque para o rio Paraguai e seus afluentes (como o Jauru e o Cabaçal). A geomorfologia é marcada pela deposição de sedimentos finos (silte e argila).

Cáceres também possui feições de relevos mais acidentados, como as Serras do Facão, do Quilombo, da Jacobina, da Cachoeira e da Campina, que fazem parte da Província Serrana. Essas áreas apresentam formas mais aguçadas e convexas, com altitudes variando entre 650 e 800 metros em algumas regiões.

Desse modo, a seguir serão descritos os pontos do roteiro.

3.1. Trevo do Lagarto - Várzea Grande

O Trevo do Lagarto, em Várzea Grande, é um ponto de confluência que marca o entroncamento da BR-070 com a BR-364. A partir dele, é possível seguir em direção a várias cidades e regiões do estado, como Cáceres, Poconé e o Pantanal. Essa localização estratégica o insere em uma área de transição geomorfológica, caracterizada por elementos tanto do Planalto Central quanto da Planície Pantaneira e proximidade com o Planalto dos Guimarães, portanto, uma área de transição. Isso se traduz em um relevo que pode variar de áreas mais baixas e planas, típicas da planície, a ondulações suaves ou até mesmo elevações mais abruptas, características dos planaltos e de seus escarpamentos, com a presença de formações rochosas que indicam a transição entre o Grupo Cuiabá e outras formações geológicas regionais.

Os solos na região são, predominantemente, de argila avermelhada, comuns em áreas de Cerrado e em zonas de transição para planícies. Esses solos podem variar em fertilidade e drenagem, influenciando o tipo de vegetação e as atividades agrícolas. A vegetação natural é o Cerrado, na sua forma de savana arbórea aberta. Isso significa a presença de árvores e arbustos esparsos, com caules retorcidos e casca grossa, adaptados ao fogo e à sazonalidade hídrica, intercalados com gramíneas. Em áreas mais próximas a cursos d'água, pode-se encontrar mata ciliar, que é uma formação florestal mais densa (Embrapa, 2021).

Este ponto foi estratégico para a análise das unidades geomorfológicas da região. Com o auxílio de mapas de Mato Grosso (figura 1), o professor Fonseca explicou a relação entre a geomorfologia local e a paisagem que se descortinava, marcando a transição na borda leste da Planície Pantaneira.



*Figura 1 - Análise das unidades geomorfológicas
Fonte: Oliveira, 2023.*

A observação dos arredores do trevo, que é uma porção do bioma Cerrado, permitiu aos participantes visualizarem a relação entre a vegetação, o tipo de solo e o relevo predominante, demonstrando as possibilidades de se trabalhar o relevo em suas escalas micro e macro desde os primeiros momentos da viagem.

3.2. Campina na BR-070 - Cáceres

A parada na Campina ao entorno da BR-070 foi importante para a análise das unidades geomorfológicas da região. A Serra da Campina está localizada no planalto do cinturão orogênico Paraguai-Araguaia, representado por dobras muito antigas datadas do período Pré-cambriano que se apresentam como serras com altitudes que varia entre 300m e 800m. Boa parte dessas dobras antigas estão preservadas, apesar de serem trabalhadas por variados ciclos de erosão. Na literatura geomorfológica se apresenta dentro da Província Serrana e Serras Residuais do Alto Paraguai, onde podem ser encontradas importantes rochas sedimentares como o calcário e o arenito e rochas metamórficas como o filito.

3.3. Córrego Sangradouro - Cáceres

O Córrego Sangradouro está localizado na área urbana de Cáceres, e revela as mudanças da relação da cidade com os elementos físico-naturais, ou seja, as mudanças da paisagem.

Para Milton Santos (1996), a paisagem é fruto de movimentos profundos e superficiais da sociedade, sendo o registro visível da ação humana e natural ao longo do tempo. Ela representa as "rugosidades" do espaço, ou seja, as marcas acumuladas das diferentes camadas históricas e sociais que se sobrepõem e coexistem. Neste ponto, foi possível compreender como o processo de urbanização altera a paisagem urbana e a maneira como os cidadãos se relacionam com os espaços da cidade, bem como os impactos decorrentes das ações humanas no ambiente.

O Pantanal, no município de Cáceres, é conhecido como a "Porta de Entrada" ou "Capital do Pantanal". A influência do rio Paraguai no município de Cáceres é um diferencial, pois a navegação nesse trecho é fundamental para a região e a variação do nível da água impacta diretamente nas atividades econômicas, como a pesca e o turismo.

Nessa região, o rio Paraguai assume um padrão meandrante possuindo várias curvas que durante o ano se tornam planícies de inundação periodicamente inundada. A formação e desaparecimento de canais, lagoas, bancos de areia e vazantes podem alterar o escoamento da água, comprometer a navegabilidade e alterar a biodiversidade.

Outro ponto interessante é a dinâmica das inundações que ocorre entre os biomas Cerrado e Amazônico na região de Cáceres, enquanto o Cerrado se caracteriza por uma paisagem mais savânica com florestas estacionais e períodos chuvoso e seco, mas sem inundações generalizadas. O bioma Amazônico caracteriza-se por florestas densas e rios de grande volume. O Pantanal de Cáceres é dominado por uma planície alagável que se transforma entre as estações.

3.4. Praça Barão do Rio Branco - Cáceres

A história de Cáceres tem suas raízes no período colonial, sendo fundada em 1778 com o nome de Vila Maria do Paraguai. A criação da cidade teve como objetivo estabelecer o domínio português na região e reforçar a demarcação de fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Madri. O marco do Jauru, considerado um símbolo da soberania brasileira na fronteira oeste, é uma das atrações turísticas da cidade de Cáceres, representando um elo direto com o período colonial e as disputas territoriais que moldaram o país. Originalmente, o Marco do Jauru ficou por quase 130 anos na foz do rio. No entanto, em 1883, ele foi transferido para a cidade de Cáceres, onde foi instalado na Praça Barão do Rio Branco, em frente à igreja Matriz. Essa mudança consolidou a cidade como um importante ponto de referência histórica e geográfica da região (G1 MT, 2015).

A Praça Barão do Rio Branco é rodeada por edificações, ruas pavimentadas e intensa atividade humana. Ela representa a consolidação do espaço urbano e a presença histórica da civilização em uma área que, em essência, é dominada por processos naturais e ecossistemas complexos. Na paisagem destaca-se a Catedral de São Luiz de Cáceres pelo seu tamanho e pela sua arquitetura inspirada em estilos como o neogótico, com suas torres elevadas e linhas verticais, cria um forte contraste com a horizontalidade característica da Planície Pantaneira que cerca a cidade.

A Catedral de São Luís de Cáceres (figura 2) é um ícone da arquitetura e da fé na cidade de Cáceres. O início de sua construção ocorreu em 1919, mas a obra só foi finalizada em 1965. Esse período de mais de 45 anos foi marcado por diversas dificuldades, incluindo problemas estruturais, a morte precoce de seu arquiteto original, Leon Joseph Louis Mounier, o mesmo que projetou a Igreja do Bom Despacho em Cuiabá. A imponência da Catedral de São Luís de Cáceres cria um contraste com as características físico-naturais e a paisagem predominante de seu entorno, revelando uma interação entre o construído e o natural (Pibid, 2019).



*Figura 2 - Catedral de São Luís
Fonte: Oliveira, 2023.*

O centro de Cáceres preserva uma estrutura colonial, com elementos de forte potencial turístico. A observação desses espaços permitiu discutir a interação entre o patrimônio histórico, a paisagem urbana e a vida cotidiana dos cidadãos, evidenciando como a arquitetura e o planejamento urbano moldam as interações sociais e econômicas.

3.5. Dolina Água Milagrosa - Cáceres

Um dos principais atrativos turísticos de Cáceres, além do acesso ao Pantanal, é uma estrutura que forma uma dolina, que ganha o nome “Água Milagrosa” (figura 3). A sua origem geológica vem de um fenômeno chamado de dolinamento que é o resultado do desabamento do teto de uma caverna subterrânea, formada há milhares de anos. Existem relatos de que as paredes rochosas da dolina escondem duas cavernas não exploradas. Por questões de segurança, essas cavernas não são abertas à visitação, mantendo o mistério sobre o que mais o local pode guardar (Fávaro, 2021).

A água da Dolina apresenta duas colorações durante o ano, sendo elas azul turquesa intenso que ocorre no período de secas (meses de maio a setembro) quando as águas estão mais cristalinas e a incidência de luz solar ressalta os minerais e a profundidade. Já a segunda cor que ocorre é a verde esmeralda que pode ser observada na época chuvosa (meses de outubro e abril), devido à maior proliferação de algas e à influência de matéria orgânica trazida pelas chuvas.



*Figura 3 - Dolina Água Milagrosa
Fonte: Oliveira, 2023.*

A Dolina da Água Milagrosa é cercada por uma aura de mistério, que mistura fatos científicos com lendas populares desde o período da escravidão. A crença é de que a água da dolina possui propriedades medicinais.

Apresente os resultados de forma clara, preferencialmente com tabelas e figuras, e discuta-os à luz da literatura e dos conceitos abordados. As figuras devem ter legenda em itálico abaixo, e as tabelas, legenda acima.

4. Conclusão

O trabalho de campo se consolida como uma ferramenta indispensável e central para ensinar e aprender Geografia. Ele vai além da teoria, proporcionando uma experiência prática e

direta que conecta os conceitos aprendidos em sala de aula com a realidade do espaço geográfico. A experiência do PET Geografia em Cáceres, é um exemplo da importância do trabalho de campo para a Geografia, seja no ensino superior ou na educação básica.

No percurso ao explorar a mesorregião centro-sul do estado, incluindo a microrregião do Pantanal, os estudantes puderam analisar as questões ambientais, urbanas e de relevo. A visita aos pontos definidos reforça a capacidade do trabalho de campo em integrar teoria e prática.

Em suma, o trabalho de campo não apenas desenvolve habilidades de pesquisa, coleta e análise de dados, mas também fomenta uma leitura crítica do espaço e de suas dinâmicas sociais, econômicas e ambientais. A experiência demonstra que quando criteriosamente planejado e bem mediado, o trabalho de campo é uma metodologia de investigação que potencializa o ensino de Geografia.

Referências

Ab'SABER, Aziz Nacib. *O que é ser geógrafo: memórias profissionais de Aziz Ab'Saber*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

EMBRAPA. *Cerrado sentido restrito*. Disponível em <https://www.embrapa.br/cerrados/colecao-entomologica/bioma-cerrado/cerrado-sentido-restrito>. Acesso em: 1 ago. 2025.

FÁVARO, Thais. *Dolina água milagrosa reúne mistérios e encantos no interior do MT*. Única News – Notícias e Fatos com Credibilidade, [S. l.], 25 julho de 2021. Disponível em: <https://www.unicanews.com.br/dolina-agua-milagrosa-reune-misterios-e-encantos-no-interior-do-mt>. Acesso em: 5 ago. 2025.

FONSECA, Cleyton Normando da. *Ensino de Geografia a partir da temática relevo: Uma abordagem escalar, utilizando a metodologia de trabalho de campo para encaminhamentos didáticos no ensino médio*. 2019. Tese. (Doutorado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

G1 MT. G1. *Marco do Jauru em MT representa Tratado de Madri, que faz 265 anos*. [S.l.]. Globo, 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/01/marco-do-jauru-em-mt-representa-tratado-de-madri-que-faz-265-anos.html>. Acesso em: 1 ago. 2025.

MIRANDA, Leodete; AMORIM, Lenice. *Mato Grosso: atlas geográfico*. Cuiabá: Entrelinhas, 2001.

PET GEOGRAFIA. *Planejamento anual*. Programa de Educação Tutorial. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá: UFMT, 2024.

PIBID. *Catedral São Luiz*. Disponível em <https://cacerespatrimonio.blogspot.com/2013/07/catedral-sao-luiz.html>. Acesso em 1 ago. 2025.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1996.

Supervisão Pedagógica e Formação Docente: um encontro de saberes em construção

Pedagogical Supervision and Teacher Formation: an encounter of knowledges in construction

Bianka Patrícia de Moura e Silva¹

Beatriz Oliveira Barbosa²

Dyego Eduardo Moreira Tenutes Silva Oliveira³

Graciela Da Silva Oliveira⁴

Resumo

A convivência escolar representa uma etapa fundamental para os estudantes de licenciatura, pois proporciona experiências essenciais para seu desenvolvimento profissional. Nesse contexto, a relação com o professor supervisor desempenha um papel significativo na construção dos saberes docentes e no aprimoramento das práticas pedagógicas. Este relato apresenta as vivências dos licenciandos durante o período de observação, destacando as diferentes posturas do professor supervisor e sua influência na formação dos futuros professores. A análise busca compreender como as experiências e práticas docentes observadas contribuem para o processo formativo, considerando tanto os aspectos inspiradores quanto os desafios que impulsionam a reflexão e o crescimento profissional.

Palavras-chave: Formação de professores; Identidade Docente, Pibid.

Abstract

School coexistence represents a fundamental stage for undergraduate students, as it provides essential experiences for their professional development. In this context, the relationship with the supervising teacher plays a significant role in the construction of teaching knowledges and in the improvement of pedagogical practices. This report presents the experiences of the undergraduates during the observation period, highlighting the different postures of the supervising teacher and their influence on the formation of future teachers. The analysis seeks to understand how the observed teaching experiences and practices contribute to the formative process, considering both the inspiring aspects and the challenges that drive reflection and professional growth.

Keywords: Teacher Formation, Teaching Identity, Pibid.

¹Bianka Patrícia de Moura e Silva, Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, biiankam@hotmail.com.

²Beatriz Oliveira Barbosa, Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, bia.o.barbosa@hotmail.com.

³Dyego Eduardo Moreira Tenutes Silva Oliveira, Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, dyego.tenutes@gmail.com.

⁴Graciela Da Silva Oliveira, Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, graciela.oliveira@ufmt.br

1. Introdução

A formação de professores em Ciências Biológicas no Brasil enfrenta desafios estruturais que exigem reflexão constante. Nesse cenário, o PIBID surge para superar o distanciamento entre teoria e prática e fortalecer a identidade docente. Para Saviani (2009), essa formação é um processo sistemático que articula conhecimentos teóricos e vivências pedagógicas, onde a imersão precoce do licenciando na escola permite reconhecer desafios e potencialidades da realidade escolar.

Sob a perspectiva de Freire (1996), o contato com a escola deve ser um espaço de diálogo e construção do conhecimento, onde ensinar consiste em criar possibilidades para a produção do saber, exigindo criticidade e compromisso social. No PIBID, o licenciando torna-se sujeito ativo dessa vivência em escolas públicas. Nessa imersão, surgem dilemas como gestão de sala, indisciplina e adaptação didática, aspectos analisados por Diniz (2020) e Barros (2018) como fundamentais para a maturação profissional. Ademais, o período de observação é etapa formativa essencial para compreender o ritmo das turmas e planejar intervenções eficazes (Borges, Andrade, 2023).

Mesmo ante as contradições educacionais, Freire (1996) alerta para a necessidade de manter a esperança e a transformação. Este artigo apresenta, portanto, o relato de três bolsistas de Ciências Biológicas durante a observação em uma escola pública da rede estadual de ensino de Cuiabá-MT. A experiência é analisada via registros sistemáticos de práticas avaliativas, recursos didáticos, inclusão e mediação de conflitos, destacando a influência do supervisor na visão sistêmica dos licenciandos.

2. Método

Este relato utiliza abordagem qualitativa para analisar práticas e interações em sala de aula. Segundo Lüdke e André (1986), a pesquisa qualitativa na educação tem o ambiente natural como fonte direta e o pesquisador como instrumento, priorizando o processo e os significados atribuídos pelos sujeitos. A análise segue um fluxo indutivo para uma compreensão profunda do fenômeno.

A coleta de dados ocorreu via anotações em caderno de campo em uma escola estadual, semanalmente às segundas-feiras nos meses de fevereiro a abril de 2025, em turmas de 7º e 8º anos.

Conforme Marconi e Lakatos (2010), a técnica de observação utiliza os sentidos para examinar fenômenos, exigindo contato direto com a realidade.

Para o tratamento dos dados, aplicou-se a análise de conteúdo de Bardin (2016). Após leitura flutuante, foram identificadas categorias temáticas baseadas na frequência e relevância das interações observadas. Como define Bardin (2016), as categorias agrupam unidades de registro por similaridade sob títulos genéricos. Tais categorias estruturam este relato para compreender a influência do professor supervisor nas práticas pedagógicas.

3. Resultados e Discussões

3.1 A sala de aula: observações e vivências

Durante três meses, acompanhamos aulas de Ciências em turmas de 7º e 8º anos com alunos de 12 a 14 anos. O supervisor mostrou-se receptivo e educado em turmas com em média de 22 meninas e 23 meninos. Notou-se uma dinâmica centrada na exposição oral e resolução de exercícios da apostila, consideramos que seja uma prática pedagógica válida e também importante para a aprendizagem, no entanto, a ausência de estratégias diversificadas contrastou com as metodologias participativas estudadas na universidade. Como afirma Basílio (2016), superar o modelo tradicional e estimular o protagonismo estudantil é um desafio essencial para o ensino e aprendizagem.

No início, nos chamou atenção a relação cordial e afetiva entre professor e alunos. Segundo Costa (2017) e Leite e Tassoni (2002), a afetividade e o acolhimento influenciam diretamente o aprendizado e a construção da identidade, favorecendo a autonomia. O entusiasmo coletivo em responder perguntas confirmou que a qualidade da mediação impacta a relação com o conhecimento (Leite et al., 2006). Todavia, percebeu-se baixo engajamento em tarefas de casa e dispersão com outras disciplinas, gerando tensões e frustração no docente. Tassoni e Leite (2011) reiteram que as ações do professor mediador são interpretadas pelos alunos sob uma dimensão afetiva que molda o comportamento em sala.

O supervisor compartilhou frustrações e dúvidas sobre a carreira, refletindo crises de identidade docente comuns no cotidiano escolar. Melo e Moura (2024) identificam que a indisciplina e a desvalorização profissional são causas centrais de abandono da carreira. Além

disso, a saída de professores liga-se a condições precárias, baixos salários e pressão psicológica (Souza, Oliveira, 2022). Santos (2025) acrescenta que a falta de infraestrutura e a burocracia excessiva sobrecarregam o educador, limitando o tempo para a inovação pedagógica. Tais episódios reforçam a urgência de refletir sobre estratégias que favoreçam um ambiente escolar mais produtivo.

3.2 Construção da identidade docente: primeiros passos

A observação revelou um quadro multifacetado da prática educativa, onde temas como indisciplina, recursos e inclusão exigem sensibilidade pedagógica e adaptabilidade (Diniz, 2020, Barros, 2018). Nesse processo, o professor supervisor é central, exercendo influência técnica e motivacional que molda a compreensão do licenciando sobre o fazer docente (Moraes et al., 2017). A supervisão deve, portanto, ser um ato pedagógico intencional comprometido com a formação integral do educador.

A motivação estudantil mostrou-se condicionada a fatores estruturais e dinâmicas pedagógicas. Conforme Eccheli (2008), a indisciplina relaciona-se à falta de sentido nos conteúdos. Teorias da motivação pressupõem uma necessidade que direciona a ação (Winterstein, 1992), logo, a participação ativa é fruto de aprendizagem significativa (Neri, 1992). Notamos que os alunos, familiarizados com práticas de ensino baseadas na exposição e na transmissão de conhecimentos, reagiram com entusiasmo ao introduzirmos materiais mais diversificados e práticos, como experimentos de fermentação, circuitos elétricos e botânica. Um exemplo marcante foi a surpresa da turma de 8º ano ao descobrir a fecundação externa em animais aquáticos, confirmando que, nesta fase, o contato com fenômenos novos ou já conhecidos amplia a consciência científica (Bassoli, 2014).

Essas vivências funcionam como espelhos formativos, revelando tanto potências quanto desafios do exercício docente. Ao observar diferentes conduções de sala, compreendemos a necessidade de uma postura ética e inspiradora. Como afirma Freire (1996), ensinar é um ato de esperança. Assim, a experiência de observação fundamenta uma prática futura consciente e sensível às realidades escolares, reafirmando a docência como escolha transformadora.

4. Considerações finais

A convivência escolar é fundamental para a formação docente, permitindo moldar a identidade profissional ao interagir com professores experientes. Esse processo possibilita identificar pontos de melhoria e refletir sobre a postura ética necessária diante de uma profissão que já enfrenta o desafio do desinteresse crescente pelas licenciaturas.

Durante os três meses de observação, reconhecemos obstáculos cotidianos como a escassez de recursos exemplificada pela ausência de laboratório de ciências na escola e a intensa carga horária docente. Tal contexto impõe limites às propostas pedagógicas e exige alta capacidade de adaptação e gestão do tempo.

Embora a complexidade da rotina na educação básica seja vasta, essa vivência permitiu levantar hipóteses e pensar estratégias mais significativas e responsivas às necessidades dos estudantes. A experiência foi enriquecedora para a construção de uma identidade docente comprometida com os desafios reais e com a busca por uma educação de qualidade.

Referências

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARROS, Y. S. A. P. *Contribuições do PIBID para a formação inicial de professores de biologia*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2018.
- BASÍLIO, J. C.; OLIVEIRA, V. L. B. *Metodologias ativas para o aprendizado em ciências naturais*. Curitiba: SEED-PR, 2018.
- BASSOLI, F. Atividades práticas e o ensino-aprendizagem de ciência(s). *Ciência & Educação*, Bauru, v. 20, n. 3, p. 579–593, 2014.
- BORGES, J. A.; ANDRADE, R. R. Vivências no PIBID: um olhar sobre o período de observação. *Cadernos Macambira*, v. 8, n. 1, p. 198–202, 2023.
- COSTA, G. F. *Afeto e afetividade*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.
- DINIZ, Y. B. A importância do estágio de observação para a formação de professores de Biologia. *Horizontes*, Dourados, v. 9, n. 31, 2020.

ECCHELI, S. D. A motivação como prevenção da indisciplina. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 32, p. 199–213, 2008.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LEITE, S. A. S. et al. *Afetividade e práticas pedagógicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Metodologia do trabalho científico*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELO, J. R. S.; MOURA, D. L. A saída da carreira docente na educação básica. *Revista Brasileira de Educação*, v. 29, 2024.

SANTOS, R. A. *Evasão de professores e desvalorização profissional no Brasil*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2025.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

TASSONI, E. C. M.; LEITE, S. A. S. Um estudo sobre emoções e sentimentos na aprendizagem escolar. *Comunicações*, v. 18, n. 2, p. 79–91, 2011.

WINTERSTEIN, P. J. Motivação, educação física e esporte. *Revista Paulista de Educação Física*, v. 6, n. 1, p. 53–61, 1992.

Desafios e contradições na formação docente: um relato sobre as experiências de licenciandas do curso de Matemática no PIBID

Challenges and contradictions in teacher education: a report on the experiences of Mathematics course graduates at PIBID

Ana Carolina Schmitt de Amorim¹
Tatielly Emanuelli da Silva²
Gladys Denise Wielewski³

Resumo

Este relato de experiência descreve nossas vivências, enquanto discentes do curso de Licenciatura em Matemática e bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID-UFMT), tendo como locus a escola campo do PIBID no espaço denominado como anexo da Escola Estadual Pascoal Moreira Cabral, em Cuiabá-MT. O texto ressalta que o PIBID, programa da CAPES, visa estimular a iniciação à docência e aprimorar a formação de professores. O objetivo deste relato é apresentar as nossas observações, reflexões e experiências vividas no cotidiano escolar, com destaque para o desenvolvimento da oficina sobre o algoritmo da divisão. A metodologia adotada é a narrativa baseada em registros escritos e fotográficos, planejamentos e relatórios mensais do PIBID. Nossa experiência possibilitou conhecer e vivenciar o cotidiano escolar analisando o espaço físico, as condições de trabalho, o processo de ensino e aprendizagem de Matemática, dificuldades conceituais e procedimentais por parte dos alunos da educação básica, atuação docente de modo a melhorar a aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave: PIBID; formação de professores; cotidiano escolar.

Abstract

This experience report describes our experiences, as students of the Mathematics course graduate and scholarship holders of the Institutional Teaching Initiation Scholarship Program (PIBID-UFMT), having as its locus the PIBID field school in the space called the annex of the Pascoal Moreira Cabral State School, in Cuiabá-MT. The text highlights that PIBID, a CAPES program, aims to encourage initiation into teaching and improve teacher education. The objective of this report is to present our observations, reflections and experiences in everyday school life, with emphasis on the development of the workshop on the division algorithm. The methodology adopted is narrative based on written and photographic records, monthly plans and reports from PIBID. Our experience made it possible to understand and experience daily school life by analyzing the physical space, working conditions, the process of teaching and learning Mathematics, conceptual and procedural difficulties on the part of basic education students, teaching activities in order to improve student learning.

Keywords: PIBID; teacher training; school routine.

1. Introdução

O presente relato de experiência foi elaborado por bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) vinculado ao curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

¹ Universidade Federal de Mato Grosso – PIBID/Matemática, ana.amorim2@sou.ufmt.br.

² Universidade Federal de Mato Grosso/PIBID/Matemática, tatielly.silva@sou.ufmt.br.

³ Universidade Federal de Mato Grosso/PIBID/Matemática, gladys.wielewski@ufmt.br.

A experiência ocorre desde novembro de 2024, na Escola Estadual Pascoal Moreira Cabral, localizada em Cuiabá–MT. A instituição atende estudantes do Ensino Fundamental II, do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em diferentes turnos. As atividades do PIBID estão sendo realizadas no período matutino, no anexo da Escola Estadual Pascoal Moreira Pereira, em Cuiabá–MT. Esse espaço, vale ressaltar que é improvisado, apresenta condições estruturais precárias, com salas cujo tamanho é insuficiente para a quantidade de alunos, especialmente nas turmas do 6º ano que acompanhamos.

O PIBID (Programa executado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES) “[...] tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o fortalecimento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação básica pública brasileira” (BRASIL, 2024, p. 1).

Por que é necessário inserir o licenciando antes do estágio obrigatório, como faz o PIBID? Sob nossa perspectiva, há vários motivos. Por exemplo: inserir o estudante de licenciatura no início do curso, isto é, antes do estágio obrigatório, permite que ele verifique se esta é a carreira que deseja seguir. Caso não corresponda às suas expectativas, uma eventual mudança de curso trará menos prejuízos do que para aquele que só descobre a incompatibilidade durante o estágio obrigatório. Por que a inserção antecipada é relevante? Porque possibilita, a nós, futuras professoras adquirir maior experiência e bagagem pedagógica, auxiliando-nos na definição da docente.

Desse modo, o presente relato aborda as práticas desenvolvidas durante a oficina com os alunos, bem como nossas reflexões promovidas pelo PIBID, e busca evidenciar, a partir de nossa experiência, a amplitude do programa e seu potencial de transformação nas práticas docentes, assim como de enriquecimento acadêmico e profissional na formação dos futuros professores. Ou seja, relatamos como o PIBID auxilia na nossa formação, mesmo antes do estágio obrigatório. Para tanto, utilizamos a narrativa baseada em registros escritos e fotográficos, planejamentos e relatórios mensais do PIBID.

2. Resultados e Discussão

O PIBID, na nossa experiência, revelou-se e continua sendo essencial para a nossa formação, pois nos possibilita compreender e vivenciar o cotidiano do docente, as responsabilidades atribuídas a eles, as dificuldades e as estratégias adotadas para superá-las.

Dentre os fatores observados no cotidiano escolar, e também já indicados por Gennari (2014), são sobre a exigência de manter a disciplina em condições persistentemente adversas, como também a pressão das famílias para que a escola cumpra as tarefas educativas que elas não realizam. Dessa forma, o PIBID auxilia na nossa formação, uma vez que vivenciamos questões de indisciplina e podemos refletir sobre como agiremos em sala de aula, a fim de ter que manter a organização e condução da turma ou então até repensar se essa é, de fato, a nossa obrigação.

Conforme Veiga (2004), o período dos anos noventa se inicia com o advento da globalização, o agravante do capitalismo e o surgimento de novas tecnologias. Conseqüentemente, a educação também sofreu mudanças, principalmente no âmbito pedagógico, mudanças que ocorrem até os dias atuais. Surgiram abordagens centradas no aluno, enfatizando sua participação no processo de aprendizagem. Além disso, houve transformação no próprio perfil dos professores, para que passem a atender a todas as necessidades encontradas, mantendo-se em constante adaptação e utilizando estratégias de aprendizagem. Houve a necessidade de mudança também no aspecto de avaliação.

Podemos notar, com o PIBID, que até os dias atuais os professores passam por constante adaptação. Por exemplo, precisam inserir o uso do Chromebook em suas aulas e utilizar o caderno de material estruturado em Matemática (acompanhamento personalizado de aprendizagem) uma vez por semana em cada turma. Será que essa inserção de vários materiais e recursos tecnológicos tem realmente sido vantajosa para os alunos? Será que não está apenas sobrecarregando o professor? Observamos que quanto mais elementos como esses são implementados nas aulas, maior é a sobrecarga de trabalho para o professor.

O PIBID tem sido importantíssimo para nós, uma vez que, nessa experiência conseguimos compreender melhor a nossa função e percebemos que a docência não deve ser romantizada nem considerada apenas um ato de amor, pois essa visão causa sobrecarga, frustrações, estresse e doenças mentais. Entretanto, devemos considerar que nossas observações e experiências não foram apenas negativas. Por exemplo, ministramos aulas utilizando materiais manipulativos e obtivemos resultados interessantes, percebemos melhorias tanto no aprendizado dos alunos quanto no interesse por parte deles em realizar as atividades, até mesmo de ir ao quadro.

Das várias atividades desenvolvidas no PIBID, vamos destacar algumas realizadas no âmbito da escola. Nossa atuação corresponde à monitoria nas aulas do professor supervisor, como também atividades específicas.

Em fevereiro de 2025 iniciamos o acompanhamento das atividades pedagógicas no anexo da escola, com o professor supervisor responsável por 4 turmas do 6º anos no período matutino, compostas por alunos na faixa etária de 11 a 12 anos. A estratégia utilizada pelo professor é ter uma postura rigorosa, resultando em um ambiente de aula mais silencioso. A dinâmica da aula depende do material estruturado, havendo pouco uso do quadro. Na maioria das vezes o professor, conduz a aula explicando o conteúdo seguindo apenas o material estruturado. Embora os alunos sejam participativos nas aulas, é notável que eles apresentem dificuldades em conceitos básicos e alguns desses, demonstram insegurança na execução das atividades propostas pelo professor.

Entre as atividades desenvolvidas orientadas pelo professor supervisor, destacamos a solicitação para assumirmos a condução de aulas. Uma delas foi sobre o conteúdo de Mínimo Múltiplo Comum (MMC) e Máximo Divisor Comum (MDC). Assim, elaboramos um plano de aula e na aula ministrada desenvolvemos com os alunos os conceitos fundamentais de MDC e MMC, além do reforço dos conceitos de múltiplos, divisores, fatoração e números primos. Para a consolidação do conteúdo, os alunos realizaram atividades elaboradas por nós, tanto no caderno quanto no quadro, para discutir os processos utilizados conforme a figura 1.



*Figura 1 - Aula ministrada pelas pibidianas
Fonte: Arquivo pessoal do supervisor (2025).*

Depois da experiência dessa aula percebemos que muitos estudantes apresentaram dificuldades nesses conteúdos, especialmente em relação à compreensão e memorização da tabuada que é significativa no processo de aprender o algoritmo de divisão. Vale ressaltar que essas dificuldades básicas permaneceram mesmo após diversas explicações em sala de aula.

Essas observações coincidiram com a atividade específica, na qual a coordenadora da área solicitou a elaboração de uma oficina com o uso do material manipulativo como recurso pedagógico, contemplando as habilidades matemáticas presentes na BNCC. Diante desse cenário, decidimos por escolher esse tema abordado acima, levando em consideração as necessidades específicas de cada turma.

Foi preparado o material manipulativo com a finalidade de trabalhar os conceitos de dividendo, divisor, quociente e resto. A proposta baseou-se em uma imagem obtida no Pinterest conforme a figura 2, no qual o processo de manipulação numérica é facilitado pela codificação por cores, onde cada ordem posicional (unidade, dezena, centena, etc.) é representada por uma cor específica, que se relaciona com o quociente/resultado. Isso permite aos alunos visualizar e concretizar a composição dos números, tornando mais intuitiva a relação entre o valor posicional e a quantidade representada.



Figura 2 - Inspiração para o material manipulativo
Fonte: Arquivo do Pinterest (2025).

Também foram utilizados outros materiais de manipulação, por exemplo, material dourado para demonstrar como realizar divisões com esse recurso, com a finalidade de facilitar a compreensão das noções de unidade, dezena e centena de forma concreta e visual. Na sequência, em sala apresentamos uma forma diferente de construir as tabuadas para números maiores, como, por exemplo, o número 12. Os alunos foram convidados a participar ativamente, indo ao quadro para resolver os exemplos e discutir os processos utilizados, o que promoveu uma exposição dialogada e incentivou os alunos a refletirem sobre os conceitos.

Posteriormente, introduzimos um material manipulativo de divisão, explicando seu funcionamento. Em algumas salas conseguimos dividir os alunos em equipes para que todos pudessem compreender melhor, por meio da prática e da troca de conhecimentos entre os colegas. E retomamos os conceitos como dividendo, divisor, quociente, resto.

3. Considerações Finais

Nosso relato tem como pano de fundo a vivência enquanto bolsistas do PIBID, promovendo um sentimento de preparo mínimo para o exercício de docência, tanto para a conclusão da graduação quanto para a inserção profissional. É importante destacar a nossa excelente experiência com o material manipulativo. Observamos que tivemos um melhor aproveitamento da metodologia trabalhada nas salas que dispunha de duas aulas. Entretanto, não conseguimos aplicar o plano de aula completo nas turmas com um tempo de aula reduzido, comprometendo a utilização do material manipulativo. Aprendemos na prática que um planejamento deve ser flexível, pois depende das condições postas pela escola e pelos alunos.

Dentre os princípios norteadores do PIBID tem-se a inserção dos futuros professores em experiências que buscam superar problemas concretos do processo de Ensino e aprendizagem (os quais, convém ressaltar, são multifacetados). Esse reconhecimento precoce é crucial ao licenciando, pois o capacita a enfrentar futuros desafios como: infraestrutura escolar precária, jornadas de trabalho extensivas, questões disciplinares dos alunos, exaustão emocional e, sobretudo, o adoecimento docente. Vivenciar tais realidades durante o PIBID fortalece a nossa formação profissional e crítica, preparando-nos para condições laborais adversas. Acima de tudo, participar do programa contribuiu para que desidealizássemos a profissão docente, ou seja, permite ao pibidiano compreender o magistério como trabalho profissional (e não como mero ato de amor ou caridade), rompendo com visões romantizadas da carreira.

4. Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.p df](https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf)

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portaria CAPES nº 90, de 25 de março de 2024. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano XXI, n. 59, p. 33, 26 mar. 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-capes-n-90-de-25-de-marco-de-2024-55094928>. Acesso em: 11 ago. 2025.

GENNARI, Emilio. Quando ensinar é adoecer. **Revista Chão Da Escola**, 13(1), 6–15, 2015. Disponível em <https://chaodaescola.com.br/rce/article/view/98/95>

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Projeto Político Pedagógico da Escola Pascoal Moreira Cabral**, 2024.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Repensando a didática**. Campinas - SP: Papirus, 2004. Disponível em; https://praxistecnologica.files.wordpress.com/2014/08/veiga_didatica_retrospectiva.pdf

Psicanálise na cultura contemporânea: produção e difusão do saber psicanalítico em um projeto editorial universitário

Psychoanalysis in contemporary culture: the production and dissemination of psychoanalytic knowledge in a university editorial project

Ana Clara Costa Moraes¹
Ana Júlia da Silva Oliveira²
João Rafael Cândido Campos³
Júlia de Barros Vasconcelos⁴
Maria Clara de Resende e Souza⁵
Maria Clara Sordatti⁶
Rafaela Corrêa da Costa Silva Campos⁷
Renata Costa⁸
Rhaynara Oliveira Veronez⁹
Rhayssa Oraide Vieira de Souza¹⁰
Sophia Ellen de Arruda e Silva¹¹

Resumo

Este trabalho apresenta a experiência de criação e desenvolvimento da Revista de Psicanálise, projeto editorial universitário vinculado à Liga Acadêmica de Psicanálise (Psicanaliga) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O objetivo é produzir e difundir o saber psicanalítico em diálogo com a cultura contemporânea, aproximando a psicanálise de diferentes expressões culturais e ampliando sua circulação para além do espaço acadêmico. O projeto é conduzido por discentes do curso de Psicologia, responsáveis pela elaboração de textos acadêmicos e análises críticas organizadas em torno de um tema central que orienta cada edição da revista. O método consiste na realização de etapas editoriais estruturadas, incluindo definição temática, produção dos textos, seleção e revisão por pares, diagramação e publicação digital, desenvolvidas coletivamente pelos estudantes em funções específicas. Até o momento, foram publicadas cinco edições da revista. Como resultados, observa-se a ampliação da circulação do conhecimento psicanalítico entre estudantes e comunidade externa, evidenciada pelo acesso às versões digitais e pelo interesse em versões impressas. Conclui-se que a iniciativa contribui para a divulgação científica da psicanálise e promove a formação crítica dos discentes, bem como a organização coletiva do trabalho e o desenvolvimento de habilidades acadêmicas e editoriais.

Palavras-chave: Cultura; Psicanálise; Formação crítica; Revista acadêmica.

Abstract

This paper presents the experience of creating and developing the Revista de Psicanálise, a university editorial project linked to the Academic League of Psychoanalysis (Psicanaliga) at the Federal University

of Mato Grosso (UFMT). The objective is to produce and disseminate psychoanalytic knowledge in dialogue with contemporary culture, bringing psychoanalysis closer to different cultural expressions and expanding its circulation beyond the academic environment. The project is conducted by undergraduate psychology students, responsible for producing academic texts and critical analyses organized around a central theme that guides each issue of the journal. The method consists of structured editorial stages, including theme definition, text production, selection and peer review, layout design and digital publication, carried out collectively by students in specific roles. To date, five issues of the journal have been published. As results, there has been an expansion in the circulation of psychoanalytic knowledge among students and the external community, evidenced by access to digital versions and interest in printed copies. It is concluded that the initiative contributes to the scientific dissemination of psychoanalysis and promotes students' critical education, as well as the collective organization of work and the development of academic and editorial skills.

Keywords: Culture; Psychoanalysis; Critical education; Academic journal.

¹ Ana Clara Costa Moraes, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), e-mail: ana.moraes4@sou.ufmt.br.

² Ana Júlia da Silva Oliveira, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), e-mail: anajuliaoli1103@gmail.com.

³ João Rafael Cândido Campos, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), e-mail: joorafaelcandidocampos@gmail.com.

⁴ Júlia de Barros Vasconcelos, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), e-mail: ju.vasconcelos08@gmail.com.

⁵ Maria Clara Sordatti, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), e-mail: mariaa.sordatti@gmail.com.

⁶ Maria Clara de Resende e Souza, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), e-mail: mariaclaraderesende77@gmail.com.

⁷ Rafaela Corrêa da Costa Silva Campos, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), e-mail: rafaelacscampos@gmail.com.

⁸ Renata Costa, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), e-mail: costarc@gmail.com.

⁹ Rhaynara Oliveira Veronez, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), e-mail: rhayveronez@gmail.com.

¹⁰ Rhayssa Oraide Vieira de Souza, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), e-mail: rhayssavsouza@gmail.com.

¹¹ Sophia Ellen de Arruda e Silva, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), e-mail: sophiaellenarrudaesilva@gmail.com.

1. Introdução

A psicanálise, desde sua origem, mantém um diálogo constante com as transformações culturais e sociais de seu tempo. Como observa Lacan (1998), qualquer retorno a Freud que mereça ser transmitido deve percorrer o caminho pelo qual a verdade mais oculta se manifesta nas revoluções culturais, evidenciando um estilo próprio de interpretar a teoria freudiana. No contexto universitário, esse diálogo ganha novas possibilidades por meio de projetos de extensão e iniciativas de difusão científica que ultrapassam os limites da sala de aula, aproximando teoria e prática cultural.

É nesse cenário que se insere a Revista de Psicanálise, projeto editorial vinculado à Liga Acadêmica de Psicanálise (Psicanaliga) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Criada com o objetivo de aproximar a psicanálise das expressões da cultura contemporânea e ampliar seu alcance além do meio acadêmico, a revista combina rigor conceitual e produção autoral com uma identidade visual inspirada na cultura pop, incorporando arte, música, cinema, séries e literatura, além de abordar questões de gênero, raça e relações sociais de forma crítica e reflexiva. Ao articular teoria psicanalítica e práticas culturais, o projeto democratiza o conhecimento e cria uma ponte entre o saber acadêmico e a experiência social contemporânea.

Seus fundamentos teóricos incluem autores clássicos, como Freud, Anna Freud, Lacan, Virginia Bicudo, Melanie Klein, Donald Winnicott e Neusa Santos, e contribuições de psicanalistas contemporâneos, como Ana Suy, Jean Laplanche, Zizek, Christian Dunker e Marion Minerbo. Esses referenciais oferecem um marco conceitual sólido, demonstrando como a psicanálise pode ser divulgada de forma inclusiva, relevante e crítica. Dessa maneira, a Revista de Psicanálise se constitui como um instrumento inovador para aproximar teoria, cultura e sociedade, articulando conhecimento acadêmico, fenômenos culturais e experiências práticas de maneira coerente e acessível.

2. Material e Método

O projeto da Revista de Psicanálise está vinculado às atividades da Liga Acadêmica de Psicanálise (Psicanaliga) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e se desenvolve a partir de um planejamento editorial construído coletivamente pelos integrantes da liga. Esse planejamento orienta a definição das temáticas das edições, a divisão das tarefas e o cronograma

de produção da revista, sendo constantemente revisitado ao longo do processo para possíveis ajustes e reformulações.

A equipe responsável pela produção da revista é composta por estudantes do curso de Psicologia da UFMT integrantes da liga acadêmica, organizados em diferentes funções, como produção textual, revisão de conteúdo, organização editorial e design gráfico. As reuniões da equipe ocorrem quinzenalmente e têm como objetivo discutir o andamento das edições, definir os temas a serem abordados e acompanhar o desenvolvimento dos textos e das demais etapas do processo editorial.

A elaboração de cada edição envolve inicialmente a escolha de um tema central, geralmente relacionado a questões contemporâneas que possibilitem articulações com a psicanálise, como expressões culturais, produções artísticas, fenômenos sociais e manifestações da cultura pop. A partir dessa definição temática, os integrantes realizam levantamento bibliográfico e discussões teóricas em grupo, buscando articular conceitos psicanalíticos com os objetos culturais analisados.

Após essa etapa, os membros da equipe elaboram os textos que compõem a edição. Esses textos passam por um processo de leitura e revisão coletiva entre os participantes, no qual são discutidos aspectos teóricos, conceituais e de clareza da escrita. Paralelamente ao desenvolvimento do conteúdo, ocorre a construção da identidade visual da edição, envolvendo decisões relacionadas à diagramação, escolha de imagens, elementos gráficos e organização estética da revista.

Concluídas as etapas de revisão textual e elaboração gráfica, o material é padronizado em conformidade com as normas acadêmicas vigentes e organizado para publicação. A revista é, então, divulgada em formato digital, prioritariamente por meio de redes. Adicionalmente, procede-se à produção de exemplares impressos pela Gráfica da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), mediante solicitação via Sistema Eletrônico de Informações (SEI) formalizada pela docente coordenadora da liga, Dra. Renata Costa, com custos subsidiados pela Pró-Reitoria Administrativa (PROAD), por intermédio da Supervisão da Gráfica Universitária (CGA/PROAD/UFMT). Esses exemplares são destinados à divulgação em eventos acadêmicos e à distribuição gratuita, contribuindo para a ampliação da circulação da revista em contextos acadêmicos e institucionais.

A participação discente em todas as etapas do processo editorial configura-se como uma experiência formativa qualificada, na medida em que articula a produção acadêmica à reflexão teórica e às práticas de divulgação científica. Esse processo favorece o desenvolvimento de

competências relacionadas à escrita acadêmica, à organização editorial, ao trabalho coletivo e à produção de conteúdo científico, além de estimular a autonomia dos estudantes e o engajamento em práticas coletivas de produção e difusão do conhecimento.

3. Resultados e Discussão

Desde sua criação, a Revista de Psicanálise publicou cinco edições, reunindo mais de cinquenta textos, além de jogos e atividades lúdicas inseridas em um projeto gráfico inspirado na cultura pop. A quinta edição, embora já disponibilizada em formato digital, encontra-se atualmente em processo de impressão junto à Gráfica da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), o que evidencia a continuidade e consolidação da proposta editorial.

As edições são organizadas a partir de temáticas centrais que orientam tanto a produção textual quanto a construção estética de cada edição, possibilitando uma articulação consistente entre conteúdo teórico e linguagem visual. Nesse sentido, a escolha de objetos como produções musicais, obras literárias, programas televisivos e debates presentes na cultura contemporânea favorece a mobilização de conceitos psicanalíticos na análise de fenômenos sociais, ampliando as possibilidades de leitura e interpretação da realidade.

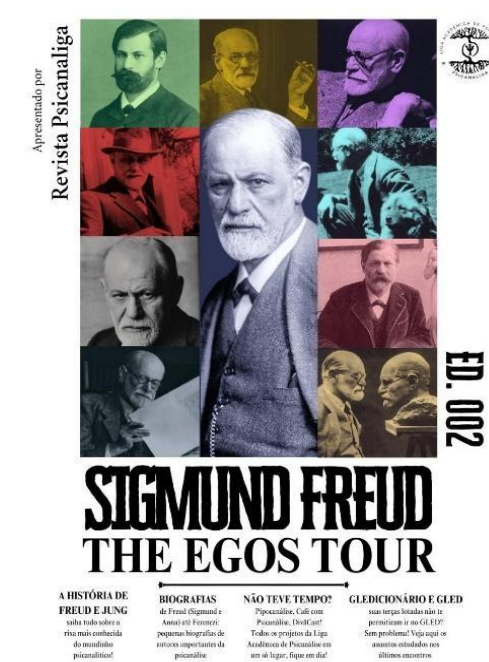
Esse método contribui para aproximar o campo teórico da psicanálise de experiências cotidianas, tornando-o mais acessível a públicos diversos, sem comprometer o rigor conceitual. Ademais, a incorporação de elementos lúdicos e visuais no projeto editorial configura-se como estratégia de engajamento, favorecendo a circulação do conhecimento e o interesse dos leitores. Como ilustrado nas Figuras a seguir, cada edição da Revista apresenta uma identidade temática e visual própria, refletindo o esforço coletivo dos estudantes em articular teoria, cultura e produção estética no âmbito de uma proposta editorial universitária. Nesse sentido, as capas e os elementos gráficos complementam os textos e operam como dispositivos de mediação entre o conteúdo acadêmico e o público leitor, contribuindo para a construção de sentidos e para a ampliação do alcance da revista. Ao mesmo tempo, potencializam as possibilidades de leitura e interpretação da realidade social, aspecto que dialoga com discussões contemporâneas da psicanálise acerca das relações entre subjetividade, cultura e formas sociais de experiência.

Figura 1 – Capa da 1ª edição da Revista da Psicanaliga:
Em nome de Freud, de Lacan e de Melanie Klein



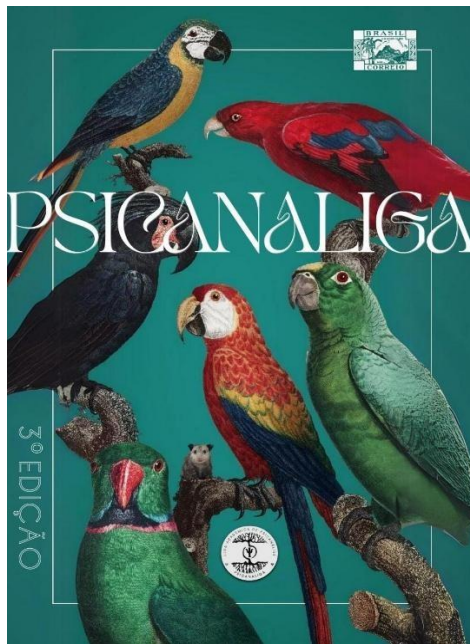
Fonte: Arquivo da Liga Acadêmica de Psicanálise da UFMT (2023).

Figura 2 – Capa da 2ª edição da Revista da Psicanaliga: Sigmund Freud — The Egos Tour



Fonte: Arquivo da Liga Acadêmica de Psicanálise da UFMT (2023).

Figura 3 – Capa da 3ª edição da Revista da Psicanaliga: Psicanálise e Brasilidades



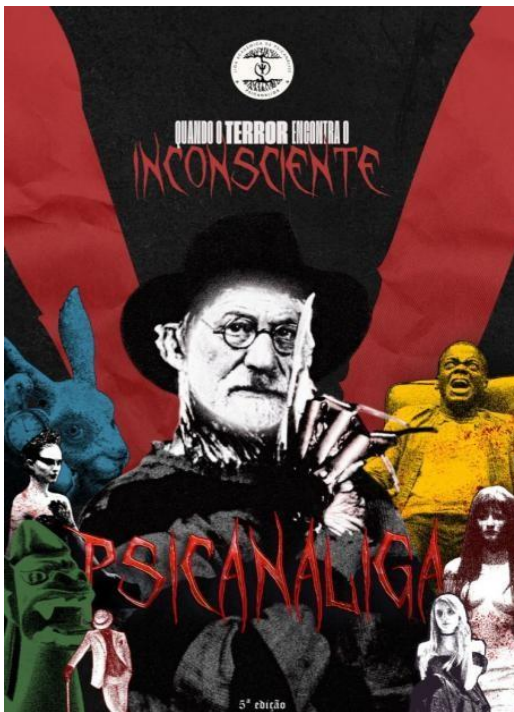
Fonte: Arquivo da Liga Acadêmica de Psicanálise da UFMT (2024).

Figura 4 – Capa da 4ª edição da Revista da Psicanaliga: Falo ou Não Falo? Psicanálise, Mulher e Gênero



Fonte: Arquivo da Liga Acadêmica de Psicanálise da UFMT (2025).

Figura 5 – Capa da 5ª edição da Revista da Psicanálise: Terror e Psicanálise



Fonte: Arquivo da Liga Acadêmica de Psicanálise da UFMT (2025).

A experiência de desenvolvimento da revista evidenciou seu potencial como instrumento de democratização do conhecimento psicanalítico, ao aproximar conceitos teóricos de produções culturais amplamente difundidas. Essa articulação favorece a circulação da psicanálise para além dos espaços estritamente acadêmicos ou clínicos, estimulando o interesse do público por reflexões sobre subjetividade, cultura e sociedade.

Durante o processo de produção editorial, também foram identificados desafios importantes, como a necessidade de conciliar o rigor conceitual da psicanálise com uma linguagem acessível ao público mais amplo, bem como a organização da dimensão visual e interativa da publicação. Esses desafios se converteram em oportunidades de aprendizagem para os integrantes do projeto, estimulando a experimentação de diferentes formas de comunicação do conhecimento científico.

Outro resultado relevante refere-se à dimensão formativa proporcionada aos estudantes participantes. A atuação nas diferentes etapas do processo editorial, desde a escolha dos temas e levantamento bibliográfico até a produção dos textos, revisão e elaboração do design gráfico, contribuiu para o desenvolvimento de habilidades relacionadas à escrita acadêmica, análise crítica,

curadoria de conteúdos e organização coletiva do trabalho.

Além disso, a revista recebeu retorno positivo tanto da comunidade acadêmica quanto do público externo, evidenciado por solicitações de versões físicas da publicação e por comentários favoráveis nas redes sociais. O projeto também despertou grande interesse entre estudantes interessados em participar da liga acadêmica, refletido na elevada procura pelos processos seletivos da Psicanaliga. Esses elementos indicam que a iniciativa contribuiu para ampliar a visibilidade do projeto e consolidar seu papel como espaço de produção e circulação do saber psicanalítico.

4. Conclusão

A experiência de desenvolvimento da Revista de Psicanálise da Psicanaliga evidenciou o potencial da produção editorial universitária como instrumento formativo e de extensão. Ao longo das edições publicadas, a revista mostrou-se um meio eficaz de aproximar a psicanálise de públicos diversos, estabelecendo articulações com a cultura contemporânea e ampliando a circulação desse campo teórico para além dos espaços acadêmicos tradicionais. Nesse sentido, os resultados observados indicam que a produção editorial coletiva pode contribuir tanto para a democratização do saber psicanalítico quanto para a formação acadêmica dos estudantes envolvidos.

Além disso, o projeto reafirma a possibilidade de a psicanálise abordar questões contemporâneas sem perder seu rigor conceitual, explorando linguagens e formatos que favoreçam a circulação do conhecimento em diálogo com diferentes manifestações culturais. A participação dos estudantes nas diversas etapas do processo editorial também se mostrou relevante para o desenvolvimento de habilidades relacionadas à escrita acadêmica, análise crítica, organização editorial e trabalho coletivo.

Dessa forma, os resultados apresentados corroboram o objetivo do projeto de promover a divulgação do saber psicanalítico em diálogo com a cultura contemporânea, evidenciando o potencial de iniciativas editoriais universitárias para ampliar a circulação do conhecimento e fortalecer a formação acadêmica dos estudantes. Cabe considerar, entretanto, que as reflexões aqui apresentadas se referem a um contexto específico de desenvolvimento da revista no âmbito de uma liga acadêmica, o que delimita o alcance das análises realizadas. Ainda assim, a continuidade e o aprimoramento da iniciativa podem contribuir para ampliar esse tipo de prática no contexto universitário, incentivando novas articulações entre psicanálise, cultura e divulgação científica.

Referências

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LACAN, Jacques. A psicanálise e seu ensino (1957). In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. **Sistema de Extensão da UFMT – SIEx**. Disponível em: <https://siex.ufmt.br/Projeto/Detalhes?projetoUID=11168>. Acesso em: 09 ago. 2025.

Big techs e a modulação da subjetividade na era do capitalismo de vigilância

Big techs and the modulation of subjectivity in the age of surveillance capitalism

Liéria Brandão e Silva
Elton Corbanezi

Resumo

Na contemporaneidade, as big techs assumem um papel central na mediação das relações humanas, influenciando desde a economia até a política. Esse fenômeno suscita questões profundas sobre autonomia, liberdade e democracia no século XXI. Partindo de um referencial teórico que inclui Deleuze (1990), Dardot e Laval (2016), Rouvroy (2015; 2020) e Zuboff (2018; 2019), este trabalho analisa os efeitos dessas corporações na construção das subjetividades, investigando especificamente: (1) os mecanismos de modulação comportamental, (2) os filtros das chamadas bolhas informacionais e (3) a possível transformação da identidade em mercadoria. Metodologicamente, o estudo combina revisão bibliográfica interdisciplinar com análise de casos empíricos concretos. Os resultados revelam que a naturalização e a despolitização das novas tecnologias ocultam mecanismos de exploração e criam uma ilusão de liberdade de escolha para os indivíduos. Diante disso, conclui-se que, enquanto a sociedade permanecer sem alternativas emancipatórias às big techs, é necessário redefinir a relação com tais plataformas.

Palavras-chave: Capitalismo de vigilância; Governamentalidade algorítmica; Racionalidade neoliberal; Subjetividade.

Abstract

In contemporaneity, big techs assume a central role in mediating human relations, influencing everything from the economy to politics. This phenomenon raises profound questions about autonomy, freedom, and democracy in the 21st century. Drawing on a theoretical framework that includes Deleuze (1990), Dardot and Laval (2016), Rouvroy (2015; 2020), and Zuboff (2018; 2019), this work analyzes the effects of these corporations on the construction of subjectivities, specifically investigating: (1) the mechanisms of behavioral modulation, (2) the filters of the so-called informational bubbles, and (3) the possible transformation of identity into a commodity. Methodologically, the study combines an interdisciplinary literature review with analysis of concrete empirical cases. The results reveal that the naturalization and depoliticization of new technologies conceal mechanisms of exploitation and create an illusion of freedom of choice for individuals. In light of this, it is concluded that, as long as society remains without emancipatory alternatives to big techs, it is necessary to redefine the relationship with such platforms.

Keywords: Surveillance capitalism; Algorithmic governmentality; Neoliberal rationality; Subjectivity.

¹ Liéria Brandão e Silva, Universidade Federal de Mato Grosso, lieria.brandao@gmail.com.

² Elton Corbanezi, Universidade Federal de Mato Grosso, elton.corbanezi@ufmt.br.

1. Introdução

Smartphones, algoritmos de recomendação, inteligência artificial generativa e redes sociais não apenas medeiam a vida contemporânea com o objetivo de torná-la mais simples, mas também operam como dispositivos que coletam, processam e monetizam grandes volumes de dados em escala global — o chamado *big data*. Esse processo, entretanto, está atravessado por dinâmicas de poder. O filósofo Gilles Deleuze, em seu ensaio *Post-scriptum sobre as Sociedades de Controle* (1992), argumenta que que nas sociedades contemporâneas o poder se exerce de forma contínua, permeando todos os aspectos da vida sem ser visível ou repressivo, mas sutil e difuso, operando através do controle, da coleta de dados e da modulação de comportamentos. Contemporaneamente, o controle exercido pelas gigantes tecnológicas, as chamadas *big techs* (Google, Apple, Meta, Amazon e Microsoft), sobre as infraestruturas digitais sustenta um sistema automatizado de coleta e processamento de dados que institui novas formas de controle social (ROUVROY; BERNS, 2015).

Posto isto, a hipótese central desta pesquisa é que as *big techs*, longe de serem entidades imparciais, atuam como aliadas de um projeto político-econômico que subordina a autonomia individual à vigilância e à mercantilização da vida, modulando subjetividades e redefinindo os limites da governamentalidade contemporânea. Isso forma o que chamamos de dadosbiopolítica — um fenômeno que articula o controle e a gestão da vida (*bios*) por meio da coleta, análise e aplicação de dados massivos (*big data*). Pretende-se, portanto, analisar como essas corporações reconfiguram as noções de autonomia, identidade e pensamento crítico na atualidade. Sem finalidade fatalista, verificamos a necessidade de politizar as novas tecnologias e imaginarmos um horizonte além da governamentalidade algorítmica, conforme a proposição de Shoshana Zuboff: “Se o futuro digital deve ser nosso lar, então somos nós que devemos transformá-lo nisso” (ZUBOFF, 2019, p. 33).

2. Big techs, big data e governamentalidade algorítmica

Nos anos 1980, a maior parte das informações era armazenada em suportes físicos, como papéis, fitas magnéticas e rolos de filme. Hoje, a digitalização permeia todas as dimensões da vida cotidiana. O que antes exigia arquivos volumosos e espaços físicos consideráveis agora cabe em dispositivos portáteis ou em nuvens *online*, acessíveis de qualquer lugar do mundo em questão de segundos. No entanto, isso acarretou uma concentração sem precedentes de poder. Atualmente uma pequena quantidade de empresas de tecnologia controlam a digitalização da vida, detendo em suas mãos boa parte dos dados que movem o mundo contemporâneo: são as chamadas *big techs*.

Evgeny Morozov, pesquisador do *utopismo* digital, associa a ascensão delas a uma conjuntura histórica específica, resultado de uma convergência de inovações tecnológicas e um cenário regulatório inicialmente permissivo, em um mundo marcado pela crise financeira de 2008. O enfraquecimento da proteção social levou os cidadãos a buscarem soluções individuais, reduzindo a dependência do Estado e transferindo essas responsabilidades para o setor privado, como em serviços de transporte por aplicativos. Essa relação, contudo, estabelece um ciclo vicioso, no qual soluções imediatistas minam a capacidade de ação estatal e desafiam a política democrática (MOROZOV, 2018, p.143).

Na medida em que os indivíduos são reduzidos a dados, suas identidades são decompostas em informações fragmentadas (como preferências de consumo, hábitos *online*, dados biométricos, entre outros). Esses fragmentos são coletados por tecnologias de captura (como *cookies*), analisados por técnicas de mineração (*data mining*) e aprendizado de máquina (*machine learning*), e recombinaados por algoritmos. Esses algoritmos criam perfis comportamentais (*profiling*) e geram modelos preditivos (*predictive analytics*) sobre o comportamento dos indivíduos, permitindo que sistemas automatizados antecipem escolhas e personalizem experiências *online*.

Assim, autores como Zuboff (2018; 2019), Morozov (2018) e Rouvroy (2015; 2020) argumentam que o comportamento mediado pelos algoritmos deixa de ser autônomo, passando a ser construído e reconstruído a partir de lógicas externas, definidas pelas corporações que operam sob a lógica do capitalismo de vigilância. Cunhado pela psicóloga social e filósofa Shoshana Zuboff, esse conceito designa uma nova forma de acumulação capitalista centrada no *big data*,

que “procura prever e modificar o comportamento humano como meio de produzir receitas e controle de mercado” (ZUBOFF, 2018, p. 18).

Entre dezembro de 2024 e janeiro de 2025, um episódio explicitou as nuances da assimetria informacional entre corporações de tecnologia e usuários no contexto brasileiro. O projeto *World ID*, desenvolvido pela *Tools for Humanity*, sob a liderança de Alex Blania (diretor executivo da empresa) e Sam Altman (idealizador do *ChatGPT*), com o objetivo de criar um sistema de identificação digital que diferencia entre humanos vivos e inteligência artificial, mobilizou mais de 400 mil pessoas mediante a promessa de R\$ 600 em criptomoedas. Para serem beneficiados, os participantes concordaram em fornecer dados biométricos altamente sensíveis, coletados por meio do escaneamento da íris.

Em entrevista ao Portal G1 (SILVA; HELDER, 2025), Alex Rodrigo, 38 anos, relatou: “Fiquei sabendo pelos meus amigos, que divulgaram um aplicativo que estava dando dinheiro. [...] Eu vim pelo dinheiro mesmo. [...] Mas nada é de graça, né?”. Wallace Wesley, 31, teve uma reação semelhante: “Tenho receio disso [...] Mas tá todo mundo apertado [de dinheiro]”, afirmou à CNN (2025). As falas sintetizam a percepção ambígua dos envolvidos: embora haja consciência rudimentar do valor/importância do compartilhamento dos dados pessoais, persiste uma incompreensão sobre as implicações técnicas e jurídicas do compartilhamento de dados pessoais.

Contudo, a empresa não cumpriu integralmente sua parte no acordo. Diversos participantes relataram dificuldades para sacar o dinheiro e até mesmo exclusão da conta pessoal na plataforma (HELDER, 2025). Em novembro de 2024, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), por meio da Coordenação-Geral de Fiscalização, iniciou uma investigação. A principal preocupação do órgão era que a compensação financeira oferecida pudesse induzir o consentimento dos usuários, o que acabou por resultar na proibição da remuneração em janeiro de 2025. Em resposta, a *Tools for Humanity* declarou que se adequaria às novas determinações da ANPD. Porém, em fevereiro, a empresa suspendeu voluntariamente suas operações no país (LABATE, 2025).

Ademais, Rodrigo Tozzi, chefe de operações da corporação no Brasil, defende que “os fragmentos criptografados não revelam nada sobre o indivíduo nem podem ser efetivamente vinculados de volta a ele” (CRUZ, 2025). A ênfase desse discurso está na desvinculação técnica

entre dados e indivíduos. É essa percepção de que os dados são insignificantes — por serem fragmentos desprovidos de intencionalidade e subjetividade — que cria uma falsa sensação de segurança, mascarando os riscos inerentes à sua coleta e processamento, como salienta Rouvroy (2015, p.39).

A partir do conceito de governamentalidade algorítmica, Rouvroy e Berns (2015) atualizam o conceito foucaultiano de governamentalidade¹ ao inserirem a dimensão tecnológica contemporânea, analisando as problemáticas da ideia de um mundo social ordenado por algoritmos:

Por governamentalidade algorítmica, nós designamos, a partir daí, globalmente um certo tipo de racionalidade (a)normativa ou (a)política que repousa sobre a coleta, agregação e análise automatizada de dados em quantidade massiva de modo a modelizar, antecipar e afetar, por antecipação, os comportamentos possíveis. [...] A governamentalidade algorítmica não produz qualquer subjetivação, ela contorna e evita os sujeitos humanos reflexivos, ela se alimenta de dados “infraindividuais” insignificantes neles mesmos, para criar modelos de comportamento ou perfis supraindividuais sem jamais interpelar o sujeito, sem jamais convocá-lo a dar-se conta por si mesmo daquilo que ele é, nem daquilo que ele poderia se tornar. (ROUVROY; BERNS, 2015, p.42)

Sendo assim, a governamentalidade algorítmica atua na intervenção preventiva do comportamento. Por exemplo, as plataformas de *streaming*, como Netflix ou Spotify, coletam dados dos usuários e observam padrões comportamentais. A partir disso, elas recomendam conteúdos personalizados, reduzindo a imprevisibilidade das escolhas. Como destaca Rouvroy (2020, p. 17), “o *big data* domestica a incerteza”. Logo, sua singularidade está na capacidade de influenciar comportamentos sem exigir internalização de normas². Ao contrário do sistema disciplinar tradicional, que depende da reflexão crítica e internalização de valores, a governamentalidade algorítmica opera em nível pré-consciente (ROUVROY, 2020, p.18).

¹ Para o filósofo, a governamentalidade refere-se à maneira como o poder é exercido na sociedade, especialmente no contexto do Estado moderno: “o que propus chamar de governamentalidade, isto é, a maneira como se conduz a conduta dos homens, não é mais que uma proposta de grade de análise para essas relações de poder.” (FOUCAULT, 2008, p. 258). Assim, a governamentalidade algorítmica é uma reconfiguração dos mecanismos de poder e controle social na era digital.

² Essa abordagem se trata da inteligência artificial preditiva, que difere da inteligência artificial generativa. Enquanto a IA preditiva antecipa comportamentos e sugere opções de conteúdo com base em previsões sem criar nada novo, a IA generativa é capaz de criar novos conteúdos (como textos, imagens, músicas ou até códigos) a partir de padrões aprendidos.

Assim, evidencia-se um paradoxo: enquanto os algoritmos prometem personalização, eles homogeneizam comportamentos ao confinar os usuários em bolhas preditivas³. A governamentalidade algorítmica, portanto, não se limita a prever ações — ela as *produz*⁴, reconfigurando a agência humana em um jogo de estímulos e respostas mediado por máquinas. Como analisa Santos (2019), o risco desse modelo reside na substituição da reflexão crítica por uma engenharia de impulsos, na qual a liberdade de escolha é ilusória.

3. Os filtros invisíveis e a economia das ações

Os algoritmos das plataformas digitais, redes sociais e mecanismos de busca exercem influência decisiva sobre o consumo de informação na contemporaneidade, transformando, além do acesso aos conteúdos, a percepção da realidade (PARISER, 2012). Isso porque eles funcionam como mediadores invisíveis, selecionando e hierarquizando informações com base em critérios como relevância, engajamento e perfil do usuário. Como resultado, criam-se ecossistemas informacionais personalizados, que podem tanto facilitar o acesso a conhecimentos úteis quanto reforçar vieses cognitivos. Como destaca Pariser (2012, p. 14):

A nova geração de filtros online examina aquilo de que aparentemente gostamos – as coisas que fazemos, ou as coisas das quais as pessoas parecidas conosco gostam – e tenta fazer extrapolações. São mecanismos de previsão que criam e refinam constantemente uma teoria sobre quem somos e sobre o que vamos fazer ou desejar a seguir. Juntos, esses mecanismos criam um universo de informação exclusivo para cada um de nós – o que passei a chamar de *bolha dos filtros* – que altera fundamentalmente o modo como nos deparamos com ideias e informações [grifos próprios].

A bolha de filtros opera por meio de três processos fundamentais: (1) coleta massiva de dados comportamentais, (2) inferência de preferências através de aprendizado de máquina, e (3) curadoria automatizada de conteúdos. Trata-se de uma seleção personalizada de informações baseadas em dados do usuário para criar uma curadoria algorítmica (os filtros invisíveis) que privilegia visões semelhantes às do indivíduo, isolando-o muitas vezes de perspectivas diferentes ou novas.

³ O conceito de bolha será abordado ao longo do texto.

⁴ Para Foucault, “o poder é um conjunto de relações; em vez de derivar de uma superioridade, o poder produz a assimetria [...] em vez de esmagar e confiscar, ele incentiva e faz produzir” (ALBUQUERQUE, p.109, 1995). Ou seja, o poder não apenas reprime, mas produz comportamentos e subjetividades. É, portanto, neste sentido que a governamentalidade algorítmica exerce poder.

Vale lembrar que os algoritmos das plataformas digitais evoluíram além da simples análise das preferências explícitas do indivíduo, como curtidas ou compartilhamentos. Atualmente, eles operam com técnicas sofisticadas de interpretação comportamental, capturando dados implícitos que revelam padrões de engajamento muitas vezes inconscientes. A governamentalidade algorítmica “não está interessada no indivíduo, mas na intensidade das relações estatísticas descobertas entre os ‘atributos’ infra-pessoais [...] e os padrões de comportamento supraindividuais” (ROUVROY, 2020, p.26), isto é, os algoritmos aperfeiçoam suas previsões por meio de correlações estatísticas entre os usuários.

A curadoria, portanto, além de selecionar conteúdos previamente demonstrados como relevantes pelo usuário, também prioriza publicações alinhadas ao seu perfil comportamental que apresentam alto desempenho métrico na plataforma (como viralidade) e maior potencial de gerar engajamento. Ademais, a partir do momento em que a eficiência de um sistema de recomendação passou a ser medida pela sua capacidade de mantê-los conectados o máximo de tempo possível, a lógica das plataformas mudou do paradigma preditivo para o paradigma de captura. Seu objetivo principal já não é apenas prever preferências com exatidão, mas capturar o usuário na lógica da economia da atenção (BRUNO; BENTE; FALTEY, 2019, p.11-12).

Como destacam os autores, nesse cenário, a “premissa fundamental é a de que, em meio a um espaço-tempo cada vez mais saturado de estímulos visuais e informacionais, a atenção se torna um recurso escasso e, por sua vez, extremamente valioso e imensamente disputado” (*Ibidem*, p.13). Doravante, as empresas passam a reformular suas interfaces para capturar cada vez mais o tempo de tela dos usuários. Esse mecanismo constitui o cerne do que os autores denominam *economia psíquica dos algoritmos*, a saber:

O investimento contemporâneo – tecnocientífico, econômico e social – em processos algorítmicos de captura, análise e utilização de informações psíquicas e emocionais extraídas de nossos dados e ações em plataformas digitais. (*Ibidem*, p.5)

Por exemplo, por trás de *designs* aparentemente intuitivos escondem-se mecanismos psicológicos que transformam a experiência digital em um ciclo quase infinito de interações que

produzem oportunidades para manter os usuários ativos. Desde reações⁵, *gifs*, *nudges*⁶, *rankings* competitivos, até recompensas financeiras, as empresas reformulam constantemente suas interfaces para capturar dados e modular o comportamento — denominadas arquiteturas de decisão —, “de modo a tornar certas escolhas e ações mais prováveis que outras, todas voltadas para aumentar o nível de engajamento do usuário” (BRUNO, 2022, p.58). A gamificação é um exemplo dessa dinâmica que vem se tornando comum na Internet.

Grosso modo, as *big techs* buscam instituir hábitos que naturalizam certos padrões de ação premeditando o engajamento e o consumo. Nesse contexto, a “necessidade competitiva das economias da ação exige que os capitalistas de vigilância usem todos os meios disponíveis para substituir a ação autônoma pela ação heterônoma”⁷ (*Idem*). Logo, esse processo representa uma ameaça à própria consciência humana, pois ela desafia o capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2019, p. 307). Ou seja, o sistema tende a suprimir a autonomia, entendida como capacidade de autodeterminação, em favor da heteronomia, que implica agir segundo determinações externas. Paralelamente, nas sociedades de controle⁸, em vez de individualidades, teríamos *dividualidades* — um ser fragmentado em dados (dividual), que se relaciona com outros dados em nível global e pode ser controlado (DELEUZE, 1992).

No século XX, Herbert Marcuse antecipou tal crise do pensamento autônomo ao analisar o papel da tecnologia e da ciência nas sociedades industriais avançadas. Em *O Homem Unidimensional* (2015 [1964]), o autor critica a visão positivista de que o progresso técnico levaria inevitavelmente à emancipação humana e argumenta que a racionalidade técnica se tornou um instrumento de dominação, esvaziando o potencial libertador da tecnologia e impondo uma lógica unidimensional por meio do consumo e da padronização da vida. Em outras palavras, os indivíduos passam a se identificar com o modo de vida que lhes é imposto e a defendê-lo,

⁵ O Facebook introduziu o botão “curtir” em 2009, mas em 2016 ele não era mais suficiente para alimentar o aprendizado de máquina, então a empresa acrescentou como opção a categoria sentimento/atividade para os usuários especificarem qual emoção estavam sentindo ao fazer uma publicação, além disso também acrescentou mais “ícones de reação” (Amei, Haha, uau, Triste e Grr) para os usuários interagirem entre si.

⁶ Os *nudges* são mecanismos usados para intervir na ação e influenciar o comportamento das pessoas de maneira sutil e não coercitiva, os *autoplay* do Youtube que passa para o próximo vídeo automaticamente é um *nudge*, antecipando a ação do usuário, por exemplo.

⁷ Tradução própria.

⁸ Nas sociedades de controle, o essencial não é mais a “firma” do indivíduo ou seu “número de matrícula” como nas sociedades disciplinares, mas sim uma “cifra”, como uma senha. Nesse contexto, os indivíduos se transformam em “dividuais”(são fragmentados) e as massas, em amostras, dados, mercados ou bancos.

consolidando uma sociedade na qual a redução da capacidade de autodeterminação foi deliberadamente aceita. Por conseguinte, pode-se dizer que a relação entre as *big techs* e a consciência é de *confronto*: enquanto as primeiras buscam a padronização e o controle, a segunda depende da liberdade crítica para existir plenamente.

4. O espetáculo da identidade mercantilizada

Com a ubiquidade da Internet e a ascensão das redes sociais, o digital e o físico se entrelaçam, criando um campo misto em que uma simples postagem pode desencadear protestos nas ruas; no qual relacionamentos nascem em aplicativos e se consolidam no aqui e agora; em que o trabalho, em vez de se restringir a um escritório, se estende para plataformas e reuniões virtuais. Esse espaço híbrido *onlife*⁹ não se trata de uma sobreposição de duas dimensões, mas uma nova realidade na qual as ações em um plano reverberam quase imediatamente no outro. O virtual é tão real quanto o material.

Nas redes sociais, a racionalidade neoliberal¹⁰ atinge seu ápice, transformando quase todas as relações e interações em algo que deve gerar um retorno, seja para a plataforma ou para o usuário. A visibilidade vira *status* e as publicações se tornam investimentos para a construção de uma “marca pessoal”. Como argumentam Dardot e Laval, a razão neoliberal instaura uma “relação de gozo obrigatório com todo outro indivíduo” (Dardot; Laval, 2016, p. 370), na qual os outros são avaliados principalmente por seu “valor de gozo”, isto é, “sua capacidade de 'render' um *plus*” para o próprio projeto de autovalorização/autoafirmação. Ou seja, as interações sociais precisam agregar algum valor, logo, são cada vez mais pautadas pela lógica do desempenho e mercado.

O arquétipo do *influencer* sintetiza bem tal transformação nas interações sociais. São pessoas que se produzem e expõem detalhes das suas rotinas pessoais para milhares de outras

⁹ *Onlife*, neologismo proposto por Luciano Floridi (2019), designa a condição humana contemporânea, marcada pela fusão entre real e virtual. Para o autor, a dicotomia “*online/offline*” é superada por uma existência híbrida, em que ambas as dimensões são inseparáveis.

¹⁰ Segundo Pierre Dardot e Christian Laval, o neoliberalismo promoveu uma razão que valoriza a concorrência como princípio central da vida social e individual, inclusive na esfera da subjetividade, na qual “[c]ada sujeito foi levado a conceber-se e comportar-se, em todas as dimensões de sua vida, como um capital que devia valorizar-se [...] É a instauração da concorrência generalizada” (Dardot; Laval, 2016, p. 202-203).

pessoas desconhecidas. Os seguidores compram o seu eu representando o *life style* como uma promessa de como viver melhor, como ser mais eficiente, como parecer algo. É uma forma de controle sutil, internalizado como um modelo a ser seguido, “[v]igiado e punido, as características do regime disciplinar de Foucault, dão lugar a motivar e otimizar” (HAN, 2022, p.11). O sociólogo Erving Goffman, em *A Representação do Eu na Vida Cotidiana* (1989 [1959]), descreveu a vida social como um teatro em que todos desempenham papéis, ajustando suas performances de acordo com o público e o contexto. Hoje as redes sociais potencializam essa metáfora com uma diferença significativa na escala e na permanência: enquanto Goffman analisa interações face a face, limitadas no tempo e no espaço, o teatro digital é global, ininterrupto e arquivado¹¹.

Em *Sociedade do Espetáculo* (2016 [1997]), Guy Debord alerta sobre uma sociedade em que a vida social se torna uma mera representação, dominada por imagens e pela lógica da economia, que, em vez de ser um meio (um instrumento para atender às necessidades humanas), vira um fim em si mesma, substituindo a realidade por uma versão mercantilizada dela, na qual tudo vira uma mercadoria a ser consumida. Assim, o autor afirma que houve um deslocamento do “ser” para o “ter” e, por fim, “parecer” (DEBORD, 2016, p.14-15). Contudo, quando a identidade se converte em espetáculo, a distinção entre o “palco” e os “bastidores” torna-se difusa. Grosso modo, as métricas de engajamento, assim como medem a qualidade das publicações, constituem valor às subjetividades, são moedas de validação existencial. Assim, toda postagem deve “render um *plus*”.

O *Facebook Papers*, vazamento que chocou o mundo em 2021, revelou que o Instagram agravava pensamentos suicidas e automutilação em 13,5% das adolescentes, piorava distúrbios alimentares em 17% e afetava a autoimagem de uma em cada três jovens (SIDNER; JONES, 2021). Quatro anos depois, um relatório produzido por três entidades — Avaaz, *Sleeping Giants Brasil* e o Projeto *Brief* — expôs as violações cometidas pelas grandes empresas de tecnologia no Brasil e no mundo. O documento, intitulado *Dossiê das Big Techs (2025)*, destaca, entre outras infrações, o incentivo a comportamentos perigosos e violentos entre crianças e adolescentes.

¹¹ Uma vez publicado na internet, nada garante que “deletar” seja suficiente para desaparecer com um conteúdo. Além da base de dados das próprias plataformas, ainda há a possibilidade de outros internautas salvarem uma cópia da publicação para interesses próprios (inclusive publicar novamente para outros públicos).

A gravidade do problema relacionado às *big techs* e às subjetividades juvenis levou a principal agência de saúde dos Estados Unidos a publicar, em 2023, um alerta oficial sobre os riscos que as redes sociais representam para crianças e adolescentes (TIRREL, 2023). No Brasil, apesar do consenso social¹² sobre a necessidade de regulamentação das redes sociais, as *big techs* reagiram de forma agressiva contra a iniciativa. No dossiê *A guerra das plataformas contra o PL 2630*, o Laboratório de Estudos de Internet e Mídias Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro [NetLab/UFRJ] (2023) revela como elas utilizaram táticas sistemáticas para impedir a aprovação do projeto de lei¹³. Enquanto isso, a falta de regulamentação¹⁴ das redes pode permitir que as plataformas continuem priorizando o lucro em detrimento da segurança e do bem-estar dos usuários.

Essa tensão, longe de ser resolvida, exige que reflitamos urgentemente sobre alternativas ao monopólio tecnológico dominado por empresas majoritariamente do Norte Global, levando em consideração suas implicações. Enquanto seguimos dependentes de seu extrativismo de dados para sustentar as atividades cotidianas indispensáveis na sociedade atual, o debate sobre os limites entre liberdade e controle na era das *big techs* tende a ganhar novas dimensões e profundidade. Diante disso, ocupar esse espaço de forma crítica torna-se uma necessidade ética, social e política.

5. Conclusão

Ao longo desta pesquisa, desenvolvida como parte do Trabalho de Conclusão de Curso, demonstrou-se como as *big techs* deixaram de ser simples provedoras de tecnologia para se consolidarem como atores centrais na economia, na política e na sociedade do século XXI. Verifica-se que sua influência, que ultrapassa em muito a esfera digital, opera em três níveis complementares: (1) na modulação de subjetividades, (2) no direcionamento de comportamentos coletivos e (3) na interferência em processos democráticos essenciais, configurando o que

¹²Segundo Atlas Intel, 78% dos brasileiros acreditam que deve haver uma lei para estabelecer regras claras para o funcionamento das redes sociais no país; 94% da população considera o ambiente das redes inseguro para os jovens; e 71,2% dos entrevistados acreditam que os proprietários das principais redes sociais não demonstram preocupação com o bem-estar das pessoas (PRATES, 2023).

¹³ Entre essas estratégias, destacam-se as seguintes: manipulação de resultados de busca pelo Google, privilegiando críticas ao projeto; anúncios pagos no Facebook e Spotify, mesmo que este último proíba, em seus termos, conteúdos políticos patrocinados; além de destaque a fontes hiperpartidárias na primeira página de busca do Google.

¹⁴ O texto original foi defendido em maio de 2025. Em junho de 2025, por 8 votos a 3, o STF decide que plataformas devem ser responsabilizadas por publicações de usuários.

poderíamos chamar de *dadosbiopolítica*, isto é, a articulação do controle da vida por meio da coleta, análise e aplicação estratégica de dados massivos, estendendo a noção foucaultiana de biopoder para a era digital.

A dadosbiopolítica assenta-se sobre o tripé conceitual do capitalismo de vigilância, da governamentalidade algorítmica e da razão neoliberal; três faces de um mesmo fenômeno contemporâneo, as quais operam como aliadas de um projeto político-econômico que subordina a autonomia à vigilância, à mercantilização da vida e à produção de identidades performáticas. A saída desse pacto faustiano digital, no entanto, não é a negação da tecnologia, claro, mas sua reapropriação crítica. Isso implica redefinir o relacionamento com as plataformas, usando-as de modo intencional e não compulsivo. A tecnologia a serviço da vida, e não a vida a serviço da tecnologia. Dessa forma, a dadosbiopolítica, conceito que propusemos de maneira ainda incipiente neste trabalho e que demanda investigações futuras, pode ajudar a revelar a necessidade de novas ferramentas para enfrentar o problema contemporâneo da autonomia humana.

Referências

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Michel Foucault e a teoria do poder. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, v.7, n. 1-2, p.105-110, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ts.v7i1/2.85209>. Acesso em: 24 mar. 2025.

BRUNO, Fernanda. Racionalidade algorítmica & subjetividade maquínica. In: SANTAELLA, Lucia (Org.). *Simbioses do Humano e Tecnologias: Impasses, Dilemas, Desafios*. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo/IEA-USP, 2022.

BRUNO, Fernanda G.; BENTES, Anna C. F.; FALTAY, Paulo. Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 26, n. 3, p. 1-21, 2019. DOI:10.15448/1980-3729.2019.3.33095.

CONHEÇA o que está por trás e os riscos de escanear a íris por dinheiro. *CNN Brasil*, 24 fev. 2025. Disponível em:

https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/conheca-o-que-esta-por-tras-e-os-riscos-de-escanear-a-iris-por-dinheiro/#goog_rewarded. Acesso em: 10 jul. 2025.

CRUZ, Elaine Patricia. Pessoas desconhecem riscos ao escanear íris, alertam especialistas. Agência Brasil, Brasília, 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-01/pessoas-desconhecem-riscos-ao-escanear-iris-alertam-especialistas>. Acesso em: 1 mar. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: ECHALAR, Mariana. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Tradução: ABREU, Estela. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2016.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as Sociedades de Controle. In: DELEUZE, Gilles. Conversações. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992, p. 219-226.

DOSSIÊ DAS BIG TECHS. Tudo que Meta, X, Google e Tiktok não querem que você saiba. 2025. Disponível em: <https://www.dossiebigtechs.com>. Acesso em: 24 abr. 2025.

FOUCAULT, Michel. Segurança, Território, População. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Tradução: RAPOSO, Maria. São Paulo: Editora Vozes, 1989.

HAN, Byung-Chul. Infocracia: digitalização e a crise da democracia. Tradução: PHILIPISON, Gabriel. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2022.

HELDER, Darlan. Brasileiros pagos para escanear a íris enfrentam dificuldades com aplicativo do projeto: "Perdi a conta e o dinheiro". G1, 13 fev. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2025/02/13/brasileiros-pagos-para-escanear-a-iris-enfrentam-dificuldades-com-aplicativo-do-projeto-perdi-a-conta-e-o-dinheiro.ghtml>. Acesso em: 24 fev. 2025.

LABATE, Alice. World ID suspende escaneamento de íris no Brasil. *Época Negócios*, 2025. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/tecnologia/noticia/2025/02/world-id-suspende-escaneamento-de-iris-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 24 fev. 2025.

MARCUSE, Herbert. O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. Tradução de Robespierre de Oliveira, Deborah Christina Antunes e Rafael Cordeiro Silva. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2015.

MOROZOV, Evgeny. Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política. Tradução de Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

NETLAB/UFRJ. A guerra das plataformas contra o PL 2630. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, abr. 2023. Disponível em: <https://netlab.eco.ufrj.br/post/a-guerra-das-plataformas-contra-o-pl-2630>. Acesso em: 27 abr. 2025.

PARISER, Eli. O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você. Tradução de Rafael Mantovani. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PRATES, Vinícius. Pesquisa: 77,9% dos brasileiros são a favor da regulação das redes sociais. *Correio Braziliense*, 25 abr. 2023. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/politica/2023/04/5089934-pesquisa-779-dos-brasileiros-sa-o-a-favor-da-regulacao-das-redes-sociais.html>. Acesso em: 27 abr. 2025.

ROUVROY, Antoinette. Entrevista com Antoinette Rouvroy: Governamentalidade Algorítmica e a Morte da Política. Tradução de Maria Cecília Pedreira de Almeida; Marco Antonio Sousa Alves. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, Brasília, v.8, n.3, p.15-28, dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.26512/rfmc.v8i3.36223>.

ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o dispar como condição de individuação pela relação? Tradução de Pedro Henrique Andrade. *Revista Eco-Pós*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 36-56, 2015. DOI: <https://doi.org/10.29146/eco-pos.v18i2.2662002E>.

SANTOS, Rone Eleandro. Governamentalidade algorítmica e subjetivação: sobre os riscos da construção de subjetividades em um mundo digital. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/3234>. Acesso em: 8 mar. 2025. DOI: 10.18540/revesv12iss1pp0001-0016

SIDNER, Sara; JONES, Julia. Como o Instagram levou duas jovens a terem distúrbios alimentares. CNN Brasil, 09 out. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/como-o-instagram-levou-duas-jovens-a-terem-disturbios-alimentares/>. Acesso em: 26 abr. 2025.

TIRRELL, Meg. Redes sociais apresentam “risco profundo de danos” para crianças, alerta cirurgião-geral dos EUA. CNN Brasil, 23 maio 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/redes-sociais-apresentam-risco-profundo-de-danos-para-criancas-alerta-cirurgiao-geral-dos-eua/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

ZUBOFF, Shoshana. The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power. New York: PublicAffairs, 2019.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, Fernanda et al. (Org.). Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem. Tradução de Heloísa Cardoso Mourão et al. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-68.

Direito ao Cuidado e Igual Dignidade: Uma Experiência de Tradução Colaborativa da Obra *Equality, Dignity and Disability*, de Eva Feder Kittay no Contexto Jurídico Brasileiro

The Right to Care and Equal Dignity: A Collaborative Translation Experience of Eva Feder Kittay's Work, *Equality, Dignity and Disability*, in the Brazilian Legal Context

Mariana Rocha Lima¹

Manuela Zanchetta²

Camila de Almeida Amorim³

Felipe Rodolfo de Carvalho⁴

Cecília de Castro Algayer⁵

Resumo

Este artigo apresenta o processo de tradução colaborativa da obra *Equality, Dignity and Disability*, da filósofa norte-americana Eva Feder Kittay, realizada por três discentes do curso de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), sob orientação docente no âmbito do grupo de pesquisa Terceira Margem: Filosofia, Literatura e Direitos Humanos. A atividade envolveu a interpretação crítica de conceitos centrais ao debate contemporâneo sobre o direito ao cuidado e a “igual dignidade” das pessoas com deficiência, em consonância com o Plano Nacional de Cuidados (Decreto nº 12.562/2025). Para além da contribuição acadêmica, a experiência promoveu o desenvolvimento de competências formativas essenciais à formação jurídica crítica e plural. Trata-se de uma reflexão sobre a importância da tradução de obras internacionais como estratégia pedagógica de internacionalização e decolonização do saber jurídico.

Palavras-chave: Cuidado; Dignidade; Tradução Acadêmica; Eva Feder Kittay; Deficiência..

Abstract

This experience report presents the collaborative translation process of the work *Equality, Dignity and Disability*, by the American philosopher Eva Feder Kittay, carried out by three students of the Law

¹ Mariana Rocha Lima, UFMT, mariana.lima1@sou.ufmt.br

² Manuela Zanchetta, UFMT, manuela.zanchetta@sou.ufmt.br

³ Camila de Almeida Amorim, UFMT, camila_amorim12@hotmail.com

⁴ Felipe Rodolfo de Carvalho (Orientador), UFMT, felipe.carvalho@ufmt.br

⁵ Cecília de Castro Algayer (Coorientadora), UFMT, cecilia.calgayer@gmail.com

course at the Federal University of Mato Grosso (UFMT), under faculty guidance within the research group Third Margin: Philosophy, Literature and Human Rights. The activity involved the critical interpretation of concepts central to the contemporary debate on the right to care and the "equal dignity" of people with disabilities, in accordance with the National Care Plan (Decree No. 12,562/2025). In addition to the academic contribution, the experience promoted the development of formative skills essential to critical and plural legal training. It is a reflection on the importance of translating international works as a pedagogical strategy for the internationalization and decolonization of legal knowledge.

Keywords: Care; Dignity; Academic Translation; Ever Feder Kittay; Disability.

1. Introdução

O presente artigo descreve o processo colaborativo de tradução da obra *Equality, Dignity and Disability*, de Eva Feder Kittay, realizado por três discentes da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso, sob orientação de professor Dr. Felipe Rodolfo de Carvalho, coordenador do grupo de pesquisa Terceira Margem: Filosofia, Literatura e Direitos Humanos, e da professora Me. Cecília de Castro Algayer, membro do referido grupo. Desse modo, a atividade tradutória em questão não apenas integrou uma prática formativa interdisciplinar, como também possibilitou uma imersão profunda no debate filosófico e jurídico em torno do direito ao cuidado, da igualdade substancial e da dignidade humana no contexto da deficiência.

A autora aqui traduzida, Eva Feder Kittay, é uma filósofa estadunidense amplamente reconhecida por seu trabalho nos campos da ética do cuidado, teoria feminista e filosofia da deficiência. Mãe de Sessa, uma mulher com deficiência severa, Kittay insere sua experiência pessoal como elemento epistemológico central em sua reflexão sobre a vulnerabilidade e a justiça. Sua abordagem desafia os paradigmas liberais tradicionais baseados na autonomia, propondo um modelo relacional de dignidade que tem repercussões diretas para o campo jurídico, especialmente no contexto brasileiro, onde o Plano Nacional de Cuidados (Decreto nº 12.562/2025) tem consolidado diretrizes para o reconhecimento do cuidado como direito fundamental.

A tradução da obra de Kittay, portanto, inscreve-se num duplo movimento: de um lado, democratiza o acesso a reflexões ético-filosóficas fundamentais sobre os direitos das pessoas

com deficiência; de outro, fortalece o acervo teórico e normativo nacional sobre o direito ao cuidado, o que entendemos como uma categoria jurídica ainda em consolidação no Brasil.

Considerando que o cuidado é reconhecido pelo novo Plano Nacional de Cuidados como um direito humano que envolve corresponsabilidade entre Estado, família e sociedade, a presente experiência de tradução assume relevância pedagógica, acadêmica e política, contribuindo para a formação crítica dos estudantes e para o avanço da justiça social. Além disso, reafirma o papel das universidades públicas como mediadoras do diálogo entre saberes locais e epistemologias internacionais.

O artigo está dividido em três partes: na primeira, apresenta os pressupostos metodológicos adotados no processo tradutório; na segunda, apresenta e discute os resultados alcançados; na terceira, expõe e reflete sobre aspectos especiais da experiência desenvolvida.

2. Material e Método

O projeto de tradução colaborativa foi concebido e executado no âmbito do grupo de pesquisa Terceira Margem: Filosofia, Literatura e Direitos Humanos, vinculado à Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), congregando três discentes do curso de Direito na condição de tradutoras principais, sob a orientação de dois docentes. A obra selecionada — *Equality, Dignity and Disability*, de Eva Feder Kittay — compreende aproximadamente 28 páginas, tendo sido integralmente vertida para o português ao longo do período de execução do projeto, mediante um processo metodologicamente estruturado, porém adaptativo às contingências acadêmicas das participantes.

A organização do trabalho colaborativo pautou-se por uma lógica de flexibilidade operacional, em razão das distintas rotinas acadêmicas das envolvidas, o que inviabilizou a adoção de um cronograma rígido e previamente fixado. Nesse contexto, instituiu-se uma dinâmica híbrida, articulando encontros presenciais e interações virtuais, de modo a assegurar continuidade, engajamento e eficiência no processo tradutório. A divisão inicial do texto foi realizada com base em critérios de afinidade temática, de modo que cada discente assumiu a responsabilidade por seções específicas da obra, compatibilizando o conteúdo com seus repertórios teóricos e interesses acadêmicos.

O processo de tradução individual foi sucedido por um rigoroso procedimento de revisões cruzadas, no qual as versões preliminares foram submetidas à apreciação coletiva. Tal etapa teve como finalidade a promoção de uniformidade estilística, coerência terminológica e fidelidade conceitual ao texto original. A atuação docente deu-se de forma contínua e dialógica, especialmente nos momentos em que emergiam dificuldades interpretativas ou escolhas tradutórias de maior complexidade, assegurando densidade teórica e precisão linguística ao trabalho final.

No que concerne aos instrumentos metodológicos, o projeto apoiou-se em múltiplos recursos. Destaca-se, primeiramente, o conhecimento linguístico prévio das participantes em língua inglesa, elemento fundamental para a compreensão do texto-fonte. Ademais, recorreu-se a dicionários bilíngues, glossários especializados nas áreas de filosofia e Direito, bem como a obras correlatas previamente traduzidas, sobretudo no campo da filosofia política e da ética do cuidado. Paralelamente, ferramentas digitais de tradução, como Google Translate e DeepL, foram empregadas de maneira auxiliar e crítica, não como substitutas do trabalho intelectual, mas como instrumentos de verificação e ampliação de possibilidades terminológicas.

A execução do projeto obedeceu a uma cronologia concentrada, distribuída ao longo de pouco mais de um mês. Na primeira semana, realizou-se a leitura integral da obra original, acompanhada da definição estratégica da divisão de tarefas. As segunda e terceira semanas foram dedicadas à tradução individual das seções designadas. A quarta semana concentrou os esforços de revisão coletiva e uniformização textual. Por fim, em etapa subsequente, iniciou-se o processo de revisão docente, ainda em curso, com vistas ao refinamento final da tradução.

Assim delineado, o método adotado articula rigor acadêmico, colaboração estruturada e flexibilidade organizacional, conformando um modelo de prática tradutória que conjuga autonomia discente e supervisão qualificada, orientado pela busca de precisão conceitual, coerência estilística e fidelidade ao pensamento da autora.

3. Resultados e Discussão

A execução do projeto de tradução colaborativa da obra *Equality, Dignity and Disability*, de Eva Feder Kittay, permitiu não apenas a produção de resultados concretos no plano técnico e acadêmico, mas também a emergência de reflexões substantivas acerca do papel

da tradução como prática formativa, epistemológica e politicamente situada no campo jurídico. Nesse sentido, os resultados obtidos devem ser compreendidos de forma integrada, articulando dimensões materiais, formativas e teóricas que, conjuntamente, evidenciam o potencial transformador da iniciativa.

Do ponto de vista dos produtos gerados, destaca-se, em primeiro lugar, a elaboração de uma versão integral da obra em língua portuguesa, já publicada (Kittay, 2025, p. 27-58). Trata-se de um resultado de inegável relevância acadêmica, sobretudo em razão da ainda incipiente circulação, no Brasil, de referenciais teóricos vinculados à ética do cuidado e à filosofia da deficiência. A tradução foi acompanhada da construção de um glossário terminológico, no qual se sistematizaram conceitos centrais da obra, acompanhados de suas respectivas soluções tradutórias e das justificativas que orientaram tais escolhas. Esse instrumento, para além de sua função auxiliar, configura-se como contribuição autônoma ao debate acadêmico, ao explicitar os dilemas conceituais envolvidos na transposição linguística de categorias densas e, por vezes, não estabilizadas no vocabulário jurídico brasileiro. Ademais, foram produzidas notas explicativas e materiais de apoio destinados à contextualização cultural e normativa, permitindo ao leitor brasileiro uma compreensão mais precisa das referências mobilizadas pela autora no contexto estadunidense.

No plano formativo, os impactos relatados pelas participantes revelam a densidade pedagógica da experiência. O processo tradutório exigiu o aprimoramento simultâneo de competências linguísticas e interpretativas, implicando não apenas a ampliação do domínio da língua inglesa, mas também o refinamento do vocabulário jurídico-filosófico em português. Mais do que isso, a atividade demandou uma postura hermenêutica ativa, na qual cada escolha lexical implicava uma tomada de posição interpretativa diante do texto. Nesse sentido, a tradução operou como exercício de leitura crítica em grau elevado, exigindo constante articulação entre forma e conteúdo, linguagem e teoria.

Paralelamente, o contato intensivo com a obra de Kittay proporcionou um aprofundamento teórico significativo, especialmente no que se refere à ética do cuidado e à crítica aos paradigmas tradicionais da dignidade fundados na autonomia individual. As participantes relataram que a experiência contribuiu para tensionar categorias jurídicas previamente naturalizadas, sobretudo no âmbito dos direitos das pessoas com deficiência, ao evidenciar as limitações de modelos excessivamente centrados na independência e na

racionalidade como critérios de reconhecimento jurídico. Tal deslocamento teórico revela-se particularmente relevante no contexto brasileiro, em que, apesar de avanços normativos recentes, ainda persiste uma tendência à abordagem formalista e, por vezes, insuficientemente sensível às dimensões relacionais da dignidade humana.

A dimensão colaborativa do projeto também se destacou como elemento formativo central. A metodologia adotada — baseada em divisão temática, revisões cruzadas e deliberação coletiva — favoreceu o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao trabalho em equipe, à negociação de sentidos e à construção compartilhada do conhecimento. Nesse processo, a divergência interpretativa não se apresentou como obstáculo, mas como condição produtiva para o refinamento das soluções tradutórias, exigindo das participantes não apenas domínio técnico, mas abertura ao diálogo e disposição para a revisão de posições inicialmente assumidas.

No âmbito institucional, o projeto contribuiu para o fortalecimento das atividades do grupo de pesquisa Terceira Margem, ampliando seu acervo bibliográfico em língua portuguesa e consolidando uma metodologia de trabalho colaborativo potencialmente replicável em futuras iniciativas. Além disso, a disponibilização de uma obra inédita em português projeta o grupo no cenário acadêmico nacional, inserindo-o em debates contemporâneos de elevada relevância e favorecendo a construção de redes de interlocução mais amplas.

Sob a perspectiva teórica e crítica, os resultados obtidos permitem afirmar que a tradução, longe de constituir uma atividade meramente instrumental, assume caráter epistemológico e político. Ao viabilizar o acesso a referenciais internacionais, o projeto atua diretamente na redução de assimetrias no acesso ao conhecimento, enfrentando um dos obstáculos estruturais à consolidação de determinados campos de estudo no Brasil: a dependência de obras não traduzidas. Conforme já observado na literatura especializada, a ausência de traduções contribui para a segmentação do debate acadêmico e limita a circulação de ideias, comprometendo tanto a inovação quanto o aprofundamento teórico.

Nesse contexto, a inserção do pensamento de Kittay no debate jurídico brasileiro apresenta implicações relevantes, especialmente no que concerne à construção do direito ao cuidado como categoria jurídica autônoma. Ao deslocar o fundamento da dignidade da autonomia para a interdependência, a autora oferece uma chave interpretativa capaz de reorientar tanto a dogmática jurídica quanto a formulação de políticas públicas. A articulação

desse referencial com iniciativas normativas recentes no Brasil, como o reconhecimento do cuidado como direito fundamental no âmbito do Plano Nacional de Cuidados (Decreto nº 12.562/2025), evidencia o potencial de diálogo entre teoria e prática, contribuindo para a construção de um modelo jurídico mais inclusivo e sensível às condições reais de vulnerabilidade.

Não obstante os resultados alcançados, a experiência também revelou limitações que merecem consideração crítica. A ausência de um cronograma rigidamente estruturado, embora tenha possibilitado flexibilidade, ocasionou, em determinados momentos, descompassos no ritmo de trabalho, com impactos na fluidez do processo. Ademais, a inexistência de formação específica em tradução acadêmica por parte das participantes gerou, pontualmente, inseguranças quanto às escolhas terminológicas, ainda que tais dificuldades tenham sido mitigadas pela orientação docente contínua. No plano estrutural, a ausência de financiamento específico limitou a realização de etapas adicionais, como revisão por pares externos ou consulta sistemática a especialistas na área de filosofia da deficiência.

Essas limitações, contudo, não comprometem a relevância dos resultados obtidos, mas, ao contrário, indicam caminhos para o aprimoramento de futuras iniciativas. A experiência suscitou, nesse sentido, a possibilidade de institucionalização de um programa mais amplo de tradução colaborativa no âmbito do grupo de pesquisa, bem como a busca por parcerias interinstitucionais e fontes de financiamento que permitam a adoção de processos editoriais mais robustos.

Em síntese, os resultados e discussões aqui apresentados evidenciam que a tradução acadêmica, quando concebida como prática coletiva, crítica e metodologicamente orientada, transcende sua dimensão técnica, constituindo-se como instrumento de formação intelectual, democratização do conhecimento e transformação do próprio campo jurídico.

4. Reflexões

Como exposto, o processo de tradução suscitou uma série de reflexões. Pela sua relevância, porém, algumas delas suscitaram especial atenção, merecendo abordagem separada.

4.1 A tradução acadêmica como prática formativa no ensino jurídico

A tradução acadêmica pode ser compreendida como uma prática pedagógica que rompe com o caráter excessivamente tecnicista do ensino jurídico e promove um aprendizado mais crítico e reflexivo. No caso da tradução da obra *Equality, Dignity and Disability*, de Eva Feder Kittay, não se tratou apenas de converter um texto do inglês para o português, mas de realizar um exercício interpretativo que exigiu leitura atenta, pesquisa conceitual e articulação entre diferentes áreas do conhecimento. Assim, o contato com temas como a ética do cuidado e a dignidade das pessoas com deficiência possibilitou não apenas compreender melhor tais conceitos, mas também relacioná-los ao contexto jurídico brasileiro.

Além disso, a tradução de textos como o de Kittay contribui para democratizar o debate acadêmico, ampliando a circulação de obras cuja leitura, na língua original, permanece restrita a grupos que dispõem de formação ou recursos específicos. Em um cenário no qual o domínio de idiomas estrangeiros ainda é limitado, especialmente entre estudantes de universidades públicas, essa prática amplia o acesso a discussões fundamentais e fortalece o vínculo entre a produção teórica internacional e a realidade local.

A proposta não se volta à exaltação de habilidades linguísticas individuais, mas à compreensão da tradução como instrumento coletivo de fortalecimento do acervo teórico nacional e de aproximação de perspectivas globais com a realidade brasileira. Nesse contexto, a atuação de três estudantes do curso de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso, responsáveis pela condução do processo tradutório sob orientação docente, representa um exemplo concreto de como a participação ativa em projetos acadêmicos pode contribuir para a construção de uma formação jurídica crítica, engajada e comprometida com a justiça social.

Durante o processo, as participantes relataram que o contato com temas como a ética do cuidado e a dignidade das pessoas com deficiência possibilitou não apenas compreender melhor tais conceitos, mas também relacioná-los ao contexto jurídico brasileiro. Como observou uma das tradutoras: "A cada página traduzida, percebia como os conceitos da autora dialogavam diretamente com questões que estudamos em Direito Constitucional e Direitos Humanos, mas sob uma perspectiva que nunca havia considerado antes".

Dessa forma, evidencia-se que a tradução não apenas oferece um serviço à comunidade acadêmica, mas também potencializa o próprio processo formativo, permitindo que os

estudantes desenvolvam competências essenciais, como a leitura crítica de textos complexos, a interpretação interdisciplinar e a sensibilidade para temas que atravessam os direitos humanos.

Ao tornar acessível uma obra que questiona os limites da autonomia individual e propõe um modelo relacional de dignidade, essa experiência fomenta a construção de um ensino jurídico mais plural, que valoriza a ética e o cuidado como dimensões centrais. Assim, traduzir não se restringe a uma atividade técnica: trata-se de um gesto acadêmico capaz de aproximar saberes, reduzir desigualdades no acesso ao conhecimento e reafirmar o papel social da universidade como mediadora entre diferentes epistemologias.

4.2 Desafios e soluções tradutórias

Um dos principais desafios enfrentados foi a tradução de termos específicos da filosofia moral e da teoria feminista que não possuem equivalentes diretos em português. O exemplo mais emblemático foi a expressão "mothering person", utilizada por Kittay para designar aquele que exerce a função de cuidado primário, independentemente de gênero ou vínculo biológico.

Inicialmente, as tradutoras consideraram opções como "pessoa materna" ou "pessoa cuidadora", mas ambas as alternativas apresentavam limitações. "Pessoa materna" poderia reforçar estereótipos de gênero que a autora busca desconstruir, enquanto "pessoa cuidadora" era excessivamente genérica e perdia a especificidade da relação descrita por Kittay. Após extensos debates, optou-se por "pessoa que materna", mantendo o verbo "maternar" para preservar a dimensão relacional e afetiva do conceito original.

Outro desafio significativo foi manter a elegância e fluidez do texto em português sem comprometer a complexidade filosófica das ideias. Kittay utiliza períodos longos e construções sintáticas elaboradas que, traduzidas literalmente, resultariam em texto truncado e de difícil compreensão. Foi necessário, em diversos momentos, reestruturar frases inteiras, dividir períodos e reorganizar argumentos, sempre com cuidado para não alterar o sentido original.

Saliente-se também o desafio das contextualizações culturais. A obra contém referências específicas ao contexto estadunidense (legislação, políticas públicas, debates acadêmicos) que exigiram notas explicativas para o leitor brasileiro. Por exemplo, quando Kittay menciona o Americans with Disabilities Act, incluímos nota de rodapé explicando as

características dessa legislação e suas semelhanças com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

4.3 Contribuições para o debate sobre o Direito ao Cuidado no Brasil

A experiência de tradução da obra *Equality, Dignity and Disability* revelou, de forma prática, um desafio estrutural para o avanço do debate jurídico no Brasil: a regionalização das áreas de pesquisa e a ausência de tradução de referenciais teóricos fundamentais. Nesse sentido, o estudo do Direito e Literatura no Brasil serve como exemplo concreto da contribuição que a tradução de referenciais estrangeiros pode oferecer, especialmente quando se trata de áreas cujas principais obras foram escritas em outros idiomas. Quando textos acadêmicos permanecem restritos ao idioma original, o conhecimento tende a circular apenas entre aqueles que dominam essa língua, reforçando a segmentação e limitando a circulação de ideias entre diferentes contextos acadêmicos e culturais.

De acordo com Trindade e Bernsts (2017), a ausência de traduções, no mercado editorial brasileiro, de textos que constituem as principais referências em Direito e Literatura dificulta o acesso de parcela considerável de pesquisadores, sobretudo os iniciantes. Esse fenômeno, longe de ser neutro, retroalimenta a regionalização das pesquisas, criando barreiras que dificultam a construção de diálogos transnacionais e, por consequência, restringem a inovação e o aprofundamento de determinados campos de estudo. Segundo os mesmos autores (2017), essa barreira se concretizou na dificuldade de institucionalização da área, pois prejudicou a tentativa de sistematização justamente pela inexistência de qualquer debate teórico acerca dos avanços das experiências no exterior. No caso específico do direito ao cuidado, a ausência de traduções não apenas mantém o debate confinado a círculos especializados, como também limita sua inserção nas agendas políticas, jurídicas e acadêmicas nacionais.

Essa constatação revela a dimensão política do ato tradutório. No Brasil, o campo da ética do cuidado ainda está em processo de construção teórica e prática, frequentemente interpretado a partir de perspectivas assistencialistas ou limitado ao âmbito doméstico e familiar. Embora iniciativas recentes, como o Plano Nacional de Cuidados (Decreto nº 12.562/2025), representem um avanço importante ao reconhecer o cuidado como direito fundamental e corresponsabilidade do Estado, da família e da sociedade, ainda falta consolidar

um debate mais consistente que articule o cuidado como categoria central do pensamento jurídico e da política pública. A obra de Eva Feder Kittay, ao deslocar o eixo da dignidade da autonomia individual para a interdependência e a vulnerabilidade compartilhada, oferece uma base conceitual sólida para essa transformação, especialmente ao propor que a dignidade se funda na condição relacional de todos os seres humanos.

Traduzir esse referencial para o português não é apenas um exercício técnico de linguagem; trata-se de um gesto acadêmico e político que rompe barreiras de acesso, aproxima epistemologias e fortalece campos de estudo emergentes. Assim como ocorre em Direito e Literatura, onde o acesso a obras fundamentais depende de traduções que democratizam o conhecimento e viabilizam o diálogo internacional, a ética do cuidado necessita de esforços semelhantes para se consolidar no Brasil. Nesse sentido, esperamos que esta tradução possa produzir impacto real no campo da ética do cuidado, à semelhança do que Trindade e Bernsts (2017) apontam sobre a tradução de *Contar a lei: as fontes do imaginário jurídico*, de François Ost — considerada um marco histórico que propulsionou a consolidação do Direito e Literatura no Brasil e se tornou referencial teórico para pesquisadores, especialmente no âmbito da pós-graduação. Ao inserir Kittay no debate jurídico nacional, ampliamos as ferramentas conceituais disponíveis, fomentamos a interdisciplinaridade e favorecemos a construção de políticas e práticas jurídicas capazes de efetivar o cuidado como direito universal, estruturante da vida em comunidade é condição indispensável para a realização da igualdade e da dignidade humanas.

4.4 O conceito de igual dignidade ou igualdade

Durante o processo de tradução da obra *Equality, Dignity and Disability*, de Eva Feder Kittay, um dos conceitos que mais exigiu atenção e reflexão foi o de igual dignidade. Isso porque, ao longo do texto, a autora propõe uma ruptura com as abordagens tradicionais que vinculam a dignidade exclusivamente à racionalidade, à autonomia individual ou à capacidade de agir moralmente. Essas perspectivas, embora recorrentes na filosofia política e moral, acabam por excluir, ainda que de forma não intencional, sujeitos cuja condição de deficiência severa os impede de exercer plenamente tais capacidades.

Diante dessa limitação, Kittay oferece uma concepção alternativa, fundamentada na experiência comum da dependência e do cuidado. Para ela, a dignidade não decorre de atributos

que apenas alguns indivíduos possuem, mas sim da condição humana compartilhada: todos, em algum momento da vida, dependemos do cuidado de alguém. É justamente essa vulnerabilidade universal, e a forma como ela é acolhida nas relações de cuidado, que sustenta o valor intrínseco de cada pessoa. Ao utilizar a expressão “ser filha de alguma mãe”, a autora evoca de maneira sensível essa origem relacional da dignidade, que se manifesta não no isolamento das capacidades individuais, mas no reconhecimento mútuo que ocorre nas relações humanas.

Nesse sentido, a leitura e tradução da obra mostraram-se particularmente instigantes, pois exigiram que se fosse além da simples escolha vocabular e se buscasse compreender o conceito em toda a sua densidade filosófica e prática. Não foram poucas as dificuldades enfrentadas pelas estudantes tradutoras para manter a fidelidade à intenção da autora, sobretudo diante de construções linguísticas próprias do inglês que, ao serem vertidas para o português, corriam o risco de perder a nuance ou a profundidade do pensamento original. Em diversos momentos, pequenas escolhas lexicais ou de pontuação exigiram longos debates, justamente porque determinadas expressões, quando traduzidas literalmente, alteravam significativamente o sentido ou enfraquecem a força argumentativa do texto.

Além disso, preservar a fluidez textual sem comprometer a complexidade das ideias revelou-se um desafio constante. O grupo optou por dividir a obra em partes, respeitando as afinidades e familiaridades de cada integrante com os temas abordados, o que contribuiu para um trabalho mais sensível e coerente. Ainda assim, o esforço de manter uma unidade estilística e conceitual exige constante revisão coletiva, diálogo aberto e um compromisso ético com o conteúdo da autora.

À medida que o texto era traduzido e debatido, tornou-se evidente que a noção de igual dignidade proposta por Kittay não é meramente teórica; pelo contrário, ela possui implicações diretas sobre como o Direito pode e deve responder às demandas de pessoas com deficiência.

Assim, no campo jurídico, a proposta de Kittay não apenas desafia visões formalistas, mas também abre espaço para políticas que reconheçam a interdependência e a vulnerabilidade como dimensões constitutivas da experiência humana. Nesse contexto, vale destacar sua conexão com iniciativas brasileiras, como o Plano Nacional de Cuidados (Decreto nº 12.562/2025), que reafirma o cuidado como direito fundamental e evidencia a urgência de redes de proteção capazes de assegurar condições reais de dignidade e participação social para pessoas com deficiência.

Dessa forma, a experiência tradutória não apenas proporcionou acesso a uma importante reflexão ética, mas também possibilitou questionar os próprios limites do ensino jurídico tradicional. Afinal, mais do que compreender um termo ou encontrar a melhor equivalência linguística, foi necessário internalizar uma perspectiva que convoca o Direito a ir além do tecnicismo e a reafirmar que todos — independentemente de desempenho, linguagem ou autonomia — são igualmente dignos de viver uma vida humana plena.

5. Conclusão

Ante o exposto, a experiência de tradução colaborativa da obra *Equality, Dignity and Disability*, de Eva Feder Kittay, revelou-se como um processo formativo integral, capaz de articular teoria e prática, linguagem e conteúdo, internacionalização e contextualização local. Ao transpor para o português um referencial teórico de relevância global, o grupo não apenas ampliou o acesso ao pensamento da autora, mas também fortaleceu o debate brasileiro acerca do direito ao cuidado e da igual dignidade.

O percurso tradutório exigiu mais do que competência técnica: implicou pesquisa conceitual, sensibilidade ética e diálogo interdisciplinar, promovendo aprendizado que ultrapassa os limites do ensino jurídico tradicional. A metodologia colaborativa flexível, embora apresente desafios organizacionais, mostrou-se adequada ao contexto acadêmico e às limitações de tempo das participantes.

O projeto evidenciou o papel político da tradução acadêmica como estratégia de democratização do conhecimento e de combate às barreiras linguísticas que frequentemente restringem o alcance de debates fundamentais. Os desafios terminológicos enfrentados, como a tradução de "mothering person", ilustram a complexidade do processo tradutório e a necessidade de decisões interpretativas que vão além da mera transposição linguística.

Ao inserir a perspectiva relacional de dignidade defendida por Kittay no cenário jurídico nacional, o projeto contribui para a consolidação do cuidado como direito fundamental e para a superação de visões limitadas centradas exclusivamente na autonomia individual. Essa contribuição mostra-se particularmente relevante no contexto da implementação do Plano Nacional de Cuidados.

As limitações identificadas – metodológicas, de formação e de recursos – não comprometem a validade da experiência, mas apontam caminhos para aperfeiçoamento de iniciativas futuras. A continuidade do processo de revisão docente e as perspectivas de ampliação do projeto evidenciam seu potencial de consolidação como prática formativa regular no grupo de pesquisa.

Esta experiência reforça o compromisso das universidades públicas com a produção e difusão de saberes críticos, plurais e socialmente comprometidos. Mais do que um produto textual, a tradução resultou em um espaço de formação, reflexão e ação, reafirmando que o Direito, para ser verdadeiramente emancipador, deve reconhecer a interdependência humana e assegurar que todos, sem exceção, possam viver com dignidade plena.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2018.

BRASIL. Decreto nº 12.562, de 7 de janeiro de 2025. Institui o Plano Nacional de Cuidados e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 8 jan. 2025.

KITTAY, Eva Feder. Equality, dignity and disability. In: LYONS, Mary Ann; WALDRON, Fionnuala (ed.). Perspectives on equality: the second Seamus Heaney lectures. Dublin: Liffey Press, 2005. p. 95-122.

KITTAY, Eva Feder. Igualdade, dignidade e deficiência. In: CARVALHO, Felipe Rodolfo de; ALGAYER, Cecília de Castro (orgs.). A experiência do cuidado: cadernos marginais de filosofia, literatura e direitos humanos [recurso eletrônico]. Cachoeirinha: Fi, 2025. p. 27–58.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nova York: ONU, 2006.

TRINDADE, André Karam; BERNST, Luísa Giuliani. O estudo do Direito e Literatura no Brasil: surgimento, evolução e expansão. Anamorphosis – Revista Internacional de Direito e Literatura, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 225-257, jan./jun. 2017.

VENTURA, Miriam. Direitos humanos e deficiência: uma perspectiva contemporânea. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019.

YOUNG, Iris Marion. Inclusion and democracy. Oxford: Oxford University Press, 2000.